

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU EM DIREITO
CURSO DE MESTRADO EM DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

HELDER FADUL BITAR

**ETNODESENVOLVIMENTO E GLOBALIZAÇÃO CULTURAL: o Círio de Nazaré e a
produção dos brinquedos de Miriti no Estado do Pará**

BELÉM/PA
2021

HELDER FADUL BITAR

ETNODESENVOLVIMENTO E GLOBALIZAÇÃO CULTURAL: o Círio de Nazaré e a produção dos brinquedos de Miriti no Estado do Pará

Dissertação de mestrado, orientada pela Profa. Dra. Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, e apresentada ao programa de pós-graduação stricto-sensu em direito do Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA, na linha de pesquisa: Direito, Políticas Públicas e Direitos Humanos.

BELÉM/PA
2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Biblioteca do Cesupa, Belém – PA

Bitar, Helder Fadul.

Etnodesenvolvimento e globalização cultural : o Círio de Nazaré e a produção dos brinquedos de miriti no Estado do Pará / Helder Fadul Bitar; orientadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury. – 2021.

Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário do Estado do Pará, Programa de Pós-Graduação em Direito, Belém, 2021.

1. Etnodesenvolvimento - políticas públicas. 2. Círio de Nazaré. 3. Brinquedos de miriti. 4. Cultura local - Pará. I. Koury, Suzy Elizabeth Cavalcante. *orient.* II. Título.

CDD 342.27

HELDER FADUL BITAR

**ETNODESENVOLVIMENTO E GLOBALIZAÇÃO CULTURAL: o Círio de Nazaré e a
produção dos brinquedos de Miriti no Estado do Pará**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre
junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito do Centro Universitário do
Estado do Pará – CESUPA

Orientadora: Profa. Dra. Suzy Elizabeth Cavalcante Koury

Banca Examinadora

Profa. Dra. Suzy Elizabeth Cavalcante Koury - Orientadora
Centro Universitário do Estado do Pará

Profa. Dra. Ana Elizabeth Neirão Reymão - Examinadora
Centro Universitário do Estado do Pará

Profa. Dra. Luciana Costa da Fonseca - Examinadora
Centro Universitário do Estado do Pará

Profa. Dra. Violeta Refkalefsky Loureiro – Examinadora Externa
Universidade Federal do Pará - UFPA

Belém, 17 de março de 2021.

Avaliação: _____

BELÉM/PA
2021

À Nossa Senhora de Nazaré

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Grande Arquiteto do Universo e à Nossa Senhora de Nazaré, guias espirituais e fontes de sabedoria nessa caminhada de trinta anos ao redor do sol.

Aos meus pais, Helder e Amélia, por todo o amor, apoio, incentivo, carinho e educação ao longo de toda minha trajetória e por terem contribuído para o desenvolvimento desta dissertação.

À Aline Corrêa de Souza, companheira de vida, amiga, exemplo de perseverança e fonte diária de amor, por ter trilhado essa trajetória junto comigo ao longo dos dois anos de mestrado e por ter contribuído imensamente na realização da pesquisa de campo e na redação desta dissertação. Essa conquista é nossa.

À minha querida e amada orientadora Suzy Koury, por acreditar nesta pesquisa que desenvolvemos juntos e ter compartilhado comigo durante esses dois anos toda a sua sabedoria, bondade e carinho. Serei eternamente grato à Nossa Senhora de Nazaré por ter feito nossos caminhos se cruzarem novamente no mestrado, caminhos estes que se cruzam e se entrelaçam assim como a corda faz com a berlinda, criando uma força inquebrantável.

Aos artesãos e vendedores de miriti que aceitaram ser entrevistados para a coleta de dados apresentados nesta pesquisa. Espero, a partir de seus relatos, ter apresentado possibilidades que sirvam de base para políticas públicas que contribuam para o seu desenvolvimento e valorizem sua arte.

Aos meus colegas de mestrado ao longo destes dois anos, por todos os debates e os ensinamentos compartilhados nas salas de aula (presenciais ou virtuais) e pelo companheirismo nos momentos de maior dificuldade ao longo dessa jornada.

Ao grupo de pesquisa Mineração e Desenvolvimento Regional na Amazônia – Minamazônia, pelos estudos enriquecedores sobre a realidade da nossa região, comandado por seis professoras que são fontes de inspiração acadêmica a todos os seus alunos.

A todos os Professores do programa de mestrado do CESUPA, em especial, às professoras Ana Elizabeth Neirão Reymão e Luciana Costa da Fonseca, por terem contribuído imensamente na pesquisa que realizei ao longo destes dois anos de mestrado sobre a cultura e o desenvolvimento da nossa região.

A todos os funcionários e colaboradores do CESUPA, sempre muito cordiais e atenciosos no dia a dia do programa de mestrado.

À Luisa Terzi, que me ajudou a entender que o presente é fonte de equilíbrio para os passos do futuro.

À toda equipe do escritório F Oliveira pelo apoio durante esses anos de mestrado, especialmente, à Tatyana, Suelen e Luiz, com quem compartilho diariamente os sucessos e os desafios da carteira cível.

Por fim, a todos aqueles que no segundo domingo de outubro, vão às ruas de Belém, assim como eu, manter viva a tradição secular de homenagear Nossa Senhora de Nazaré.

Eu sou de lá.
Onde o Brasil verdeja a alma e o rio é mar.
Eu sou de lá.
Terra morena que eu amo tanto, meu Pará
Eu sou de lá.
Onde as Marias são Marias pelo céu.
E as Nazarés são germinadas pela fé.
Que irá gravada em cada filho que nascer.
Eu sou de lá.
Se me permites já lhe digo quem sou eu.
Filha de tribos, índia, negra, luz e breu.
Marajoara, sou cabloca, assim sou eu.
Eu sou de lá.
Onde o Menino Deus se apressa pra chegar
Dois meses antes já nasceu fica por lá
Tomando chuva, se sujando de açaí
Eu sou de lá
Terra onde o outubro se desdobra sem ter fim
Onde um só dia vale a vida que eu vivi.
Domingo Santo que não posso descrever.
Pois há de ser mistério agora e sempre.
Nenhuma explicação sabe explicar.
É muito mais que ver um mar de gente
Nas ruas de Belém a festejar
É fato que a palavra não alcança
Não cabe perguntar o que ele é
O Círio ao coração do paraense
É coisa que não sei dizer...
Deixa pra lá.
Terá que vir
Pra ver com a alma o que o olhar não pode ver
Terá que ter
Simplicidade pra chorar sem entender
Quem sabe assim
Verá que a corda entrelaça todos nós.
Sem diferenças, costurados num só nó.
Amarra feita pelas mãos da Mãe de Deus
Estranho, eu sei
Juntar o santo e o pecador num mesmo céu
Puro e profano, dor e riso, livre e réu.
Seja bem-vindo ao Círio de Nazaré.

Eu sou de lá – Fafá de Belém e Padre Fabio de Melo

RESUMO

O objetivo desta dissertação é discutir a importância da teoria do etnodesenvolvimento para nortear políticas públicas que contribuam para a valorização da cultura local e o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba/PA, que trabalham com a produção dos brinquedos de miriti, artigos artesanais que fazem parte da cultura do estado do Pará e do Círio de Nazaré. Os brinquedos de miriti são patrimônio cultural material paraense, por retratarem o cotidiano da vida amazônica e pela sua ligação secular com o Círio de Nazaré. Os artesãos que produzem esses brinquedos são, em sua grande maioria, ribeirinhos que residem nas ilhas do interior do município de Abaetetuba/PA, sendo necessárias políticas públicas de desenvolvimento que respeitem suas características como comunidade tradicional, sua cultura e seus conhecimentos tradicionais. A indagação que o trabalho busca responder é como o etnodesenvolvimento pode contribuir para o desenvolvimento desses artesãos que trabalham com a produção e a comercialização dos brinquedos de miriti. A pesquisa é exploratória e descritiva, combinando as abordagens quantitativa e qualitativa. Emprega-se a técnica do estudo de caso, tendo como fontes de informação, além do material bibliográfico e documental, uma pesquisa de campo por meio de entrevistas realizadas com os artesãos e vendedores de miriti, que se encontravam na cidade de Belém do Pará, durante as festividades do Círio de Nazaré de 2020. A pesquisa de campo constatou que os envolvidos na produção e na comercialização dos brinquedos de miriti, possuem uma forte ligação cultural com a comunidade onde vivem e com a atividade artesanal que desempenham, mas apontam de forma clara, que o poder público não vem contribuindo para a valorização cultural dos brinquedos de miriti e para o desenvolvimento das comunidades que produzem esses artigos. Assim, esta dissertação buscou demonstrar que o etnodesenvolvimento pode nortear as políticas públicas, para o desenvolvimento dessas comunidades ribeirinhas, respeitando seus conhecimentos tradicionais, incentivando sua atividade econômica e colocando os artesãos no papel de protagonistas em seus planos de vida, contribuindo, deste modo, para a valorização cultural dos brinquedos de miriti e, conseqüentemente, do Círio de Nazaré.

Palavras-chave: Brinquedos de Miriti. Círio de Nazaré. Cultura. Etnodesenvolvimento. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to discuss the importance of the ethnodevelopment theory to guide public policies that contribute to the valorization of local culture and the development of riverside communities in the municipality of Abaetetuba / PA that works in the production of miriti toys, handmade articles that are part of the material culture of the state of Pará and the tradition of the “Círio de Nazaré”. The miriti toys are considered material heritage in the state of Pará, for portraying the daily life of the Amazon and for its secular connection with the “Círio de Nazaré”. The majority of artisans who produce these toys, live in riverside communities islands in the interior of the municipality of Abaetetuba, requiring public development policies that respect their characteristics as a traditional community, culture and traditional knowledge. The question that the work seeks to answer is how the ethnodevelopment theory can contribute to the development of these artisans who work with the production and commercialization of miriti toys. The research is exploratory and descriptive, combining quantitative and qualitative approaches. In this research, the case study technique was used, having as sources of information, in addition to bibliographic and documentary material, a field research through interviews with artisans and sellers of miriti, who were in the city of Belém in the state of Pará, during the 2020 “Círio de Nazaré” festivities. The field research shows that those involved in the production and commercialization of miriti toys have a strong cultural connection with the community where they live and with the artisanal activity they perform, but they point out that the government does not contribute for the cultural valorization of miriti toys and for the development of the communities that produce these articles. In conclusion, this dissertation demonstrate that the ethnodevelopment theory can guide public policies to contribute to the development of these riverside communities, respecting their traditional knowledge, encouraging their economic activity and placing artisans in the leading role in their life plans, contributing for the cultural valorization of miriti toys and consequently for the “Círio de Nazaré”.

Key-words: Círio de Nazaré. Culture. Ethnodevelopment. Miriti toys. Public Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Amazônia Legal.	41
Figura 2 - Mapa geográfico do Estado do Pará.	42
Figura 3 - Ilustração do achado da imagem por Plácido.	60
Figura 4 - Círio de Nazaré de 2019.	65
Figura 5 - Brinquedos de miriti com representação tradicional.	70
Figura 6 - Brinquedos de miriti com representação inovadora.	71
Figura 7 - Girândola feita de miriti.	73
Figura 8 - Feira do Artesanato no complexo turístico Porto Futuro.	79

LISTA DE SIGLAS

APAM-	-	Associação dos Artesãos Produtores de Miriti
BASA	-	Banco da Amazônia
CESUPA	-	Centro Universitário do Estado do Pará
CFRB/88	-	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
DIEESE	-	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EMBRAPA	-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETDUFPA	-	Escola de Teatro e Dança da UFPA
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA	-	Instituto de Ciências das Artes
INRC	-	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	-	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MINC	-	Ministério da Cultura
OIT	-	Organização Internacional do Trabalho
ONG	-	Organização Não Governamentais
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PNC	-	Plano Nacional de Cultura
PNPCT	-	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNUD	-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAC	-	Programa Nacional de Apoio à Cultura
RAIS	-	Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE	-	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNC	-	Sistema Nacional de Cultura
SPVEA	-	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	-	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UFPA	-	Universidade Federal do Pará
UNESCO	-	Organização Das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O MUNDO É UM, É OCA: CULTURA, DESENVOLVIMENTO E GLOBALIZAÇÃO	23
2.1 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE O CONCEITO DE CULTURA	24
2.2 A PROTEÇÃO À CULTURA E AO DESENVOLVIMENTO CULTURAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	29
3 EU SOU DE LÁ!: (SUB)DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E ETNODESENVOLVIMENTO.....	40
3.1 DESENVOLVIMENTO EXÓGENO NA AMAZÔNIA LEGAL.....	43
3.2 AS COMUNIDADES TRADICIONAIS E OS RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA.....	48
3.3 ETNODESENVOLVIMENTO	53
4 NAZARÉ, MÃE DA TERRA, MÃEZINHA: O CÍRIO DE NAZARÉ E OS ARTIGOS DE MIRITI.....	58
4.1 DAS MARGENS DO IGARAPÉ ÀS RUAS DA CIDADE: O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSOLIDAÇÃO CULTURAL DO CÍRIO DE NAZARÉ.....	59
4.2 A TERRA DOS BRINQUEDOS DE MIRITI	67
4.3 MIRITI, ALEGRIA E FÉ: ARTIGOS DE MIRITI COMO SÍMBOLOS DE FÉ E DIVERSÃO	72
5 – GIRA, GIRÂNDOLA DE MIRITI: AS VOZES DO MIRITI	76
5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	77
5.2 RESULTADOS OBTIDOS	80
5.2.1 Aspectos culturais da produção de artigos de miriti.....	81
5.2.2 A comercialização dos artigos de miriti e a pandemia da Covid-19.....	87
5.2.3 – Atuação do poder público para valorização do brinquedo de miriti.....	94
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS	104
ANEXO A - Roteiro de entrevistas	113
ANEXO B - Termo de consentimento livre e esclarecido	114
ANEXO C - Termo de autorização para gravação de voz.....	116

1 INTRODUÇÃO

O despertar do segundo domingo de outubro é especial para os paraenses. É o dia da procissão do Círio de Nazaré, festa religiosa que extrapola o campo da fé, para representar um momento em que o povo do estado do Pará festeja a sua padroeira, mas também a sua cultura, os seus saberes, os seus costumes. As milhares de pessoas que percorrem, pacificamente, rezando e cantando, as ruas de Belém, naquele momento, estão irmanadas por um sentimento único, muito difícil de ser explicado e descrito, mas que invade a alma e transborda pelo corpo. A festa de Nazaré culmina com a grande procissão, mas é um momento em que os paraenses e os seus convidados, além de parentes vindos do interior do estado e de fora dele, revivem suas tradições culturais, comem pato no tucupi, maniçoba e outras iguarias típicas, enquanto as crianças correm de um lado ao outro com seus roque-roques, seus barquinhos e cataventos feitos de miriti, uma palmeira local, típicos da cidade de Abaetetuba-PA.

Cultura é uma palavra quase impossível de se reduzir a um único termo, fechado e singular, dada a existência de múltiplas culturas mundiais, diferentes povos e costumes, que se expressam das mais variadas formas. A preservação e o respeito à diversidade cultural são um dos pressupostos da dignidade da pessoa humana, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2002) (VILLELA, 2014).

Pode ser concebida como um conjunto de aspectos distintivos, espirituais e materiais do modo de vida dos povos, englobando suas tradições, crenças e costumes, podendo ser percebida tanto de forma material quanto imaterial (UNESCO, 2003).

A cultura imaterial corresponde às práticas, representações, expressões e conhecimentos tradicionais dos povos, que são transmitidas de geração em geração, sendo recriadas constantemente por eles, em função da sua integração com a natureza e da sua história, perpetuando sua identidade como povo. Complementarmente, a cultura passa a ter materialidade por meio dos objetos que estão presentes no dia a dia dos povos, representando o seu cotidiano e passando a ser um símbolo de identificação da comunidade, como é o caso dos brinquedos de miriti da cidade de Abaetetuba/PA (BITTENCOURT, 2020).

Nesta pesquisa, buscou-se retratar a cultura como um canal de diálogo entre o passado e o presente, que pode contribuir diretamente para o desenvolvimento das comunidades tradicionais por meio da valorização dos costumes e representações locais, direito este garantido pelas legislações nacionais e internacionais.

A proteção e o desenvolvimento cultural encontram tutela jurídica tanto nas legislações internacionais quanto nas nacionais, com uma extensa gama de dispositivos relativos ao tema.

A cultura é considerada um direito humano de todos, conforme a Declaração Universal de Direitos do Homem (1948) e a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2002), podendo ser identificada dentro da realidade local de diversas formas, como por exemplo, por meio dos costumes, tradições e representações materiais dos povos, devendo o Estado elaborar políticas de desenvolvimento que levem em consideração as particularidades culturais locais.

Neste sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88 estabelece que o Estado é o principal responsável por garantir, apoiar e incentivar a cultura em todo o território nacional. No âmbito regional, poucas leis tratam sobre o tema, devendo-se destacar a Lei municipal nº 438/2015, de Abaetetuba/PA, a “terra dos brinquedos de miriti”, que estabelece o papel central do município na gestão cultural, definindo metas a serem alcançadas e prevendo a participação da sociedade na formulação de programas e projetos de desenvolvimento, respeitando os aspectos culturais.

Apesar das previsões legislativas, percebe-se que, nos últimos anos, o processo de globalização, que transformou as relações sociais por todo o mundo, atingiu profundamente os aspectos culturais dos povos, principalmente daqueles vulnerabilizados. Santos (2011) esclarece que o processo de globalização ocorreu de forma não consensual, decorrente de diversos conflitos e oposição de interesses, abrindo espaço somente de forma parcial para as culturas locais, apenas para suprir os interesses do mercado, em uma clara massificação da cultura, também considerada um produto a ser negociado no mercado, ameaçando os costumes locais.

Ao longo do mestrado, pude perceber como a imposição dos interesses exógenos foi um marco no processo histórico de desenvolvimento da Amazônia brasileira. O modelo de colonização empregado pelos povos europeus modificou profundamente a realidade local, principalmente com relação aos povos indígenas que habitavam a região, subjugando sua cultura e impondo crenças e costumes vindos da Europa. Posteriormente, a região passou a ser vista como uma fonte inesgotável de matéria-prima a ser explorada, sendo elaborados diversos planos de desenvolvimento que só visavam atender aos interesses externos em detrimento dos interesses locais (BECKER, 2005).

Durante o século XX, as políticas de integração amazônica, elaboradas pelos governos militares, abriram a região para os mercados externos e para a instalação de grandes empresas, buscando atrair novos investimentos e explorar as potencialidades econômicas da região, com base em um discurso de desenvolvimento exógeno, que afetou a vida dos habitantes, principalmente com a instalação dos grandes projetos minerários (SCHMINK; WOOD, 2012; LOUREIRO, 2019).

As comunidades tradicionais amazônicas foram as principais afetadas por essas políticas públicas impostas na região, tendo suas terras invadidas e seus costumes atacados pela imposição dos interesses externos. Frente às tradicionais políticas exógenas de desenvolvimento aplicadas, a teoria do etnodesenvolvimento se mostra como uma possível via alternativa para a elaboração de políticas públicas, que respeitem as características singulares destas comunidades ribeirinhas e contribuam para o seu desenvolvimento.

Para Séguin (2017), a teoria do etnodesenvolvimento busca garantir que as comunidades tradicionais tenham a sua cultura preservada, enquanto são inseridos nos campos de decisões das políticas públicas a serem elaboradas, visando garantir sua participação na defesa dos interesses locais. As comunidades ribeirinhas da Amazônia possuem um estilo de vida singular, relacionando-se, intimamente, com o território, em um laço construído secularmente com a natureza, possuindo uma cultura riquíssima que é representada de diversas formas (LIRA; CHAVES, 2016).

Dentro do campo das representações da cultura local, lembrei daqueles pequenos barquinhos, cobras e pássaros feitos de miriti, que marcaram muito minha infância. A partir desta observação, passei a realizar os primeiros estudos sobre a produção dos brinquedos de miriti, suas características, seus personagens principais e todo o processo realizado, desde a extração da vegetação nativa até a venda dos brinquedos pelas ruas de Belém durante as festividades do Círio de Nazaré.

A pesquisa levou-me a estudar o município de Abaetetuba/PA, na região tocantina do Estado do Pará, principal polo de fabricação dos brinquedos de miriti. A produção dos brinquedos de miriti, realizada por ribeirinhos que habitam as 72 ilhas que compõem a área territorial do município, inicia-se com a extração das braças da palmeira, que cresce em abundância na beira dos rios amazônicos (FERRANTI, 2013).

Essas comunidades, que vivem à beira do rio, depois de coletar a matéria-prima das palmeiras, passam a realizar o seu tratamento, separando os materiais que servirão de base para a produção de paneiros e de brinquedos de artesanato. Posteriormente, a matéria-prima coletada às margens do rio é utilizada para a produção dos brinquedos de miriti, trabalho este feito dentro do núcleo familiar dos artesãos, que, em sua grande maioria, ainda vivem no núcleo rural do município (SANTOS; FERREIRA, 2011).

A partir da pesquisa, pude entender as representações da realidade local das comunidades ribeirinhas por meio dos brinquedos de miriti, como animais, embarcações e casas, dentre outras figuras que permeiam o imaginário local, passando, então, a compreender o importante papel que eles possuem na criação de uma identificação entre a natureza e o povo.

Diversas comunidades ribeirinhas que atuam na produção dos brinquedos de miriti buscam, na comercialização das matérias-primas e do artesanato pronto, meios para subsistir com a venda desses objetos culturais, porém, o que se observa, na realidade, é que muitos deles necessitam se dedicar a outras atividades para poderem complementar suas rendas (RIBEIRO; LOBATO; ALEXANDRE, 2017; FERREIRA JUNIOR, 2015).

Ferreira Junior (2015) aponta que, no Círio de Nazaré, muitos objetos feitos de miriti, como réplicas de embarcações e de casas, são exibidos pelos promesseiros, como representação dos milagres alcançados pela intercessão da padroeira dos paraenses, estando, historicamente, incorporados às festividades.

A origem do Círio de Nazaré é envolta em mitos e fatos, que, até os tempos atuais, são revividos e difundidos pelas ruas de Belém/PA. O mito da criação, como é conhecida a narrativa popular da descoberta de uma imagem da padroeira dos paraenses, conta que um caboclo, chamado Plácido, ao caminhar às margens do igarapé do Murutucu, em 1700, encontrou a imagem de uma santa repousando em um nicho natural, próximo a um taperebazeiro, estando costurado, no seu manto, um papel onde se lia “Nossa Senhora de Nazaré do Desterro” (PANTOJA, 2006; ROCQUE, 2014).

Maravilhado com sua descoberta, Plácido levou a imagem para ser cultuada por sua família, colocando-a em uma pequena ermida em sua residência, mas, na manhã do dia seguinte, foi surpreendido pelo sumiço da santa. O caboclo, procurando pela imagem, dirigiu-se ao local onde fora feita a descoberta no dia anterior, achando-a repousando em seu nicho natural. Ainda de acordo com o mito, as fugas ganharam grande notoriedade entre a população da época, o que despertou a atenção das autoridades locais, que não acreditavam na história de Plácido, sendo determinado que a imagem fosse trancada no palácio do governo, para testar se a mesma iria desaparecer. Na manhã seguinte, as autoridades foram surpreendidas pelo desaparecimento da imagem, que foi encontrada às margens do igarapé do Murutucu, repousando em seu nicho natural (PANTOJA, 2006).

Conforme Rocque (2014), os documentos da época, início do século XVIII, apontam que Plácido residia próximo ao referido igarapé, local de trânsito de viajantes que vinham dos interiores para a capital comercializar seus produtos. A imagem achada por Plácido possui características portuguesas e era frequentemente transportada por jesuítas que vinham do município de Vigia, no Pará, onde já era cultuada a imagem de Nossa Senhora de Nazaré há alguns anos. O autor aponta que o achado, de fato, ocorreu em outubro de 1700, tendo sido a imagem, provavelmente, perdida por um viajante que ali transitava.

Nas décadas que se sucederam, a devoção e o culto à imagem que foi achada por Plácido foi crescendo aos poucos, ganhando mais notoriedade, principalmente, nos períodos em que a cidade de Belém/PA passou por diversas epidemias, tendo a população entregue sua confiança à Nossa Senhora em busca da cura. No período final do século XVIII, mais precisamente no ano de 1771, o governador da província do Pará, Francisco de Sousa Coutinho, decidiu organizar uma grande feira no período em que os peregrinos iam até a ermida construída por Plácido, até que, finalmente, em 1773, o governador da província decidiu realizar uma procissão pelas ruas de Belém/PA, que se tornou o primeiro Círio de Nossa Senhora de Nazaré (ROCQUE, 2014; GODINHO, 2018).

O Círio, ao longo dos séculos que sucederam, incorporou novos elementos, novas procissões, estruturou sua organização em uma diretoria central para a realização das festividades e atraiu cada vez mais promesseiros às ruas de Belém/PA, reunindo, nos tempos atuais, milhares deles no segundo domingo de outubro, sendo considerado como patrimônio cultural imaterial da humanidade pela UNESCO (2014). As festividades vão além dos aspectos religiosos, possuindo um papel fundamental, tanto no resgate e na valorização da cultural local, como no fomento de diversos setores econômicos (COSTA et. al, 2008; MATOS, 2010).

A mim, particularmente, o Círio de Nazaré, presente em todos os momentos da minha vida, sempre simbolizou muito mais do que uma procissão católica que ocorria pelas ruas de Belém, mas uma verdadeira celebração de familiares e amigos, reunidos no tradicional almoço após a procissão do domingo, almoço este muito mais aguardado do que o próprio Natal. A quantidade de pessoas que se deslocavam para as ruas de Belém e os comerciantes vendendo os brinquedos de miriti era algo que me encantava, e que considerava parte indissociável das festividades, tal como a corda atrelada à berlinda.

Com o passar dos anos, minha conexão com as festividades de Nossa Senhora de Nazaré desde a infância foi se tornando cada vez mais intensa e profunda, acumulando histórias que foram sendo construídas nas ruas de Belém, tal qual preconiza a música “Círios” dos compositores Vital Lima e Marco Aurélio (2000): “Outros Outubros tu verás e outubros guardam histórias”.

Junto com a graduação em direito, passei a participar da organização de eventos culturais, o que me permitiu olhá-los de outro modo, principalmente, descobrindo o seu potencial em contribuir para o desenvolvimento local. Este é o caso do Círio de Nazaré que contribui diretamente para o desenvolvimento do estado do Pará, fomentando diversos setores econômicos, tendo como principais beneficiados o turismo local, a produção e a comercialização de artigos artesanais e o setor da agricultura e da agropecuária. No ano de

2019, por exemplo, injetou na economia paraense quase 1 (um) bilhão de reais, conforme dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, veiculados pela Agência Pará (2019).

Foi por meio dessas produções de evento que, no ano de 2014, recebi um convite para participar da organização do cortejo espetacular “Auto do Círio”, um projeto de extensão da Universidade Federal do Pará – UFPA, vinculado ao Instituto de Ciências das Artes – ICA e à Escola de Teatro e Dança da UFPA – ETDUFPA. O “Auto do Círio”, realizado na sexta-feira que antecede a procissão, muito mais que um espetáculo realizado pelas ruas da Cidade Velha, bairro mais antigo de Belém, em homenagem à padroeira dos paraenses, é, na realidade, um momento de celebração da cultura paraense e de aproximação da comunidade. Ao longo destes anos, o “Auto do Círio” proporcionou-me ampliar os meus conhecimentos sobre o bairro da Cidade Velha, sua comunidade, seus casarões antigos e as crianças brincando na praça do Carmo. Por meio deste convívio, passei a identificar diversas mudanças que me foram relatadas de como antigos costumes estavam desaparecendo do bairro e como o “Auto do Círio” ajudava a resgatar alguns desses elementos.

Passei a perceber a importância de se buscar meios de preservar e valorizar nossa cultura paraense, visto que havia se tornado uma angústia constante o fato de nossa bela cultura local encontrar-se sempre ameaçadas pelo que “vem lá de fora, transformados até a alma, sem cultura e opinião”, como a famosa música “Belém-Pará-Brasil”, da banda Mosaico de Ravena (1997), já alertava. Essa inquietação com o constante processo de influência da globalização sobre a cultura local aumentou a partir do início do ano de 2018, quando fui selecionado pelo Consulado do Japão, em Belém, para fazer um curso de aperfeiçoamento na realização de eventos culturais japoneses e tradição cultural japonesa, em Tóquio, no Japão, onde pude observar a preocupação constante do governo japonês e das comunidades locais com o avanço constante da globalização sobre a cultura e a necessidade de incentivar festivais culturais, que se tornaram aliados no resgate e na valorização da cultura do país.

O período em que ocorre o Círio de Nazaré é o principal momento de comercialização de brinquedos de miriti ao longo do ano, quando artesãos e “girandeiros”¹, como são chamados os que os vendem, saem do município de Abaetetuba em direção à capital do Estado para exporem e venderem seus produtos (FERREIRA JUNIOR, 2015).

¹ Os brinquedos de miriti são tradicionalmente vendidos pelas ruas, por pessoas conhecidas como girandeiros, que portam uma girândola, espécie de mostruário em forma de cruz, também feito de miriti, na qual se penduram os brinquedos que serão comercializados.

Esses brinquedos são símbolos do Círio, reconhecidos pela Lei municipal de Belém/PA nº 9.126, de 15 de junho de 2015, como patrimônio cultural da cidade de Belém por serem símbolos do Círio, e tornaram-se objetos de desejo e cobiça entre as crianças, além de serem carregados por promesseiros como um meio de agradecer pelas graças alcançadas devido à sua identificação como uma representação da cultura local. No período do Auto do Círio, a praça do Carmo fica repleta de brinquedos de miriti, que são comercializados pelos *girandeiros*, os quais, todavia, ao longo dos anos vêm sofrendo com o processo de globalização e a falta de apoio para o desenvolvimento da atividade.

Por meio dos estudos realizados, percebe-se que o intenso processo de globalização, vivenciado nos últimos anos, vem afetando profundamente a vida das comunidades ribeirinhas e a cadeia produtiva do miriti, seja pela falta de incentivos para a manutenção da vegetação nativa, que vem sendo substituída por outros tipos de plantios que estão em alta nos mercados internos e externos, seja pelos impactos que a globalização vem ocasionando nos costumes culturais dos habitantes ribeirinhos, sendo necessárias políticas públicas que valorizem a cultura local e contribuam para o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas que produzem os brinquedos de miriti (DOMINGUES; BARROS, 2016).

Reflexo disso é o fato de as representações tradicionais dos brinquedos de miriti virem perdendo espaço para inovações, por meio da inclusão de super-heróis e de personagens de desenhos animados mundialmente conhecidos, deixando de refletir, especificamente, a realidade local, em uma tentativa de atrair mais o público infantil. Essa mudança não se resume apenas à modificação de um brinquedo, mas de um objeto da cultura material do estado do Pará, justamente por refletir a realidade local, por outro que não possui ligação com nosso povo.

Hoje, os brinquedos de miriti buscam se adaptar para resistir culturalmente frente às externalidades negativas do processo de globalização, buscando atrair um novo público, inclusive inovando na fabricação de outros artigos de miriti, como objetos de decoração residencial. Os artesãos de miriti também possuem diversas dificuldades para continuar suas atividades, visto que, constantemente, precisam desenvolver outras tarefas para garantir o sustento de suas famílias, abandonando o artesanato e não dando continuidade à tradição que vem sendo passada de geração em geração no seu núcleo familiar (FERREIRA JUNIOR, 2015).

É necessário pensar em alternativas de valorização da cultura local, preservando tradições culturais locais, como o Círio de Nazaré e os brinquedos do miriti e, conseqüentemente, garantindo o fomento aos produtores dos brinquedos de miriti, para que as comunidades ribeirinhas possam continuar a se desenvolver, por meio do seu artesanato,

respeitando os aspectos que as identificam como povo e fazendo com que as suas vozes sejam, efetivamente, ouvidas pelo poder público.

É necessário que as políticas de desenvolvimento para as comunidades ribeirinhas saiam do âmbito nacional e passem a serem elaboradas pelos atores locais, levando em consideração seus aspectos culturais, sua ligação com a natureza, seu modo de vida singular e seus conhecimentos tradicionais, conforme Paz (2020). Esta forma de desenvolvimento é defendida pelo etnodesenvolvimento, modelo que se buscará discutir como uma possível alternativa ao progresso econômico, pois preserva os aspectos culturais das comunidades tradicionais que atuam na produção dos artigos de miriti.

Desse modo, este trabalho propõe-se a responder o seguinte problema: como o etnodesenvolvimento pode contribuir para a valorização da cultural e o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas produtoras de brinquedos do miriti para as festividades do Círio de Nazaré?

O objetivo geral é discutir a importância do etnodesenvolvimento para nortear políticas públicas que contribuam para a valorização da cultural local e o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas de Abaetetuba/PA que trabalham com a produção dos brinquedos de miriti, produtos que fazem parte da cultura material do estado do Pará e do Círio de Nazaré.

São objetivos específicos da pesquisa: estabelecer o conceito teórico de cultura, sua proteção normativa, e a ligação existente entre cultura, globalização e desenvolvimento; compreender o processo histórico de desenvolvimento amazônico, as características dos povos ribeirinhos e estudar o etnodesenvolvimento como uma possível alternativa para a região; revelar as origens do Círio de Nazaré e como ocorre a produção dos brinquedos de miriti pelos ribeirinhos em Abaetetuba/PA até a sua comercialização nas festividades em Belém/PA; compreender a realidade dos artesãos dos brinquedos de miriti, a partir dos seus relatos, para responder como o etnodesenvolvimento pode contribuir para a valorização da cultural local e para a melhoria das condições de vida dos ribeirinhos artesãos.

Justifica-se o presente estudo devido à necessidade de se discutir a importância da aplicação da teoria do etnodesenvolvimento como um norteador de políticas públicas para o desenvolvimento para as comunidades ribeirinhas amazônicas que dependem do artesanato do miriti, visto que, tradicionalmente, os modelos adotados são elaborados de forma exógena, sem a efetiva participação da comunidade para determinar os rumos dos seus projetos, tampouco levando em consideração os seus aspectos culturais.

Esta pesquisa está diretamente vinculada à linha de pesquisa Direito, Políticas Públicas e Direitos Humanos do Programa de Pós-graduação *stricto-sensu* em Direito do Centro

Universitário do Estado do Pará – CESUPA, na medida em que a garantia do desenvolvimento, levando em consideração os aspectos culturais dos indivíduos, deve ser efetivada pelo Estado, por intermédio de políticas públicas, a fim de que as comunidades tradicionais possam concretizar os seus direitos civis, políticos, sociais e culturais, bem como os seus projetos de vida. Assim, valorizar os aspectos étnicos dos povos ribeirinhos está diretamente relacionado à proteção dos direitos humanos inerentes a eles.

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa e emprega a técnica de estudo de caso, sendo coletados os dados aqui apresentados por meio de uma série de entrevistas realizadas com artesãos e vendedores de miriti, para aprofundar e melhor compreender a sua ligação cultural com os brinquedos de miriti, a comercialização nos últimos anos e como o poder público vem atuando para desenvolver essas atividades, valorizando a cultura local e desenvolvendo a produção dos brinquedos de miriti (MINAYO, 2012).

As entrevistas foram realizadas na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, durante a realização do Círio de Nossa Senhora de Nazaré de 2020, mais precisamente, dos dias 10 a 12 de outubro de 2020, sendo procedidas visitas a diversas feiras e locais públicos onde estavam ocorrendo a comercialização de produtos artesanais e manifestações culturais típicas do período. As entrevistas foram elaboradas obedecendo um roteiro semiestruturado, em que foram elaboradas perguntas prévias a serem feitas aos entrevistados, mas deixando em aberto a possibilidade de novas indagações que surgissem a partir dos seus relatos pessoais. Posteriormente, a análise dos dados coletados foi feita pela técnica de separação das falas em categorias de análise, construindo uma sequência lógica de informações para poder se enfrentar o problema proposto na presente pesquisa (MINAYO, 2012).

É importante destacar que todos os entrevistados foram informados das condições presentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tendo concordado com a realização e a gravação das entrevistas, mediante a confirmação de que seria preservado seu anonimato, compromisso este seguido na elaboração da presente dissertação, na qual os nomes originais foram alterados, mantendo-se as falas na forma original, como foram expressas pelos entrevistados.

O presente estudo possui, quanto ao seu objetivo principal, características exploratórias e descritivas. Quanto aos aspectos exploratórios a pesquisa buscou uma maior familiaridade com a tradição que envolve a produção dos brinquedos de miriti, para entender, por meio de entrevistas realizadas com artesãos e vendedores, como funciona o processo de produção e qual a importância que esses artigos têm em suas vidas. Quanto aos aspectos descritivos, os fenômenos observados a partir dos dados coletados nas entrevistas permitiram entender o

cotidiano dos entrevistados e a sua percepção acerca da atuação do poder público na valorização cultural e no seu desenvolvimento, o que possibilitou apontar caminhos alternativos de desenvolvimento para essas comunidades (MINAYO, 2012).

A presente dissertação está dividida em introdução, quatro seções de desenvolvimento, considerações finais e referências, buscando atingir os objetivos propostos. Destaca-se que os títulos dos capítulos correspondem a trechos de músicas compostas por artistas locais, criando uma conexão entre o assunto que está sendo discutido e a cultura local.

A primeira seção, intitulado “O mundo é um, é oca: cultura, desenvolvimento e globalização”, destina-se a construir o conceito teórico de cultura, desde as primeiras noções como cultivo da natureza, até os atuais conceitos de diversidade cultural, destacando-se como a cultura material e imaterial está presente nas manifestações culturais dos povos amazônicos, abordando-se como o direito à cultura vem sendo protegido pelas normas nacionais e internacionais, bem como a sua importância para novas políticas de desenvolvimento frente à crescente globalização mundial.

A segunda seção, chamado “Eu sou de lá!: (sub)desenvolvimento histórico na Amazônia brasileira e etnodesenvolvimento”, busca compreender como se deu o processo histórico de povoamento e de desenvolvimento da Amazônia brasileira, por meio de políticas públicas elaboradas de forma exógena, apontando as particularidades das comunidades tradicionais que habitam na região e perquirindo se o etnodesenvolvimento contribuiria para a elaboração de uma política de desenvolvimento para essas comunidades.

Na terceira seção, que tem como título “Nazaré, mãe da terra, mãezinha: o Círio de Nazaré e os artigos de miriti”, será abordada a maior manifestação cultural paraense, o Círio de Nazaré, responsável por movimentar diversos setores da economia local, demonstrando-se como funciona o processo de fabricação dos brinquedos de miriti no município de Abaetetuba/PA e a ligação histórica existente entre o Círio e eles.

Por fim, na última seção, com o título “Gira, girândola de miriti: as vozes do miriti”, serão demonstrados os dados coletados na pesquisa de campo, dando-se voz aos artesãos e vendedores dos brinquedos de miriti, para se poder entender a realidade local, sua ligação cultural com os brinquedos e como o poder público vem atuando para o desenvolvimento dessas comunidades e a valorização da cultura local, sendo apontadas alternativas de desenvolvimento para essas comunidades, pautadas em políticas públicas baseadas na teoria do etnodesenvolvimento.

Espera-se que a presente pesquisa possa contribuir para a valorização da cultura local, apontando vias alternativas para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento para as

comunidades ribeirinhas, que dependem da produção e da comercialização dos brinquedos de miriti para a sua subsistência.

2 O MUNDO É UM, É OCA: CULTURA, DESENVOLVIMENTO E GLOBALIZAÇÃO

Vais sorrir pro revelado
 Fruto da emoção na boca
 De que tudo é amarrado
 E o mundo é um, é oca
 Menino acorda e vem olhar
 O sol não tarda em levantar
 Vem ver Belém
 Que começa a festejar
 Outros outubros tu verás
 E outubros guardam histórias
 Ver o peso
 Quando for a hora
 (Círios – Vital Lima/ Marco Aurélio)

Os versos da canção Círios, escrita pelos compositores Vital Lima e Marco Aurélio (2000), retratam, de forma muito particular, a relação existente entre o povo e o Círio de Nazaré na cidade de Belém do Pará. As emoções vivenciadas na manhã do segundo domingo de outubro pela multidão de promesseiros que aguardam, ansiosamente, pelo início da maior manifestação de fé católica do país, conforme a Diretoria da Festa do Círio de Nazaré (2020), é um laço contínuo entre o passado, o presente e o futuro que alimenta a cultura local. De igual modo, o compositor revela o momento em que vivemos, em que a relação entre os povos rompeu as barreiras locais, em um processo de globalização que se intensificou com o avanço dos meios de comunicação, fazendo com o que o mundo se torne cada vez mais uniformizado.

O termo cultura sofreu diversas transformações ao longo dos séculos, acompanhando as mudanças sociais, incorporando novos elementos e ganhando uma importância nunca antes vista, sendo, hoje, indissociável do bem-estar humano e da busca de um modelo de desenvolvimento que respeite as diferenças de cada povo e melhore a sua qualidade de vida. Devido à sua importância, o direito à cultura é tutelado por diversos órgãos internacionais e legislações nacionais, que passaram, no último século, a não somente estabelecer medidas para proteger as culturas locais, mas também a buscar instituir uma política de desenvolvimento cultural que seja eficaz e conte com a participação de agentes locais.

Existe, nos tempos atuais, uma preocupação evidente com a preservação das culturas locais, visto que a globalização e a abertura dos países para o capital e a influência estrangeiras criaram um padrão hegemônico de consumo e uma planificação cultural a ser seguida, que sufoca os atores locais e destrói um dos aspectos mais preciosos de um povo, sua cultura. Este processo já está ocorrendo na produção dos artigos de miriti, produtos imprescindíveis para o

município de Abaetetuba/PA, fonte de sustento para milhares de famílias, mas que, nos últimos anos, vêm enfrentando diversas externalidades negativas decorrentes da globalização.

Antes de discutir como a globalização impacta na cultura local e na vida das comunidades ribeirinhas que produzem os brinquedos de miriti, e de se propor alternativas de desenvolvimento que respeitem os aspectos culturais da região, necessário é estabelecermos conceitos que irão ser utilizados durante todo o trabalho; o primeiro deles é o de cultura.

2.1 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE O CONCEITO DE CULTURA

Cultura, em sua concepção originária, era a prática de semear a terra para a produção de alimentos e desenvolver um local de identificação e moradia, conforme aponta Eagleton (2011). Posteriormente, a ideia de cultura transpôs o campo da cultivo orgânica e passou a abranger a cultivo do ser humano no âmbito interno, um autocultivo capaz de expandir os horizontes filosóficos e do espírito humano, que sofre transformações com as mudanças sociais que acontecem ao longo dos séculos.

No pensamento de Eagleton (2011), a cultura aproxima-se da pedagogia ética, essencial para a cidadania política dos indivíduos, através da libertação do eu individual ou da coletividade, respaldado na figura do Estado como garantidor de suas manifestações. Williams (1976) propôs, em sua clássica obra “Keywords”, três grandes sentidos modernos para podermos compreender a evolução social da palavra cultura e de seu conceito.

O primeiro sentido liga a cultura diretamente aos ideais do iluminismo e ao autodesenvolvimento progressivo da intelectualidade e do espírito. Na Alemanha, é utilizada como uma forma de contraposição ao conceito de civilização, por ser matéria bem mais complexa que a simples cordialidade e as boas maneiras, sendo considerada crítica e mentalmente mais elevada. Quanto maior a degradação da civilização, mais a cultura reafirma o seu caráter crítico, sendo considerada patricia e populista:

O conceito de cultura ataca agora, com edipiana ferocidade, os seus progenitores. A civilização era abstracta, alienada, fragmentada, mecânica, utilitária, escrava de uma fé cega no processo material; a cultura em contrapartida, era considerada holística, orgânica, sensível, autotélica, evocativa (EAGLETON, 2011, p. 23).

É no populismo que o segundo sentido da cultura é explorado. Fortemente influenciado pelo conceito de Herder (1995)², que apresenta sinais precursores do pós-modernismo, a cultura passa a se referir à forma plural e diversificada das diferentes nações e períodos, bem como à diferença de tipos de cultura dentro do âmbito de cada nação, como, por exemplo, a cultura econômica e a social.

O processo de afastamento da cultura dos assuntos relacionados à política intensifica-se, tornando-a sinônimo de aprendizado, principalmente das artes e das expressões artísticas:

O sentido mais lato e socialmente responsável de cultura é firmemente mantido em jogo, mas apenas pode ser definido por um sentido mais especializado do termo (cultura enquanto artes) que ameaça constantemente substituí-lo (EAGLETON, 2011, p. 23).

Surge, então, o terceiro sentido da cultura para Williams (1976), consoante o qual passa a ser um corpo de obras artísticas e intelectuais de reconhecido valor, englobando não somente as produções em si, mas também os artistas e outros atores que estejam diretamente ligados ao processo artístico, quando vista a partir do conceito de materialidade cultural.

Os três sentidos apresentados são as bases fundamentais da ideia de cultura que temos hoje, mesclando elementos materiais e imateriais, devendo se destacar a autodeterminação dos povos com suas características particulares, as produções artísticas que marcam a história da humanidade e o refinamento do espírito humano.

Villela (2014) ensina que os três sentidos apresentados se ramificam em diversos outros elementos, não podendo a cultura ser restrita a um conceito único, fechado, nem a características definidas previamente e que se dirigem a um povo dominante que tenta impor os seus costumes e as suas crenças para outras populações, como ocorreu no processo de colonização que o mundo vivenciou durante vários séculos. Ao contrário, quando discutimos atualmente cultura, não podemos definir o termo no modo singular, sendo necessário transpor as barreiras da massificação cultural existente para podermos ver cada povo inserido dentro da sua própria cultura e dos seus próprios costumes, o que cria uma pluralidade de aspectos culturais que impossibilita a construção de um conceito fechado.

A diversidade cultural ganhou grande visibilidade, principalmente, a partir das conferências regionais realizadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, na África (1975) e na América Latina e Caribe (1978), conforme Rovai (2013). Em 1998, na Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais

² Para Herder (1995), cultura é o próprio sangue vital das pessoas, sendo considerada uma força espiritual partilhada que se manifesta em todos os costumes, crenças e práticas de um povo, mantendo intacta a sociedade.

para o Desenvolvimento, organizada pela referida entidade, foram debatidos diversos temas com o objetivo de melhorar a compreensão da cultura pelos mais diversos povos que constituem as nações do mundo, observando-se que deve ser concebida como um conjunto de aspectos distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social, englobando o modo de vida, os direitos fundamentais, as tradições, as crenças e as políticas de desenvolvimento voltadas à proteção desses aspectos dos povos. Como quer Rovai:

O patrimônio passou a ser entendido como todo conhecimento que uma sociedade produz e possui de si mesma, assim como as formas de se conceber e de se posicionar diante de outras, sua maneira de existir, acreditar, manifestar seus saberes, organizar suas cerimônias coletivas, suas festividades, a manutenção de suas tradições, o uso de suas técnicas e experiências, enfim, tudo aquilo que tem significado e dá sentido à sua vida individual e à identidade coletiva (ROVAI, 2013, p. 12).

Os conhecimentos, as crenças, os valores e os hábitos que integram a cultura de um povo são transmitidos de geração em geração pelos indivíduos que compõem a sociedade, principalmente dos mais velhos para os mais novos, o que revela um outro elemento importantíssimo na cultura, o aprendizado dos costumes locais. Porém, essa herança cultural transmitida do passado para o presente não é estática, sofrendo mudanças com as novas gerações que vão surgindo, que agregam elementos novos ao patrimônio cultural da sociedade, principalmente pela troca de experiência com outros grupos sociais, não podendo esses novos traços culturais se sobreporem aos que ali já existiam.

Isso porque a cultura, apesar de ser contínua e de sempre se transformar, deve estabelecer um canal de ligação entre passado e presente, fazendo com que as novas gerações possam se desenvolver plenamente, mantendo as características que as identificam como um povo. Furtado (1984) afirma que a cultura é um organismo vivo em constante processo de mutação e de readaptação para se adequar às novas condições sociais, dividida em duas frentes que se relacionam: a cultura material, que possui um aspecto técnico e instrumentos que possibilitam a capacidade de ações da sociedade e a cultura imaterial, que corresponde à utilização desses instrumentos na organização social, ciências, artes, filosofia, música, religião, moral e costumes.

A UNESCO (2003) define o patrimônio cultural imaterial como as práticas, representações, expressões e conhecimentos técnicos, que, somados aos instrumentos, objetos e lugares associados às comunidades, formam o patrimônio cultural de um povo. Essa cultura imaterial é transmitida de geração em geração, sendo constantemente recriada pelas

comunidades em função da sua interação com a natureza e pelo evoluir de sua história, gerando um sentimento de identidade e de continuidade dos costumes.

No mesmo sentido, Bittencourt (2020) ensina que o patrimônio imaterial tem sua base ligada fortemente aos conceitos de identidade e de memória, sendo uma criação consciente dos homens para os homens, seja na inclusão, seja na exclusão de elementos que compõem a cultura local. A cultura de uma determinada localidade é o que leva a população a se expressar como povo, destacando seus hábitos e costumes de forma que as manifestações culturais muitas vezes se confundem com a própria história de uma localidade, o que Bauman (2005) chama de pertencimento solidário, que faz frente à dissolução do espírito fraternal e de coletividade que o capitalismo e a globalização vêm disseminando nos dias atuais.

Uma das manifestações culturais mais relevantes na Amazônia, e que simboliza esse espírito de cultura compartilhada, é o Círio de Nazaré, realizado na cidade de Belém do Pará, o qual não se pode desassociar desta, do seu povo e da sua história. Lopes (2016) aponta que, apesar de estarem presentes na região amazônica diversas religiões, a que mais se destaca é o catolicismo e suas manifestações religiosas, principalmente as procissões realizadas em devoção a santos que se espalham por todo o Estado, tradição incorporada a partir da chegada dos jesuítas na região, no século XVII:

Na Amazônia, o catolicismo se configura, dentre tantos outros aspectos, pela participação do povo no que se refere à organização e participação das festas. A procissão é o momento propício para alimentar a fé e para cultuar um santo. Muitas dessas manifestações reúnem um número expressivo de fiéis, como no caso do Círio de Nazaré. A Igreja Católica no Pará conta com um número elevado de participantes em suas celebrações de rua e, dentre tantas festas, destaca-se também o Corpus Christi por fazer das ruas um quadro artístico (LOPES, 2016, p. 24).

O Círio de Nazaré desempenha um papel fundamental no processo de desenvolvimento do Estado do Pará, tanto no aspecto social, como no que diz respeito ao resgate e à valorização da cultura local, e ao aspecto econômico. São beneficiados diversos setores, como o turismo religioso, a produção de artigos para comercialização e o setor agropecuário/agrícola, pela produção de insumos e criação de animais vivos para o tradicional almoço do Círio, que injetaram na economia paraense quase 1 (um) bilhão de reais em 2019, conforme dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, veiculados pela Agência Pará (2019).

A realização de um evento como o Círio de Nazaré ano após ano é um processo contínuo de reprodução de elementos da cultura popular do povo paraense, que, durante o período de sua realização, revisita sua história, seus mitos, suas crenças e reafirma particularidades que só o

paraense consegue definir. A identificação local com as festividades transcende o campo dos aspectos materiais da realização do Círio, que é incorporado culturalmente à vida de cada um dos paraenses, sejam eles católicos ou não. Neste sentido, importante mencionar que o Círio é considerado pela UNESCO (2014) como patrimônio imaterial da humanidade, tamanha a sua importância cultural para toda a região.

Eventos como o citado são muito mais do que simples espaços de entrega de conteúdo para os seus visitantes, consistindo em uma experiência completa que perpassa diversos tipos de ligações e conexões entre o passado e o presente, que alimentam o imaginário popular e proporcionam muito mais para os moradores locais e turistas que frequentam a cidade de Belém do Pará durante o mês de outubro: “as artes e indústrias culturais, especialmente por meio de festivais e eventos especiais, podem oferecer algo para o setor de turismo explorar – experiência”³ (DERRETT, 2004, p. 34, Tradução nossa).

Esses tipos de manifestações culturais são de extrema importância para o desenvolvimento local, não somente como reafirmações culturais e manifestações do individual ou coletivo, mas também porque movimentam a economia, geram empregos, aumentam o número de visitantes na cidade durante o período de suas realizações, impactando positivamente diversos setores econômicos e sociais:

Os eventos são realizados no contexto de um sistema político. Importante reconhecer, com relação aos motivos pelos quais são realizados, que atrair visitantes é apenas uma justificativa para a realização de eventos; outras razões incluem: celebração, manutenção ou aumento do orgulho da comunidade, geração de empregos, aumento da publicidade e da cobertura da mídia, animação de áreas que, de outra forma, são tranquilas, manutenção de identidades culturais, incentivo à regeneração e atração de indústria e capital (HALL, RUSHER, 2004 p. 220, tradução nossa)⁴.

Davel e Paiva Junior (2019) ensinam que as festas e as manifestações culturais são indissociáveis da construção cultural de uma sociedade, pois é por meio delas que as tradições, costumes, símbolos e saberes são replicados e compartilhados dentro do coletivo social, unindo a população em torno de um sentimento de pertencimento que aquece a alma da cidade. Muito além dos aspectos imateriais que o Círio de Nazaré representa para a população local, os

³ “The arts and cultural industries, especially through festivals and special events, can offer something for the tourism sector to exploit – experience”.

⁴ “Events are hosted within the context of a political system. Importantly, in terms of why they are held, it needs to be recognized that attracting visitors is only one justification for the hosting of events; other reasons include: celebration, maintaining or enhancing community pride, employment generation, increased publicity and media coverage, enlivening otherwise quiet areas, maintaining cultural identities, encouraging regeneration and attracting industry and capital”.

elementos que o compõem são verdadeiros ícones da cultura material do Estado do Pará, como a corda do Círio, a berlinda e os brinquedos de miriti, estes últimos os principais elementos ligados ao Círio de Nazaré que serão trabalhados nesta pesquisa.

A cultura material é indissociável da condição humana, visto que, desde o surgimento dos primeiros povos, os objetos por esses produzidos sempre refletiram seus costumes locais, suas crenças e suas tradições. Para Lima (2011), as comunidades atribuem valor histórico e significado social aos objetos que estão presentes no seu dia a dia, sendo possível identificar um povo somente pelos objetos que ele produz. Objetos que são passados de geração em geração, objetos que se encontram em sítios arqueológicos e, até mesmo, que são costumeiramente vistos à beira dos rios, são elementos culturais materiais comuns no cotidiano amazônico, revelando a convivência harmônica entre o passado e presente, como destaca Bezerra (2016).

A representação do cotidiano da vida amazônica é, historicamente, a inspiração para a confecção dos artigos de miriti pela comunidade de Abaetetuba/PA, criando um laço entre a cultura imaterial no conhecer de seu processo produtivo e material pela identificação do povo com os objetos produzidos, a ponto de o município ser nomeado como a “terra do brinquedo de miriti”, tamanha é a importância que estes objetos têm para a comunidade local.

Expostos os conceitos que envolvem a cultura, passamos a enfrentar como o Estado brasileiro e a legislação pátria cuidam da proteção da cultura no território nacional, enfrentando, ao fim, a legislação do estado do Pará e a lei que estabeleceu a política cultural do município de Abaetetuba/PA.

2.2 A PROTEÇÃO À CULTURA E AO DESENVOLVIMENTO CULTURAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Os primeiros passos para a criação de uma legislação consolidada para a proteção e o fomento à cultura foram dados por resoluções estrangeiras, principalmente a partir da criação da Organização das Nações Unidas – ONU, em 1945 e da promulgação da Declaração Universal de Direitos do Homem de 1948. Ormay Júnior e Urquiza (2017) apontam que esse movimento se deu de forma exógena, visto que, foi a partir da construção e da implementação destas legislações no cenário internacional, que os legisladores brasileiros passaram a elaborar a legislação pátria sobre o assunto.

A Declaração Universal de Direitos do Homem (1948), em seus artigos 22⁵ e 27⁶, trouxe a previsão de que todas as pessoas, sem distinção, possuem e podem exigir a efetivação dos seus direitos culturais e de poder participar livremente da vida cultural de sua comunidade. Posteriormente, em 1993, a Resolução de Viena (1993) trouxe um avanço importantíssimo para o desenvolvimento e a proteção das culturas locais, ao prever que o Estado deve levar em conta as particularidades culturais locais ao promover suas políticas de desenvolvimento.

Merece destaque, também, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2002) que, em seu artigo 3^{o7}, ressalta a importância da pluralidade cultural no processo de desenvolvimento dos povos, sendo indissociável do contexto democrático e das políticas de inclusão e de participação de todos os cidadãos, a partir de suas características regionais. Outros artigos que merecem destaque são os artigos 4^{o8}, que relaciona a defesa da diversidade cultural como um dos pressupostos do respeito à dignidade da pessoa humana, e o artigo 5^{o9}, que associa os direitos culturais aos direitos humanos universais, indissociáveis e interdependentes, prevendo, inclusive, que as pessoas têm direito a uma educação de qualidade que respeite plenamente sua diversidade cultural.

Durante a evolução constitucional brasileira, a proteção à cultura foi inexpressiva, sem que houvesse previsão de medidas efetivas nos âmbitos nacional e local das unidades federativas. O pior período para a cultura nacional ocorreu durante o rompimento do regime democrático e com o advento da ditadura militar, que perdurou durante os anos de 1964 a 1985.

⁵ Artigo 22 - Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

⁶ Artigo 27 - Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.

⁷ Artigo 3^o – A diversidade cultural, factor de desenvolvimento: A diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha à disposição de todos; é uma das origens do desenvolvimento, entendido não apenas em termos de crescimento económico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afectiva, moral e espiritual satisfatória.

⁸ Artigo 4^o – Os direitos humanos, garantes da diversidade cultural: A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito pela dignidade da pessoa humana. Implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias e os dos povos autóctones. Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance.

⁹ Artigo 5^o – Os direitos culturais, enquadramento propício à diversidade cultural: Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, os quais são universais, indissociáveis e interdependentes. O desenvolvimento de uma diversidade criativa exige a plena realização dos direitos culturais, tal como são definidos no artigo 27^o da Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos artigos 13^o e 15^o do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Qualquer pessoa deverá poder expressar-se, criar e difundir suas obras na língua que desejar e, em particular, na sua língua materna; qualquer pessoa tem direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeite plenamente sua identidade cultural; qualquer pessoa deve poder participar na vida cultural que escolha e exercer as suas próprias práticas culturais, dentro dos limites que impõe o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.

De fato, na vigência da Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, o regime militar censurou e controlou as liberdades culturais e artísticas no país, somente autorizando aquelas produções que não se posicionassem contra as ideias pregadas pelo regime, como destaca Azevedo (2016). Apesar do duro golpe sofrido pela classe artística, a mesma continuou produzindo conteúdo e tendo um papel fundamental no processo de redemocratização.

Com o fim do regime militar e o início do processo de redemocratização, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88 foi promulgada e modificou a forma como o Estado se estrutura para proteger, desenvolver e valorizar a cultura local. A partir do novo texto constitucional, o Estado tornou-se o principal responsável por garantir, apoiar e incentivar a cultura em todo o território nacional, por meio da elaboração de políticas nacionais de desenvolvimento, respeitando a diversidade étnica regional de todos os povos que compõem a nação, conforme se observa na redação do artigo 215 da CRFB/88:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1.º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2.º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§3.º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando o desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II – produção e difusão de bens culturais;

III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV – democratização do acesso aos bens de cultura;

V – valorização da diversidade étnica regional.

Do mesmo modo, o artigo 216 da CRFB/88¹⁰ define o patrimônio cultural brasileiro, composto por bens materiais e imateriais que fazem referência à identidade e à memória dos grupos formadores da sociedade, rompendo com a forma tradicionalmente simplista pela qual o tema era abordado historicamente pelas constituições que a precederam.

¹⁰Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Ormay Júnior e Urquiza (2017) ensinam que o artigo 215 da CRFB/88 é tido como a vertente procedimental do direito à cultura, por estipular o dever que o Estado brasileiro possui de garantir aos cidadãos o exercício e o acesso a ela. O artigo 216, por sua vez, tem caráter substancial, pois define o que compõe o patrimônio cultural brasileiro, adotando uma visão pluralista sobre o tema.

Uma das primeiras medidas adotadas pelo governo brasileiro, após a entrada em vigor do novo texto constitucional, foi a instituição do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, em 1991, por meio da Lei nº 8.313/91, com a finalidade de garantir: o incentivo da formação artística e cultural; o fomento da produção cultural e artística; a preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico; o estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais; e o apoio das atividades culturais e artísticas. Posteriormente, por meio do Decreto nº 3.551/2000, foi instituído o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e foi criado o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, com o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC, coordenado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, buscando registrar todas as paisagens naturais, artes, ofícios, expressões, festas e lugares com importância cultural para os mais diversos povos que compõem o país.

A partir do início do século XX as políticas culturais ganharam uma nova perspectiva, porque o governo brasileiro ampliou a sua atuação para campos culturais diversificados, abrangendo não apenas o universo das artes, visando efetivar a cultura como um direito do cidadão e uma forma de acesso ao desenvolvimento (SILVA, 2014). O então Ministério da Cultura – MINC¹¹ ampliou a sua atuação na preservação do patrimônio material e da cultura imaterial, principalmente para abarcar grupos que, historicamente, ficaram à margem das políticas públicas. Neste contexto, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 48, de 2005, que incluiu, na redação do artigo 215 da CFRB/88¹², a previsão de criação de um Plano Nacional de Cultura.

O Plano Nacional de Cultura - PNC foi instituído pela Lei nº 12.343/2010, cinco anos após a promulgação da Emenda Constitucional nº 48, para efetivar a previsão nela contida, de

¹¹ O Ministério da Cultura foi extinto pela Portaria nº 18/2019 do governo federal, sendo criada a Secretaria Especial da Cultura.

¹² Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (...) § 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional. (BRASIL, 2005)

estabelecimento de um plano que, a médio e longo prazo, fosse capaz de desenvolver a cultura no Brasil. Ele é o resultado de um amplo debate com a participação de grupos e entidades junto ao governo federal, através do Ministério da Cultura, para se criarem estratégias sustentáveis e planejadas, visando assegurar o total exercício dos direitos culturais do povo brasileiro. Os principais objetivos do PNC são: o fortalecimento institucional e a definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e a promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território, a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais. Para a efetivação desses objetivos, foram propostas 53 metas a serem efetivadas até o ano de 2020, por meio de 14 diretrizes, 36 estratégias e 275 ações visando a refletir sobre a cultura no país, além de efetivar o papel de incentivo à cultura por parte do Estado e a participação social em todo esse processo.

O Sistema Nacional de Cultura - SNC, cuja total implementação por parte do governo federal e dos entes federados é a primeira meta do PNC, foi criado no primeiro ano de vigência do plano, através da Emenda Constitucional nº 71, de 2012, que incluiu o artigo 216-A no texto da Constituição Federal. Este artigo é de importância ímpar para o desenvolvimento da cultura, pois delimita quais são os princípios norteadores da política nacional de cultura e define a sua estrutura, como podemos observar da sua leitura:

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais (BRASIL, 2012).

Todas essas ações do poder público voltadas ao fomento, ao incentivo e à preservação de aspectos da cultura por todo o país, estão inseridas dentro do contexto das políticas culturais, que são definidas por Silva (2014) como um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados com o intuito de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social.

No contexto regional, principalmente em relação aos aspectos culturais dos povos tradicionais, as políticas públicas devem ser voltadas não somente à preservação das manifestações culturais como dança e música, dentre outras, mas a abranger as ligações que

esse povo tem com sua terra, o meio ambiente, os costumes e a educação, devendo criar políticas direcionadas para o seu desenvolvimento. Todos esses aspectos compõem o patrimônio cultural dos povos tradicionais que, para Rovai (2013), é dinâmico, vivo, carregado de um sentimento de pertencimento e unidade entre o povo que habita determinada região, sendo este sentimento muito mais do que uma simples concepção de posse, na medida em que congrega todos os valores constituídos que fazem a ligação harmoniosa entre o povo, suas crenças, seus costumes e seu hábitat.

Desse modo, o momento de elaboração e de implantação de políticas culturais em comunidades tradicionais explicita tensões que envolvem aquilo que o Estado considera como pertencente à cultura do grupo e que, portanto, merece ser fomentado e incentivado, e aquilo que o grupo considera como pertencente ao domínio da sua cultura, devendo se destacar que, conforme previsto no artigo 24¹³ da CRFB/88, a competência para legislar e instituir políticas de valorização e proteção à cultura e ao patrimônio histórico é concorrente entre a União, os Estados e os municípios, que as devem elaborar com a participação da comunidade local em todo o processo.

Conforme Silva (2018), o principal diploma legislativo paraense para a proteção e o desenvolvimento da cultura é a Lei n. 5.629, de 20 de dezembro de 1990, promulgada pelo então governador Hélio Gueiros, que, logo em seu artigo 1º, especifica quais são os bens materiais e imateriais que são considerados patrimônios culturais do estado do Pará, sendo importante destacar que, em seu inciso 2º, a legislação é clara em considerar o modo de criação e de viver das comunidades como patrimônio cultural a ser preservado, conforme se observa do texto abaixo transcrito:

Art. 1o – São considerados patrimônio cultural do estado do Pará os bens natureza material ou imaterial, quer tomados individualmente ou em conjunto, que sejam relacionados à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos que formam a sociedade paraense, dentre os quais se incluem:

1. as formas de expressão;
- 2. os modos de criar, fazer e viver;**
3. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
4. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços às manifestações artístico-culturais;

¹³ Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; II - orçamento; III - juntas comerciais; IV - custas dos serviços forenses; V - produção e consumo; VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação; (...)

5. as cidades, os edifícios, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico, científico e inerentes e relevantes de nossa história cultural;
6. a cultura indígena tomada isoladamente e em conjunto (PARÁ, 1990) (destacamos).

A legislação supramencionada, porém, encontra-se muito distante de propor políticas estaduais para o pleno desenvolvimento das comunidades sob a ótica da cultura, visto que, na maior parte do seu texto, são estipuladas diretrizes somente para o tombamento de bens materiais e imateriais, deixando-se de lado a discussão acerca da proteção dos outros bens culturais que estão especificados em seu artigo 1º. Cabe destacar, também, que a legislação foi promulgada em 1990, há 30 anos, portanto, e não reflete a evolução que o tema teve nas últimas décadas, nem as mudanças sociais e culturais experimentadas pela população do Estado.

Com relação à gestão municipal, o município de Belém/PA promulgou, em 18 de maio de 1994, a Lei nº 7.709/94, copiando todos os dispositivos da lei estadual supramencionada, apresentando as mesmas perspectivas de proteção, principalmente com relação ao tombamento de bens materiais, sem se referir a outras dimensões culturais. O município possui lei específica que trata do Círio de Nazaré, que será abordada posteriormente quando for tratada a maior manifestação cultural do povo paraense.

No município de Abaetetuba/PA, local onde ocorre a produção dos artigos de miriti, a legislação municipal é muito mais avançada que a estadual. A Lei Municipal nº 438, de 25 de junho de 2015, institui o Sistema Municipal de Cultura de Abaetetuba, dispondo sobre os princípios, objetivos, estrutura, organização e gestão, dentre outros aspectos importantíssimos para uma efetiva gestão municipal de desenvolvimento cultural.

Esta lei representa um grande avanço do poder público municipal no sentido de criar uma política de desenvolvimento que caminhe juntamente com a proteção e a valorização da cultura local. Logo em seu artigo 1º¹⁴, a Lei municipal nº 438/2015 estabelece o papel central que a gestão municipal possui na gestão da cultura, definindo quais direitos culturais serão assegurados à população e a participação da sociedade nas políticas, programas e projetos que serão formulados. Mas o grande avanço que se observa no texto legal está inserido no artigo 3º, a seguir transcrito:

¹⁴Art. 1º A política municipal de cultura estabelece o papel do poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pelo Município, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

Art. 3º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Abaetetuba (ABAETETUBA, 2015).

Este artigo é importantíssimo e mostra o avanço da legislação com relação às políticas de desenvolvimento a serem elaboradas pela gestão municipal, por deixar claro que a cultura local é estratégica para as políticas de desenvolvimento em equilíbrio com a natureza, como defendido por Guimarães e Macedo (2015) e Sachs (2009). O sistema municipal de cultura, se efetivamente implementado nestes moldes, pela gestão municipal, pode ser um importante aliado na valorização dos brinquedos de miriti produzidos no município e no desenvolvimento de todos os que atuam na cadeia produtiva desses objetos artesanais.

Observa-se, portanto, que o Estado, em todas as suas esferas, possui a responsabilidade de elaborar políticas públicas que assegurem a proteção da cultura e políticas de desenvolvimento que tenham em seu escopo o aspecto cultural, garantindo a plena participação de todos os povos que compõem os territórios, principalmente pela pluralidade cultural que possuímos em nosso país, sendo de suma importância que esses atores locais participem da tomada de decisões para a elaboração dessas políticas públicas.

Apesar de toda a evolução da legislação pátria sobre o tema e dos avanços nos planos de fomento e proteção à cultura, a realidade das políticas culturais em nosso país se encontra muito distante do ideal. Infelizmente, nos últimos anos a proteção à cultura vem sofrendo diversos retrocessos, inclusive com a extinção do Ministério da Cultura em 2019, pela Portaria nº 18/2019 do governo federal, o que descentralizou ainda mais as políticas de valorização e de desenvolvimento cultural, deixando cada vez mais distante a participação popular na escolha dos rumos que serão tomados na elaboração dessas políticas. Somados a este desmonte que vem ocorrendo nos últimos anos, outros fatores como a burocracia para o acesso às leis de incentivo e de valorização culturais, bem como a falta de participação dos agentes locais na elaboração de políticas de desenvolvimento voltadas a uma determinada região, tornam-se desafios para uma efetiva política de desenvolvimento.

A proteção da cultura local e a valorização dos aspectos culturais dos diversos entes que integram a Federação brasileira deve ser buscada por políticas de desenvolvimento, nos moldes do que prevê a legislação internacional e nacional, a fim de impedir ou reduzir o contínuo desaparecimento das culturais locais, devido à imposição de aspectos culturais estrangeiros em decorrência do intenso processo de globalização que vem mudando a realidade local, influenciando, principalmente, os mais jovens, e rompendo a relação contínua entre o passado e o presente.

No mundo globalizado em que vivemos, cada vez mais as barreiras geográficas foram se tornando menos presentes no compartilhamento de informações, principalmente por força da internet. Em um mundo onde as barreiras culturais diminuem, tornando as nações mais próximas, com a derrubada de velhos preceitos, cada vez mais compartilhamos conhecimento e abrimos nossas fronteiras culturais para as influências externas, o que tem um lado positivo, mas não pode exterminar as culturas locais.

Com efeito, a universalidade das informações e o avanço da tecnologia contribuíram para a criação de uma sociedade globalizada, em que as mercadorias, capitais, pessoas e produtos culturais, dentre outros, circulam em velocidade quase instantânea, devendo ser analisada a partir de diversas óticas, não somente da econômica.

Santos (2011) define globalização como interações entre diversos países que padronizam os sistemas de produção, as operações financeiras e fortalecem os meios de comunicação, porém, em contrapartida, apresentam consequências negativas, como a universalização dos modos de viver e a massificação das culturas com base nos interesses hegemônicos, em ameaça às culturas locais.

Para Santos (2011), o processo de globalização não ocorre de forma linear e consensual, sendo oriundo de diversos conflitos e oposições de interesses tanto no cenário externo quanto internamente nos grupos sociais que compõem as nações, resultando no aumento das desigualdades entre os países e entre os seus cidadãos, sendo costumeiro vermos grupos serem mais favorecidos do que outros.

Furtado (1974) destaca o que chama de “mito” do desenvolvimento, fundado nas ideias dos países centrais, que criaram uma fórmula universal que deveria ser seguida por todos para alcançá-lo, que influencia, inclusive, a cultura local e o modo de consumo da população, criando a ilusão de desenvolvimento pela mudança abstrata da realidade local, quando, de fato, dever-se-ia analisar a distribuição de renda para que a população pudesse viabilizar seus planos de vida.

Esse processo é bem definido por Santos (2011), que descreve como o atual sistema econômico mundial capitalista abre espaço para as culturas locais de forma parcial, somente quando se mostram como potenciais mercadorias para o mercado globalizado. A situação agrava-se nos países que foram colonizados e eram considerados subdesenvolvidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, pois a sua cultura local sempre foi ameaçada pelas influências das outras nações, visando atingir seus objetivos econômicos. Deve-se destacar que a cultura é fundamental para alcançar o desenvolvimento humano, por ser um fator de pertencimento, identificação e bem-estar para as civilizações.

Como mencionado, o atual conceito de cultura corresponde à autodeterminação dos povos com suas características particulares, suas produções artísticas próprias e o refinamento do espírito humano. Em um mundo onde as barreiras culturais diariamente diminuem, tornando as nações mais próximas, a partir da relativização das barreiras geográficas pelo processo de globalização e do avanço dos meios de comunicação, principalmente das redes sociais, vive-se uma constante disputa entre buscar-se novos conhecimentos e novas culturas e preservar-se a cultural local, o que se mostra verdadeiro em relação aos povos da região amazônica.

Furtado (1978) afirma que as reflexões sobre o desenvolvimento requerem uma compreensão sobre mudança social, sobre as necessidades básicas humanas e sobre a importância de preservar o gênio inventivo da cultura na assimilação de técnicas potencializadoras da eficiência e da eficácia das intervenções produtivas. Ele estabelece um notável objetivo de considerar o desenvolvimento à luz da dimensão cultural e da particularidade de cada povo no momento da elaboração das políticas para atingi-lo. A preservação da cultural local deve caminhar lado a lado com o desenvolvimento econômico e social da região, não podendo um ser desatrelado do outro.

A massificação da cultura e o aumento da cultura do consumo de acordo com os interesses dos países desenvolvidos são exemplos de mimetismo cultural imposto aos países subdesenvolvidos, que continuam apresentando índices de desenvolvimentos baixíssimos, nos mais variados aspectos:

Existem alguns discursos no cenário político, filosófico, econômico e cultural que apontam para uma homogeneização das identidades numa escala global. Porém, na mesma proporção dos discursos de homogeneização, coexistem conflitos no âmbito regional que geram a rearticulação entre o local e o global (PEREIRA; SANTOS, 2018, p.3).

Lipovetsky e Serroy (2016) apontam como, na época hipermoderna em que vivemos, o conceito de cultura mudou, deixando de ser um conjunto de normas sociais herdadas das tradições para tornar-se um setor econômico em plena expansão, tendo sido incorporada pelo mercado econômico. A cultura mundo, ou massificação cultural, decorre, principalmente, do processo intenso de globalização do século XXI, ameaçando tanto os costumes locais, como a produção de bens pelas comunidades tradicionais, que são pilares econômicos locais, como é o caso da produção de artigos de miriti no município de Abaetetuba/PA.

Bittencourt (2020), em seu estudo sobre cultura imaterial, aponta a Recomendação de Paris de 2003, conhecida como Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, como um marco importante para frear o avanço da globalização sobre as culturas locais. A

referida recomendação aponta como o processo de globalização e de transformação social, vivenciado nas últimas décadas, ocorre em uma via de mão dupla, em que, por um lado, aumenta o diálogo e a troca cultural entre os povos, e por outro, diminuem os meios de salvaguarda da cultura local, gerando destruição e o desaparecimento desta, devendo haver cooperação, assistência e conscientização nos âmbitos locais, nacionais e internacionais.

Do mesmo modo, Guimarães e Macedo (2015) destacam que, desde a Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em 2005, o desenvolvimento humano atrelado à preservação e ao fomento da pluralidade cultural vem ganhando cada vez mais destaque, tendo sido reafirmado, posteriormente, nas assembleias de 2010 e 2011, o papel que a pluralidade cultural tem como componente de desenvolvimento, o que reforça o dever do Estado de elaborar políticas para se atingir esse fim.

Furtado (1984) enfatiza a importância de se abrir espaço para a afirmação das potencialidades do pluralismo e da diversidade cultural. Superar a dependência cultural é fundamental para a consecução do desenvolvimento, abandonando o processo histórico de desenvolvimento brasileiro, com características excludentes, decorrente de uma profunda dependência econômica e cultural internacional.

É necessário que se busque pautar as políticas públicas em um modelo de desenvolvimento regionalizado, a partir dos atores locais, respeitando o meio ambiente, seus costumes, seu conhecimento tradicional, dentre outras características que os determinam como povo, nos moldes da teoria do etnodesenvolvimento (PAZ, 2020).

3 EU SOU DE LÁ!: (SUB)DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E ETNODESENVOLVIMENTO

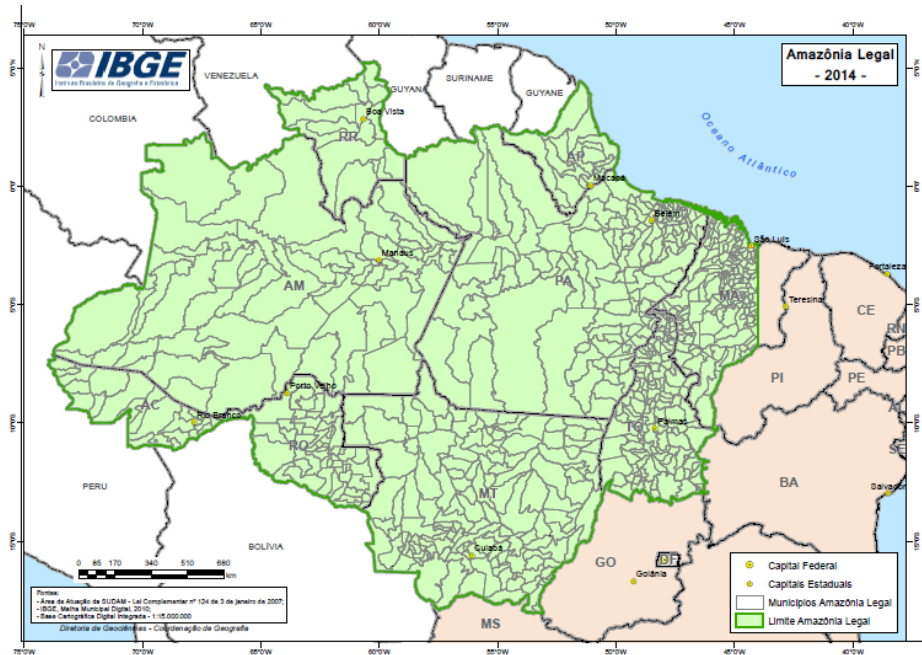
Eu sou de lá
 Onde o Brasil verdeja a alma e o rio é mar
 Eu sou de lá
 Terra morena que amo tanto, meu Pará
 (...)
 Eu sou de lá
 Se me permite, já lhe digo quem sou eu
 Filha de tribos, índia, negra, luz e breu
 Marajoara, sou cabocla, assim sou eu
 (Eu sou de lá – Fafá de Belém/Pe. Fábio de Melo)

Os versos da canção “Eu sou de lá”, composta pela cantora paraense Fafá de Belém e pelo padre Fábio de Melo (2013), que abrem esta seção, exprimem o sentimento de intimidade que os habitantes da Região Amazônica possuem com a natureza que os cerca. A floresta como parte integrante da alma, os rios como parte do cotidiano dos povos que habitam em suas margens são elementos que não só compõem geograficamente a região, mas simbolizam uma conexão ancestral, criada diversos séculos atrás, muito antes da colonização portuguesa e que perdura até os dias atuais; há uma ligação cultural fortíssima entre a Região Amazônica e o povo que aqui habita.

Na presente dissertação, o termo Amazônia será utilizado para designar a Amazônia legal brasileira, ao longo dos próximos capítulos, que corresponde à área territorial delimitada pelo art. 3º, inc. I, do Código Florestal, Lei nº 12.651/2012¹⁵, englobando os estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, Mato Grosso e parte dos estados do Tocantins e Maranhão. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (2019), a área possui uma superfície de, aproximadamente, 5.015.067,749 km², o que corresponde a 59% de todo o território nacional.

¹⁵ Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: I - Amazônia Legal: os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13º S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão; (...)

Figura 1 - Mapa da Amazônia Legal.



Fonte: IBGE, 2014.

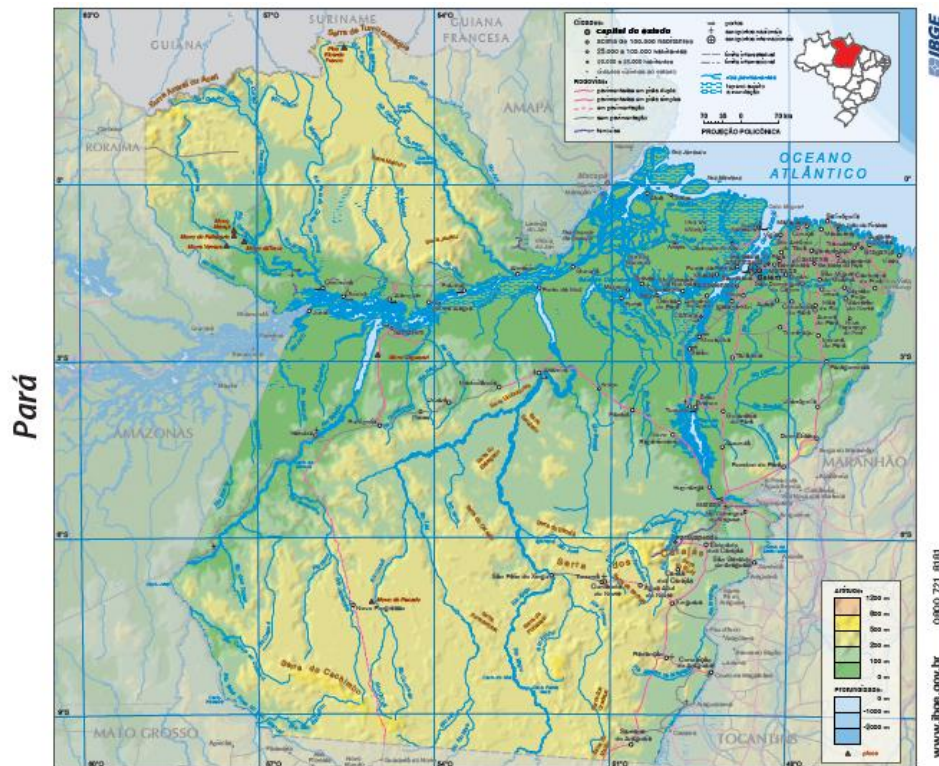
A Amazônia Legal divide-se em duas partes: uma ocidental, que corresponde aos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima e uma parte oriental, que abrange os demais estados a que se refere o artigo 3º do Código Florestal mencionado anteriormente. O IBGE (2014) destaca que a definição legal da região territorial da Amazônia Legal e sua divisão entre parte ocidental e oriental, sempre esteve associada à elaboração e à implementação de políticas públicas por parte dos governos, principalmente do federal, sendo criados diversos órgãos para a valorização e o desenvolvimento da região, que serão analisados a seguir no tópico destinado à explanação de como ocorreu, historicamente, o processo de elaboração e de implementação de políticas de desenvolvimento na região.

Antes, porém, é imperioso destacar alguns aspectos territoriais e demográficos do Estado do Pará, onde se localizam os municípios de Abaetetuba e de Belém, principais locais de estudo desta pesquisa, por estarem intimamente ligados a toda a produção dos brinquedos de miriti, desde a extração da matéria-prima vegetal e a confecção dos brinquedos pelas comunidades ribeirinhas no município de Abaetetuba/PA, até a sua comercialização durante as festividades do Círio de Nazaré em Belém do Pará.

O estado do Pará é o segundo maior estado brasileiro, com uma área territorial de 1.245.870,798 km², possuindo uma população estimada de 7.581.051 habitantes, conforme o último censo realizado pelo IBGE (2010). Historicamente, o estado possui grande influência da

colonização portuguesa, existindo, por muitos séculos, uma ligação comercial direta entre o antigo território do Grão-Pará e Maranhão e o território português. Ao longo dos séculos, as atividades exploratórias no Estado foram se modificando; atualmente é um dos maiores exportadores de matérias primas do país, principalmente de minérios.

Figura 2 - Mapa geográfico do Estado do Pará.



Fonte: IBGE, 2020.

É importante destacar que o Estado do Pará não é conhecido somente por sua capacidade de produção de matérias primas para exportação, mas também possui uma culinária e uma cultura de grande destaque em todo o território nacional, sendo bastante procurado por turistas, principalmente durante as festividades do Círio de Nazaré. Mareco e Simonian (2019) apontam que o Estado possui um pacote cultural riquíssimo, resultado de séculos de interações que criaram uma identidade única do povo paraense, destacando-se a dança, o folclore, a música, as festividades e o artesanato, sendo este último discutido na presente dissertação.

Para podermos entender a ligação existente entre o povo que habita a região, principalmente os ribeirinhos que residem às margens dos rios e possuem um estilo de vida singular, com a cultura local, é necessário conhecer o processo de desenvolvimento da Região Amazônica como um todo, com enfoque ao estado do Pará, que foi marcado por políticas

exógenas para, então, lançarmos as bases do etnodesenvolvimento, uma possível via para a valorização e à proteção da cultura local.

3.1 DESENVOLVIMENTO EXÓGENO NA AMAZÔNIA LEGAL

O desenvolvimento da Região Amazônica brasileira não ocorreu do mesmo modo que o de outras regiões do Brasil, pois a região foi ocupada pelos europeus de forma tardia. De acordo com Becker (2005), as políticas de desenvolvimento amazônicas sempre foram formuladas de forma exógena, pois eram influências externas que ditavam os rumos do crescimento e as medidas que seriam adotadas, desde os primórdios da ocupação do espaço territorial da Amazônia brasileira. A região sempre foi considerada como uma fonte inesgotável de matéria-prima para o mercado interno/externo e como uma região de proteção das fronteiras terrestres contra a invasão de outros países, marcada por curtos períodos de desenvolvimento, com intervalos longos de estagnação.

O processo de colonização vivenciado na região sofreu influências de diversas nações europeias que disputavam espaços territoriais para inserir o seu modelo de colonização, notadamente, de franceses, holandeses e portugueses, estes últimos os responsáveis pela fundação da cidade de Belém do Pará, em 1616, com importante papel no desenvolvimento histórico da cidade, ao inaugurarem uma série de fortes e edificações que asseguraram uma base geopolítica essencial para o controle dos acessos da Amazônia brasileira (BECKER, 2013).

A ocupação da região intensificou-se a partir do século XVIII, sendo criados, em poucos anos, mais de 60 povoados voltados a garantir a expansão das fronteiras portuguesas, modificando radicalmente o povoamento da região. Cabe destacar que muitos povoados foram administrados durante muitos anos por missionários religiosos, principalmente por jesuítas, conforme Becker (2013), o que influenciou diretamente na cultura local indígena, introduzindo elementos culturais da religião católica nessas comunidades, que iriam se tornar um marco da região, com a realização de procissões e homenagens a diversos santos que, futuramente, iriam se tornar parte da cultura local, como ocorreu com o Círio de Nazaré.

Notadamente, esse foi um período em que as culturas material e imaterial dos povos indígenas que habitavam na região foram diretamente influenciados e transformadas em razão dos interesses dos povos jesuítas e de Portugal, sendo os índios realocados para grandes assentamentos, independentemente de pertencerem a etnias distintas, perdendo suas identidades originárias, passando a desempenhar atividades laborais para os colonizadores e sendo expostos

a diversas doenças vindas do continente europeu, as quais contribuíram para a morte de milhares de índios nesse período (SCHMINK; WOOD, 2012).

Schmink e Wood (2012) explicam que, já no século XIX, o modelo exploratório da região foi modificado, sendo descontinuados os assentamentos criados pelos jesuítas, o que resultou em uma reorganização da população, que passou a viver em pequenos grupos ao longo das margens dos rios da bacia amazônica. É a origem dos povos ribeirinhos que habitam a região, formando um novo padrão de organização sociocultural e econômica na região, visto que as relações comerciais passaram a se estender ao longo dos rios. Em 1823, um ano após a proclamação da independência do Brasil, a colônia do Grão-Pará declarou sua adesão ao Brasil, tornando-se a Região Amazônica parte do território brasileiro, abrindo caminho para o ciclo da borracha, um dos períodos de desenvolvimento acelerado da região que perdurou até o início do século XX.

A exploração da borracha atraiu milhares de migrantes, principalmente nordestinos, que se deslocaram para a Região Amazônica, atraídos pela possibilidade de enriquecer com a exploração da matéria-prima, promessa que, contudo, nunca se concretizou, pois, os ganhos da exploração da borracha eram direcionados para outras regiões do país e para uma pequena elite local. Loureiro (2009) destaca que o Estado não desenvolveu uma política de investimentos na industrialização da região para trabalhar a matéria-prima extraída, focando no modelo exploratório para a exportação, política esta que se estendeu para outros produtos regionais posteriormente e que ainda perdura em nossos tempos.

Percebe-se que, durante todo o processo histórico de desenvolvimento da Amazônia brasileira, principalmente a partir do final do século XIX e do início do século XX, a região era vista de forma homogeneizada, sem levar em conta a pluralidade dos povos que aqui residiam e a diversidade cultural deles, sendo muitas vezes considerados como inferiores e atrasados. A região foi encarada como uma grande fonte de fornecimento de matéria-prima, inesgotável, à mercê dos interesses exógenos e dos grupos econômicos dominantes da região (Loureiro, 2009).

Nascimento e Bastos (2016) ensinam que, a partir de 1930, o Brasil modificou seu modelo de desenvolvimento econômico, passando a implementar um processo de industrialização tardio, nos moldes da terceira revolução industrial, que ampliou o processo de urbanização extensivo, criando a necessidade de ampliação das fronteiras rumo à Região Amazônica. As ações do Estado para a “valorização econômica” da Região Amazônica foram intensificadas na década seguinte, podendo ser divididas em dois tipos de políticas públicas com características de intervenção estatal: políticas de desenvolvimento (organização territorial, grandes projetos de infraestrutura e regulação fundiária, dentre outros) e de criação

do marco regulatório territorial e ambiental para a proteção das legislações e das políticas públicas para a região.

Para atingir estes objetivos, primeiramente, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, que tinha como objetivo a implementação de programas para o desenvolvimento da região, financiados por um fundo especial de recursos destinados a ela, ampliando, assim, a atuação do governo federal por toda a área e reforçando a soberania sobre o território contra ameaças externas. Das poucas metas atingidas pelo programa, Schmink e Wood (2012) apontam que a construção da rodovia Belém-Brasília foi um dos marcos do período, possibilitando, pela primeira vez, uma conexão por terra entre a capital do Estado do Pará e o centro-sul do país.

O estado do Pará, a partir desse momento, passou a se integrar ao restante do país por meio de rodovias, tornando-se um exportador de matérias primas e de produtos semielaborados, mantendo-se subordinado e periférico em relação ao restante do país, que buscava explorar a região para atender aos interesses dos mercados internos e externos:

Durante os anos 60 e na década de 70 a possibilidade de articulação dos países periféricos com a economia internacional para promover a industrialização dos países atrasados estava historicamente posta, como estando condicionada à transferência de capitais internacionais para essas áreas periféricas. E o desenvolvimento era entendido como uma consequência da entrada do capital estrangeiro no país, sob a forma de empreendimentos produtivos (LOUREIRO, 2019, p. 68).

Esse processo de integração, a partir da construção da estrada Belém-Brasília, provocou grandes transformações no cenário local, conforme Loureiro (2019), sendo criadas novas políticas públicas que reafirmaram a abertura da região para a instalação de empresas nacionais e estrangeiras. Ademais, foi viabilizado o ingresso de produtos industrializados de todos os tipos, produzidos na região sudeste, que se mostraram uma ameaça aos produtores locais e aos artesanatos produzidos pela comunidade local, iniciando o processo de modificação da cultura local. Somado a isso, Schmink e Wood (2012) destacam que os créditos oferecidos pela SPVEA, em sua grande maioria, acabaram destinados às elites locais, o que contribuiu para a apropriação de terras e para investimentos em atividades extrativistas/agropecuárias, mudando os tipos de cultivos regionais e acentuando o processo de desmatamento.

Soares (2015) é enfático ao afirmar que a utilização de modelos estrangeiros de desenvolvimento direcionou o seu foco para os aspectos econômicos, em detrimento dos sociais, o que provocou o agravamento de desigualdades decorrentes do processo de elaboração de políticas públicas de desenvolvimento. Durante o período da ditadura militar, entre os anos

de 1964 e 1985, a realidade do desenvolvimento brasileiro pouco se alterou, sendo uma época marcada pelos grandes projetos de desenvolvimento, principalmente na região norte, visando somente ao interesse de outras regiões do país e a viabilizar um projeto de ampliação e manutenção das fronteiras.

Loureiro (2019) aponta que o governo militar aproveitou a recuperação do sistema capitalista, no meio do século XX¹⁶, para atrair novos investimentos para a Região Amazônica, visando exercer maior domínio sobre ela e explorar as suas potencialidades, principalmente as minerais e madeiras. Com o discurso de desenvolver a região, que era considerada atrasada pelos militares, foi imposto à população local um modelo de desenvolvimento exógeno que favoreceu os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, no que ficou conhecido como “Operação Amazônia”.

Para Becker (2005), durante esse período, ocorreu uma nova onda migratória para o norte do país, que modificou o cenário econômico e cultural da região, resultando no surgimento de novas cidades ao longo das estradas, o que alterou características regionais histórica, pois as primeiras cidades surgiram a partir das margens dos rios. Essa época foi marcada por diversos subsídios concedidos pelo Banco da Amazônia - BASA e pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, passando esta última a ser o responsável pelos planos para o desenvolvimento da região nos governos militares.

Na década de 90, com a redemocratização, os governantes brasileiros criaram as políticas de privatização, procederam à flexibilização das leis trabalhistas e à valorização do capital especulativo, criaram concessões fiscais aos detentores do capital, dentre outras, a fim de atrair investimentos do capital estrangeiro, deixando à margem parte da população brasileira, que ficavam fora do alcance das políticas de desenvolvimento. Como consequência, houve a queda na qualidade dos serviços ofertados à população, pois as políticas públicas não se voltaram a suprir as necessidades e os anseios da grande parcela populacional, que não possuía recursos para recorrer a instituições privadas, principalmente nas áreas da educação, saúde, habitação e lazer, dentre outras. Esse processo moderno da economia capitalista foi orientado para a concentração de riquezas por pequeníssimos grupos, deixando a grande maioria em

¹⁶ O período pós-guerra foi marcado por mudanças profundas no sistema econômico em escala global, buscando o capitalismo se reerguer das crises que vivenciou na primeira metade do século XX e fazendo frente ao sistema socialista que ganhou força neste período, resultando em uma polarização econômica entre o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos e o bloco socialista, liderado pela União soviética. Durante este período, conhecido como os Anos de Ouro do capitalismo, ganharam muito destaque as ideias propostas pelo economista inglês John Maynard Keynes, que objetivavam garantir economias de mercado prósperas, reguladas e com o pleno emprego dos recursos produtivos, nas quais o gasto público assumia papel fundamental no desenvolvimento (BELUZZO, 2013).

situação de miséria, contradição que permanece como matriz do desenvolvimento econômico e social brasileiro, profundamente desigual (SOARES, 2015).

Os grandes projetos mineradores instalaram-se na região nesta época, provocando grandes impactos ambientais, modificando as paisagens e os costumes dos habitantes da região. Todas essas mudanças consolidaram a posição do Pará como um grande exportador de matéria-prima, marginalizando o homem local, que se tornou mão de obra barata, modificando profundamente as relações de trabalho na região.

O município de Abaetetuba/PA, assim como outros municípios amazônicos, sofreu graves consequências sociais ocasionados pelos grandes projetos amazônicos da época da ditadura militar. Ferrati (2013) aponta que muitos moradores rurais e do centro urbano de Abaetetuba/PA foram impactados por esses projetos, ocasionando um conturbado processo de êxodo do interior para o centro urbano e de outros estados para a região, o que ocasionou uma construção de bairros periféricos desordenados, com todo tipo de problemas decorrentes da miséria, inclusive para a administração municipal, despreparada para lidar com uma situação que se apresentava e que concentrava suas ações para atender os interesses de poucos empresários que concentravam as atividades econômicas do município.

Os modelos de desenvolvimento historicamente implementados na região amazônica e, mais especificamente, no estado do Pará, como mencionado acima, não buscaram desenvolver todas as potencialidades da região, de forma a contribuir para o efetivo desenvolvimento dos habitantes, tendo, na realidade, cunho exploratório, resultando na concentração de renda na mão de pequenos grupos dominantes, no aumento da degradação do meio ambiente e em problemas sociais, ameaçando constantemente a cultura local:

Tendo por base os autores supracitados, entende-se que, desde o período colonial, até os dias atuais, as políticas públicas viabilizadas trataram o espaço amazônico sem considerar as formas de vida e os saberes, historicamente construídos, demonstrando um profundo desrespeito pelos mosaicos socioculturais que dão vida a região. Assim, a Amazônia não pode ser vista, somente, como ambiente físico, natural ou humano, pois se constitui em uma totalidade complexa que envolve as dimensões naturais, política, ideológica e sociocultural, sob o estabelecimento de relações sociais dos homens, entre si, e com a natureza (LIRA; CHAVES, p. 67, 2016).

O Estado brasileiro adotou a posição de homogeneizar a população local como um só povo, conforme Paz (2020), sem levar em consideração os costumes e as tradições, particulares e não encontradas em nenhuma outra região do país, devido aos seus valores, crenças e modo de vida singular, principalmente dos ribeirinhos, que formam uma complexidade cultural única. As políticas de desenvolvimento para a região deveriam ter sido pautadas na valorização do

estilo de vida dessas comunidades tradicionais, únicas e singulares que aqui habitam, como os ribeirinhos.

3.2 AS COMUNIDADES TRADICIONAIS E OS RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA

Os povos tradicionais, de acordo com o artigo 3º, inciso I¹⁷, do Decreto 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, são grupos que se reconhecem como culturalmente diferenciados, possuindo sua própria forma de organização social, relacionando-se culturalmente, economicamente e ancestralmente com o território que ocupam. Possuem uma técnica própria de manejo dos recursos naturais, a partir do conhecimento passado entre as gerações. Lira e Chaves (2016) apontam que as comunidades tradicionais amazônicas possuem um modelo particular de gestão dos recursos naturais e de organização social, sendo o espaço comunitário o local onde se estabelece a construção das identidades do povo, dos projetos comuns e da sua diversidade, como estabelece o artigo 3º, inciso II¹⁸, do referido decreto.

As comunidades tradicionais amazônicas relacionam-se, intimamente, com o território que ocupam, criando um laço estreito com a natureza, que, na opinião de Loureiro (2009), contribuiu para a expansão da biodiversidade da Amazônia. Paz (2020) destaca que a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2019) aponta cinco direitos que são considerados como mínimos dos povos tradicionais: autodeterminação; autoidentificação; participação; informação; consulta; e territorialidade.

A autodeterminação, prevista no artigo 7º¹⁹ da referida convenção, consiste no direito das comunidades tradicionais de escolherem as suas prioridades no seu processo de desenvolvimento, participando da formulação, elaboração, aplicação e avaliação das políticas

¹⁷Art. 3º - Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por: I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

¹⁸Art. 3º - Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por: II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

¹⁹Artigo 7º - 1. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.

públicas, sempre protegendo seus direitos étnicos, culturais e territoriais. A autodeterminação é chave fundamental para a teoria do etnodesenvolvimento, visto que é uma garantia de participação do povo tradicional nos planos que serão formulados para o seu desenvolvimento.

A auto identificação é um direito inerente às comunidades tradicionais, pois são elas que, como povos, podem definir sua identidade, sendo responsáveis por apontar suas características e aspectos culturais. Essa identificação é realizada pela comunidade, critério fundamental para sua determinação como povo, de acordo com o artigo 1º²⁰ da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2019). O Decreto 6.040/2007, que instituiu a PNPCT, também prevê o critério de auto identificação das comunidades tradicionais:

Povos e Comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, Decreto 6040, art. 3,1).

Os direitos à participação, informação e consulta estão diretamente relacionados, conforme ensina Paz (2020), buscando garantir que as comunidades tradicionais tenham efetiva participação na tomada de decisões que irão definir os planos para o seu desenvolvimento, sendo proibido que sejam impostas à comunidade quaisquer medidas que vão contra seus interesses. Lira e Chaves (2016) defendem que esses direitos são fundamentais para a proteção das culturas locais, principalmente dos ribeirinhos da Amazônia, que possuem particularidades culturais próprias da região e devem participar efetivamente das tomadas de decisões.

Com relação à territorialidade, Moraes *et. al.* (2017) descrevem como as comunidades tradicionais, ao longo de sua história, interagem com o meio ambiente criando uma estreita conexão com o local onde habitam. Para os autores, território também é o local onde ocorrem as diversas interações sociais entre os indivíduos, criando uma ligação entre os elementos geográficos e naturais do meio com o povo, potencializando o crescimento e o desenvolvimento da comunidade:

O termo território tradicionalmente relacionado à delimitação de um espaço geográfico onde um povo e um Estado exercem responsabilidade e soberania vai se tornando complexo e elementos relacionados às tradições, às crenças e à cultura de um povo deve ser considerado, pela sociedade, pela academia e especialmente pela esfera de decisão política, de onde emanam políticas

²⁰ Artigo 1º - A presente convenção aplica-se: 2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.

públicas e balizamentos para a execução prática das legislações (MORAES *et al.*, 2017, p. 534).

De acordo com a Convenção nº 169 da OIT, os governos devem respeitar as ligações culturais e espirituais que os povos tradicionais possuem com suas terras, preservando sua identificação, o que constitui um pilar para a preservação da dignidade humana desses povos²¹. Complementarmente, o Decreto nº 6.040/2007, em seu artigo 3º²², prevê que os territórios tradicionais são espaços necessários para que ocorra a reprodução cultural, social e econômica dos povos tradicionais.

Percebe-se, da análise de todos esses elementos, que a cultura possui um papel importante para o desenvolvimento das comunidades tradicionais, uma vez que a identidade cultural de um grupo estabelece a forma pela qual um indivíduo se relaciona com a natureza, com os animais, com as instituições, como se organiza em sociedade, com a religião e com vários outros aspectos da existência humana. Os povos amazônicos possuem culturas riquíssimas, que, por diversas vezes, foram ameaçadas e reprimidas pelas políticas de desenvolvimento exógenas praticadas na região, conforme Loureiro (2009), visto que o Estado mantém a ideia errônea de que os povos tradicionais possuem uma cultura pobre, primitiva e atrasada, sendo necessário o seu “desenvolvimento” a partir dos padrões hegemônicos.

A Amazônia é ocupada por uma diversidade de grupos étnicos e por populações tradicionais, historicamente constituídas, a partir dos vários processos de colonização e miscigenação por que passou a região. Pode-se afirmar que o homem amazônico é resultado dos intercâmbios históricos entre diferentes povos e etnias. Tal intercâmbio possibilitou uma herança que se revela nas mais diferentes manifestações socioculturais expressas pelo homem amazônico na vida cotidiana, quais sejam: as relações de trabalho, a educação, a religião, as lendas, os hábitos alimentares e familiares (LIRA; CHAVES, p. 72, 2016).

Os ribeirinhos são umas das maiores referências de comunidades tradicionais que podemos identificar dentro do território amazônico, devido à sua íntima relação com a natureza, sua forma de vida singular às margens dos rios que cortam a região. A ligação existente entre esses povos e seu território forma um extenso patrimônio cultural, sendo as margens dos rios

²¹Artigo 13º - 1. Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

²²Art. 3º - Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por: II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

os locais onde estabelecem suas relações sociais, de modo que estes rios se tornam uma extensão da própria vida dos ribeirinhos (LIRA; CHAVES, 2016).

Paz (2020) aponta que os ribeirinhos possuem um modo de vida singular, cujos aspectos mais comuns são o “manejo coletivo dos recursos naturais, de acordo com seus saberes, organização em comunidades ou cooperativas; modo de falar próprio e relações de trabalho alicerçadas nas relações de parentesco ou compadrio”. Essas comunidades são detentoras de amplo saber sobre o ambiente amazônico e suas diversas formas de uso e manejo, buscando preservar o ambiente em que estão inseridas, inclusive empregando técnicas seculares de recuperação dos solos, herança dos saberes indígenas.

A economia ribeirinha acompanha o seu estilo de vida, organizando-se, na maioria dos casos, na forma de agricultura familiar, utilizando-se de técnicas adquiridas pelo conhecimento passado entre as gerações, sem recorrer a tecnologias, criando um vínculo forte entre o povo e a natureza:

Assim, compreende-se que as comunidades ribeirinhas se apropriam dos recursos florestais, baseado na reciprocidade com a natureza percebendo o tempo ecológico dos recursos naturais para organizar o trabalho na heterogeneidade das diversas formas de utilização dos recursos naturais, tais como: agricultura, criações de pequenos animais, extrativismo animal (pesca e caça) e extrativismo vegetal (madeireiro e não-madeireiro) (LIRA; CHAVES, p. 73, 2016).

As comunidades ribeirinhas possuem uma enorme importância para a manutenção da cultura local amazônica, pois suas tradições, passadas de geração em geração, na opinião de Sousa (2016), possibilitam que reproduzam e se reproduzam nesse ambiente, utilizando-se dos recursos naturais.

É nesse cenário que um objeto da cultura material do estado do Pará é confeccionado, há séculos, pelos ribeirinhos que habitam a região do município de Abaetetuba, o brinquedo de miriti.

A técnica de produção dos brinquedos de miriti sempre teve como característica a transmissão de forma familiar, de uma geração para a outra. Com efeito, tradicionalmente, os brinquedos representam o cotidiano das comunidades ribeirinhas, desde animais que faziam parte da fauna nativa da região, até barcos e casas utilizados por essas comunidades tradicionais. Para o período do Círio de Nazaré, que ocorre na cidade de Belém do Pará, sempre no segundo domingo de outubro, a confecção dos brinquedos ganha tons de agradecimento pelas graças alcançadas, sendo usual ver pelas ruas, durante as procissões, diversas pessoas carregando objetos de miriti representando as promessas atendidas.

A importância do miriti para a comunidade local não se resume à confecção dos produtos e à sua posterior venda no mercado, mas se mostra como um resgate constante do “eu” amazônico, como destacam Domingues e Barros (2016), sendo uma manifestação da cultura local, desde o momento em que os integrantes adentram as matas para a extração da matéria-prima, passando por todo o processo de preparo, até chegarem ao produto final.

Para Lobato, Pinheiro e Ribeiro (2015), a tradição do miriti pressupõe uma relação contínua entre o passado e o presente pelas técnicas de manuseio e de confecção dos brinquedos que se revela na realidade fictícia, pois o núcleo urbano do município de Abaetetuba/PA busca ter as características culturais de uma cidade globalizada, comercializando seus produtos para além do mercado regional e mudando suas características originárias para atender consumidores dos mais diversos locais. As comunidades ribeirinhas não vivem isoladas das grandes cidades, sendo fornecedoras de parte dos produtos agrícolas e extrativistas que são consumidos nos centros urbanos, conforme Lira e Chaves (2016).

Os costumes locais e as tradições são importantes por razões econômicas e culturais, como destacam Lobato, Pinheiro e Ribeiro (2015), sendo os brinquedos de miriti um dos pilares econômicos da comunidade de Abaetetuba/PA e de grande relevância cultural, por, historicamente, fazerem parte do Círio de Nazaré. Os brinquedos de miriti resgatam as memórias e os valores das comunidades locais, sendo uma resistência à massificação cultural que está ocorrendo no século XXI. Os problemas ocasionados pela massificação cultural, que ameaçam as tradições e os costumes das comunidades locais, expandem-se além da produção dos artigos de miriti abordados, atingindo outros elementos regionais, que se encontram em risco.

As políticas de desenvolvimento para essas comunidades devem estar intimamente ligadas à valorização da cultura local do miriti frente aos impactos da globalização cultural, visto que as mudanças na produção dos brinquedos de miriti ameaçam a tradição cultural do povo ribeirinho, não somente quanto à representação dos objetos que produzem, mas também quanto à sobrevivência de todos os milhares de indivíduos que dependem dessa fonte de renda. Deve-se buscar uma forma de desenvolvimento que valorize e proteja a cultura local, como previsto na CRFB/88, promovendo-se ações de desenvolvimento que levem em conta os aspectos étnicos, ancestrais e culturais das comunidades tradicionais, em observância ao artigo

1º da Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos Tradicionais, prevista no anexo I, do Decreto 6.040/2007²³, já mencionado.

A fim de se atingir esses objetivos, uma política de desenvolvimento baseada na teoria do etnodesenvolvimento mostra-se uma alternativa possível para a valorização cultural dos brinquedos de miriti.

3.3 ETNODESENVOLVIMENTO

Nos últimos anos, ganhou destaque, no Brasil, a utilização de um modelo de desenvolvimento sustentável, por meio de uma série de políticas, instituições e programas, destinados a buscar um desenvolvimento que respeite o equilíbrio entre o progresso econômico e a preservação do meio ambiente, nos moldes do artigo 225²⁴ da CRFB/88. Marin e Diniz (2015) destacam que essas iniciativas vêm sendo tomadas não somente pelo Estado, mas também, por diversas Organizações Não Governamentais – ONGs, que vêm atuando para promover o desenvolvimento sustentável.

Em um primeiro momento, esses programas de desenvolvimento sustentável, elaborados pelo Estado, representaram uma possibilidade de avançar nas discussões sobre uma política de desenvolvimento para as comunidades tradicionais, que diminuísse os impactos sociais, econômicos, ecológicos e culturais que as antigas políticas ocasionaram nos últimos séculos. Essas políticas deveriam ser elaboradas com a participação das comunidades tradicionais, sendo levados em consideração suas experiências, seu conhecimento sobre o território que ocupam, suas necessidades e os seus projetos de desenvolvimento como grupo social auto-identificado.

Entretanto, foram inúmeros programas que não conseguiram atingir os objetivos pretendidos. Para Marin e Diniz (2015), o Estado, em virtude da busca de resultados

²³ Art. 1º As ações e atividades voltadas para o alcance dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais deverão ocorrer de forma intersetorial, integrada, coordenada, sistemática e observar os seguintes princípios: I - o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade; (...) V - o desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e as suas tradições; (...) XIV - a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica.

²⁴ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

imediatistas, elaborou relatórios e diagnósticos apressados e imprecisos, executando vários projetos sem a devida análise dos aspectos locais das comunidades tradicionais, o que ocasionou um choque de interesses entre elas e o Estado. Para os autores, deveria ter sido realizado um trabalho maior de participação e de ensino para os atores locais, buscando expandir suas informações e conhecimentos, a fim de elaborar políticas públicas a partir do conhecimento local, incluindo o manejo da natureza.

Séguin (2017) aponta que as ideais que foram desenvolvidas para as comunidades tradicionais buscaram a assimilação dos grupos e a imposição de uma política de desenvolvimento homogênea, a fim de levar o progresso para os “incivilizados” e retirar os obstáculos para a exploração dos recursos naturais em seus territórios, não respeitando a cultura local, em um tratamento que considera etnocida.

Nesse mesmo sentido, Medeiros (2011) aponta que, mesmo com seu grande alcance social, o desenvolvimento sustentável ainda revela um caráter polêmico e ambíguo, sendo estudados seus impactos positivos, suas contradições e os obstáculos para se consolidar como uma alternativa para as antigas políticas excludentes de desenvolvimento.

As políticas de desenvolvimento devem sair do campo global e devem passar a ser associadas ao local, levando em consideração o espaço onde vão ser aplicadas e os atores envolvidos, sendo feito um trabalho efetivo de informar e incluir esses atores sociais, preservando a sua cultura e os seus conhecimentos tradicionais, para poderem fazer frente aos impactos da globalização. É seguindo essas premissas que o etnodesenvolvimento desponta como uma forma de complementação à teoria do desenvolvimento sustentável, buscando trazer a discussão para o campo do local.

Os primeiros estudos sobre o etnodesenvolvimento surgiram a partir de eventos internacionais, que contribuíram para a elaboração de seu conceito teórico e a sua disseminação entre os pesquisadores. O Simpósio Fricção Interétnica na América Latina, em 1971, o Simpósio Movimentos de Liberação Indígena na América Latina, em 1977, ambos realizados em Barbados, e a Reunión de Expertos sobre Etnodesarrollo y Etnocidio en América Latina, em 1981, realizada em San José da Costa Rica, onde foi produzida a Declaración de San José²⁵, discutiam o etnodesenvolvimento como um direito das comunidades tradicionais (PAZ, 2020; MEDEIROS, 2011).

²⁵ Declaración de San José: En forma cada vez más insistente las organizaciones representativas de diversos grupos indígenas en América Latina y los especialistas en el tema de que tratamos, han proclamado la necesidad de contrarrestar el etnocidio y de poner en marcha un proceso de auténtico etnodesarrollo, es decir, el establecimiento y la aplicación de políticas tendientes a garantizar a los grupos étnicos el libre ejercicio de su propia cultura.

Conforme o item 3²⁶ da Declaración de San José, o etnodesenvolvimento é a capacidade dos povos tradicionais de participarem e de definirem seus projetos de desenvolvimento para o futuro, levando em consideração suas experiências históricas, sua cultura, seus conhecimentos adquiridos, para criarem políticas públicas que respeitem seus valores e aspirações como grupos culturalmente diferenciados. As políticas desenvolvidas no âmbito local abrem a possibilidade a esses povos tradicionais de exercerem influência nas decisões políticas que afetam diretamente as suas vidas.

Marin e Diniz (2015) destacam que, um projeto de desenvolvimento a partir do etnodesenvolvimento, possui características políticas profundas, sendo necessária uma conscientização coletiva de inserção das comunidades tradicionais no processo de participação e elaboração das políticas públicas, respeitando a dimensão cultural do povo:

É por força das demandas atualizadas pelos movimentos sociais e suas entidades organizativas que essas noções e procedimentos normativos têm incorporado instrumentos para acionar direitos e reformular as políticas de maneira a torná-las um meio de acessar recursos técnicos, administrativos e financeiros por parte dos povos e comunidades tradicionais, que se apoiam na organização coletiva, produzem articulações externas e inserem-se em espaços de mediação (MARIN; DINIZ, p. 57, 2015).

É fundamental que as comunidades tradicionais sejam efetivamente gestoras do seu próprio desenvolvimento, buscando, na opinião de Oliveira, Beltrão e Ribeiro (2013), qualificar seus quadros técnicos de modo a conformar unidades político-administrativas, exercendo autoridade sobre seus territórios e os recursos naturais existentes, sendo capaz de gerir, de forma autônoma, as decisões para atender os seus interesses.

O etnodesenvolvimento, portanto, seria uma maneira de garantir que o progresso econômico e a preservação dos aspectos culturais das comunidades tradicionais caminhem juntos. Séguin (2017) destaca que se deve priorizar os interesses das comunidades envolvidas, levando em consideração seus aspectos étnicos, observando suas reivindicações políticas e necessidades econômicas, buscando-se, sempre, desenvolver a educação e a informação dessas comunidades, por ser este o verdadeiro caminho para se atingir, de fato, uma participação efetiva desses povos no processo decisório sobre os rumos do seu projeto de desenvolvimento.

²⁶ 3 - Entendemos por etnodesarrollo la ampliación y consolidación de los ámbitos de cultura propia, mediante el fortalecimiento de la capacidad autónoma de decisión de una sociedad culturalmente diferenciada para guiar su propio desarrollo y el ejercicio de la autodeterminación, cualquiera que sea el nivel que considere, e implican una organización equitativa y propia del poder. Esto significa que el grupo étnico es unidad político-administrativa con autoridad sobre su propio territorio y capacidad de decisión en los ámbitos que constituyen su proyecto de desarrollo dentro de un proceso de creciente autonomía y autogestión.

Para Medeiros (2011), existem duas forças que se encontram em constante tensão quando da implementação de uma política de desenvolvimento baseada no etnodesenvolvimento. De um lado, há a necessidade de construção de políticas que garantam a autonomia cultural dos povos tradicionais frente ao Estado, sendo preservado seu conhecimento, seus costumes, crenças e aspectos culturais; por outro lado, é necessário que ocorra a integração desses grupos étnicos na estrutura econômica nacional e internacional, a fim de que possam se desenvolver. Encontrar o equilíbrio entre esses dois pontos é fundamental para que a teoria do etnodesenvolvimento possa ser aplicada de forma satisfatória, visto que a autonomia cultural é ponto principal para a implementação desse tipo de desenvolvimento, devendo estar aliada a políticas econômicas, na medida em que as comunidades tradicionais não se encontram isoladas das grandes cidades, como é o caso dos ribeirinhos.

A autonomia cultural, aliada aos aspectos econômicos, contribui para a elaboração de práticas produtivas que podem auxiliar no processo de desenvolvimento, visto que essas comunidades poderiam garantir o abastecimento de suas necessidades básicas a partir do manejo da natureza e da comercialização do excedente de produção, contribuindo para a geração de renda, sendo estes a determinarem sua inserção nos mercados e até que ponto irão receber influência externa nas suas atividades (PAZ, 2020).

O Etnodesenvolvimento se remete a um processo que visa à manutenção e à transformação de uma sociedade ligada a determinadas configurações produtivas locais, dependentes diretamente ou não de relações globais. É importante ressaltar que a proposta de Etnodesenvolvimento prevê liberdade à população local de receber ou não influências exógenas por parte de órgãos e setores mediadores e intervencionistas. São justamente projetos que levem em conta a flexibilidade estrutural e histórica do desenvolvimento que devem ser preconizados como viáveis em longo prazo (MEDEIROS, p. 172, 2011).

O Estado possui o dever de criar condições favoráveis para o desenvolvimento dessas comunidades tradicionais, como apontam Oliveira, Beltrão e Ribeiro (2013), devendo instituir medidas que promovam o desenvolvimento local dessas comunidades, a sua integração econômica para atingir esses objetivos, garantindo seus direitos humanos e o respeito étnico, realizando plenamente o seu direito à autodeterminação. O etnodesenvolvimento é uma política pública que busca estabelecer uma visão convergente entre a preservação da cultura local e a proteção do meio ambiente, que deve ser encarada de uma forma interdisciplinar.

Portanto, o etnodesenvolvimento deve buscar desenvolver as comunidades tradicionais, atendendo às suas necessidades básicas, priorizando uma política de desenvolvimento endógena para saber ao certo quais são os problemas locais, quais possíveis caminhos podem ser

adotados para superá-los, protegendo o meio ambiente e valorizando a cultura e as tradições locais. Não cabem, para essas comunidades, políticas centralizadas, devendo os atores locais participarem efetivamente no processo de decisão, contribuindo para a eficácia das políticas implementadas (PAZ, 2020).

Apesar de todos os avanços que a teoria do etnodesenvolvimento trouxe para as políticas de desenvolvimento das comunidades tradicionais, a implementação de políticas públicas que respeitem, efetivamente, a diversidade cultural ainda se encontra muito distante do desejável. Paz (2020) destaca que a principal dificuldade é um verdadeiro diálogo entre os grupos etnicamente diferenciados e o poder público, de forma a descentralizar a elaboração e a implementação dessas políticas públicas.

As comunidades ribeirinhas que residem no município de Abaetetuba carecem de políticas públicas que valorizem seus aspectos culturais e preservem seus modos de vida, principalmente o trabalho que desempenham dentro da produção dos brinquedos de miriti, que se encontra ameaçado pelo avanço da globalização sobre as culturas locais, vivenciada nos últimos anos, conforme Domingues e Barros (2016). Atualmente, percebe-se que as representações regionalizadas, que eram características dos brinquedos de miriti, vêm perdendo espaço frente à mudança de interesse das crianças em decorrência da globalização cultural, sendo comum observamos produtos de miriti baseados em filmes de grande sucesso e personagens estranhos à cultura local. Além disso, muitos artesãos estão abandonando o ofício devido à falta de incentivos do poder público para a atividade artesanal, buscando em outras atividades o seu sustento.

Esse avanço da globalização cultural sobre a confecção dos brinquedos de miriti mostra-se uma ameaça à representação da vida dos ribeirinhos e da sua cultura, tão rica e diversa, o que pode impactar diretamente na vida das comunidades ribeirinhas que produzem os brinquedos de miriti. Loureiro (2009) destaca como a cultura local é relegada a uma posição marginalizada e periférica, pois são impostos aos habitantes, a partir dos interesses externos, os modos de vida que devem ter, o que consumir, não dando a possibilidade dos produtos locais se desenvolverem, nem de manutenção das suas características culturais.

Passaremos, portanto, a analisar como se estabeleceu a ligação cultural do Círio de Nazaré e dos brinquedos de miriti com o povo paraense, perpassando pela produção destes artigos artesanais e por sua comercialização nas festividades que ocorrem em Belém do Pará no mês de outubro.

4 NAZARÉ, MÃE DA TERRA, MÃEZINHA: O CÍRIO DE NAZARÉ E OS ARTIGOS DE MIRITI

Nazaré chegou por aqui já era santa
 E aqui já era aqui no mesmo lugar
 Se acorrou pra beber água a chuva caiu
 Resolveu ficar
 Tirou palha, envira, cipó, galhinho de pau
 Fez uma casinha arrumou cozinha e quintal
 Assou peixe, fez avoado, tirou açaí
 Sem nada magoar
 Naza, Nazarézinha, Nazaré rainha
 Nazaré, mãe da terra, mãezinha me ajuda a cuidar
 (Zouk da Naza – Almirzinho Gabriel)

A composição musical a que se refere o título deste capítulo, chamada “Zouk da Naza”, composta por Almirzinho Gabriel (2017), retrata não somente a ligação íntima que o povo paraense possui com “Naza”, mas, também, descreve por meio de seus versos o cotidiano da vida dos ribeirinhos amazônicos, quando compara as atividades realizadas por Nossa Senhora, ao chegar à região, com o estilo de vida levado pelos ribeirinhos às margens dos rios. Importante destacar, ainda, que, nos primeiros versos, percebe-se que já havia cultos à Nossa Senhora em outras localidades, principalmente, por influência dos jesuítas²⁷ no processo de colonização da região, que introduziram novos costumes e aspectos da religião católica para os que aqui habitavam.

O Círio de Nazaré, realizado em outubro na cidade de Belém, capital do estado do Pará, é uma celebração tipicamente popular. A origem da adoração à santa padroeira dos paraenses, na capital do estado, denominado de o mito da criação, remonta ao século XVII, quando um caboclo chamado Plácido teria encontrado uma imagem de Nossa Senhora de Nazaré, às margens do igarapé do Murutucu e a levado para casa, sendo surpreendido com a ausência da santa no dia seguinte. A santa havia retornado ao seu lugar de “descanso”, às margens do igarapé. Este mito tornou-se parte da tradição e da cultura dos paraenses, sendo passado de geração em geração e recontado, anualmente, nas ruas de Belém e de várias outras localidades do Estado.

O Círio de Nazaré transpôs as barreiras temporais, consolidando-se no imaginário e na cultura locais, recebendo, inclusive, o título de Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do

²⁷ Conforme explicado no item 2.1, a participação dos jesuítas no processo de colonização da região, é responsável pela disseminação de diversos elementos da religião católica nos habitantes locais, sendo responsáveis por trazer da Europa a tradição de cultuar e fazer manifestações religiosas aos santos.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2014) e se tornando um dos primeiros patrimônios registrados por meio do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, pelo Governo Federal, em 2004, a partir do disposto no Decreto nº 3.551/2000.

O Círio de Nazaré não se resume a uma procissão principal, realizada na manhã do segundo domingo de outubro nas ruas de Belém do Pará. É uma teia de eventos interligados que antecedem o período da quadra nazarena, os quais se iniciam na divulgação do tema anual, do cartaz oficial, do manto, dentre outros, passando por diversas outras procissões realizadas antes, durante e depois da grande procissão do domingo. Estes eventos movimentam a economia paraense e impactam a vida de centenas de comunidades, que produzem artigos para o Círio de Nazaré e tem, durante as festividades, seu principal período de comercialização durante todo o ano.

Um dos itens comercializados durante o Círio de Nazaré são os brinquedos de miriti, que tomam as ruas de Belém do Pará durante o período de sua realização, provocando os mais diferentes tipos de lembranças e associações aos que os veem. Os artigos de miriti são indissociáveis das festividades de outubro, seja como um objeto de cobiça pelas crianças, seja como uma forma de demonstrar sua fé e agradecer por uma graça alcançada.

Antes de entender como funciona a produção dos brinquedos de miriti e a conexão destes com o Círio de Nazaré, esta seção inicia às margens de um igarapé, com o achado de uma imagem santa por um caboclo amazônico.

4.1 DAS MARGENS DO IGARAPÉ ÀS RUAS DA CIDADE: O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSOLIDAÇÃO CULTURAL DO CÍRIO DE NAZARÉ

Na cultural popular paraense, a devoção à Nossa Senhora de Nazaré originou-se a partir do achado de uma imagem de uma santa, no ano de 1700, com características esculturais portuguesas, por um caboclo conhecido como Plácido, às beiras do igarapé Murutucu onde hoje se encontra a Basílica Santuário, em Belém do Pará. Ao encontrar a imagem, Plácido, verificando suas características, achou um papel costurado na parte interna do manto, onde se encontrava escrito “Nossa Senhora de Nazaré do Desterro”. Ao retornar à sua residência, colocou a santa em exposição para a adoração dos familiares, porém, ao acordar no dia seguinte, foi surpreendido pelo sumiço da imagem. Ao retornar ao local em que havia a encontrado no dia anterior, deparou-se com a “fugitiva” repousando da mesma forma em que descobrira originalmente.

Pantoja (2006), ainda expondo sobre o mito da criação, afirma que as “fugas” da santa passaram a atrair a atenção das pessoas comuns que moravam no núcleo urbano da cidade, nas proximidades do forte do castelo, hoje conhecido como bairro da Cidade Velha, dando início ao culto à imagem de Nossa Senhora de Nazaré do Desterro²⁸. A devoção chamou a atenção de uma autoridade política da época, que resolveu testar os poderes de “fuga” da imagem, trancando-a no palácio do governo da província, vigiada por guardas, para verificar se não passava apenas de um truque. Na manhã seguinte, ao destrancar as portas do palácio, surpreendeu-se com o desaparecimento da santa, dirigindo-se à ermida onde era realizado seu culto, às margens do igarapé do Murutucu, onde a encontrou repousando em seu local de adoração.

Figura 3 - Ilustração do achado da imagem por Plácido



Fonte: Blog promesseiros da corda – amor, fé e devoção

A partir deste momento, o imaginário popular da “fuga” e a devoção à Nossa Senhora de Nazaré do Desterro, tornaram-se parte da cultura local, passando-se a reverenciar e adorar a santa imagem no local onde fora encontrada.

Os documentos históricos apontam que os mitos e os fatos que ocorreram na época se misturam para criar a narrativa do início do Círio de Nazaré, com algumas semelhanças e outros pontos narrativos não oficialmente expressos nos documentos. Rocque (2014) destaca que Plácido era um caboclo amazônico que residia próximo do igarapé de Murutucu, provavelmente

²⁸ O nome oficial da imagem encontrada por Plácido é Nossa Senhora de Nazaré do Desterro, mas, com o passar dos anos e a consolidação da devoção, o nome popularmente acabou sendo abreviado para Nossa Senhora de Nazaré.

oriundo da cidade de Vigia do Pará, onde já existia a devoção à Nossa Senhora de Nazaré, tendo encontrado a imagem que, posteriormente, seria cultuada às margens do igarapé, no final de outubro do ano de 1700. Aponta o autor que não foi atribuído nenhum milagre neste primeiro momento ao achado, devido à rota ser frequentemente utilizada por pessoas que transitavam entre os municípios de Vigia/PA e Belém/PA e que poderiam ter perdido a imagem durante o seu deslocamento.

Plácido ergueu uma pequena ermida próxima à sua casa, feita de palha, colocando a imagem achada para ser cultuada e reverenciada por seus familiares. Posteriormente, as pessoas que transitavam pela região, começaram a passar junto à casa de Plácido para reverenciar a imagem e levavam suas histórias para o núcleo urbano da cidade de Belém, atraindo mais curiosos em ver a santa encontrada às margens do igarapé. Passados vinte anos do achado, a devoção chamou a atenção da arquidiocese, recebendo Plácido a visita de D. Bartolomeu do Pilar, bispo do Pará, em 1722, que reconheceu a devoção das pessoas à Nossa Senhora de Nazaré e elaborou planos para erguer uma capela no ponto exato onde tinha sido encontrado a imagem (ROCQUE, 2014).

Nos anos seguintes, explica Rocque (2014) que a cidade de Belém/PA enfrentou três graves problemas sanitários, tendo a população se reunido na segunda ermida construída e, posteriormente, na capela às margens do igarapé, para pedir a intercessão de Nossa Senhora de Nazaré. O primeiro deles foi um grave surto de varíola no ano de 1728, ocasião em que foram feitas novenas que entravam pela noite, sendo utilizados círios²⁹ para iluminar o local e combater o mal. O segundo momento delicado foi no ano de 1745, quando a cidade sofreu com uma epidemia da doença da bexiga, que resultou na morte de centenas de pessoas, tendo a população recorrido, mais uma vez, à Nossa Senhora de Nazaré em busca de um milagre. Por fim, em 1749, um surto de sarampo, doença sem tratamento médico na época, acometeu a cidade, tendo a população depositado todas as suas esperanças na imagem às margens do Murutucu.

Estes momentos de dificuldade foram responsáveis por consolidar a devoção à Nossa Senhora de Nazaré, em Belém/PA, tendo o culto se tornado cada vez mais forte ao longo dos anos. As adorações às margens do igarapé também contribuíram para a consolidação do mito da criação, pois as pessoas ouviam o relato de Plácido, ainda vivo, de como se dera a descoberta

²⁹ A palavra “círio” vem do latim *cereus* e significa uma vela longa feita de cera, utilizada comumente em festividades religiosas. Em Belém, as primeiras procissões ocorriam pela tarde, chegando ao final no início da noite, sendo utilizado os círios para iluminar os caminhos percorridos.

da santa e dos primeiros anos de adoração, construindo uma das bases da cultura paraense até os dias de hoje.

Já no final do século XVIII, a fé, o comércio e o turismo pela primeira vez se encontraram em torno da adoração, precisamente, em 1771, quando o governador da província do Pará, Francisco de Sousa Coutinho, decidiu organizar uma grande feira para expor, a toda a província, os produtos agrícolas da região, no segundo semestre do ano, a fim de coincidir com o período em que os devotos realizavam suas homenagens. A devoção continuou sendo manifestada nos anos seguintes junto à ermida construída, quando, em 1793³⁰, pela primeira vez, reunindo ainda poucos fiéis, não mais do que 10 mil pessoas, o Círio de Nazaré ganhou as ruas de Belém/PA para realizar a sua primeira procissão oficial na tarde de oito de setembro, sendo antecedida pela transladação da imagem de Nossa Senhora de Nazaré real, em procissão organizada e realizada por D. Francisco de Souza Coutinho, governador da Província do Pará na época (GODINHO, 2018).

A primeira procissão teve como roteiro os seguintes pontos da cidade de Belém:

Na véspera da data fixada, à noite, D. Francisco foi buscar a imagem da virgem e a levou para a Capela do Palácio, e na tarde do dia seguinte, realizou-se o primeiro Círio, sendo que a romaria seguiu margeando o Igarapé do Piri até a Casa das Canoas (hoje Ver-o-Peso), indo pela Rua da Praia (depois da Boas vista, da Imperatriz, atual Quinze de Novembro) até o Convento de Santo Antônio, dobrando pela Estrada da Campina (depois Travessa dos Mirandas, Avenida 15 de Agosto e, atualmente, Presidente Vargas), da Campina (Largo da Pólvora, D. Pedro II, hoje Praça da República) e finalmente, seguindo pela Estrada de Nazaré (Estrada do Utinga) até alcançar o Arraial (GODINHO, 2018 p. 27).

Essa fase inicial foi fundamental para a consolidação dos símbolos utilizados até os dias atuais nas romarias, como a berlinda, a corda e os carros de milagres, dentre outros, e para a produção do espaço-tempo do Círio, de forma a consolidar o evento, mantendo um roteiro estabelecido para as festividades durante todo o século XIX. A primeira grande mudança na organização do Círio ocorreu em 1910, com a criação da Diretoria da Festa - DF, que passou a ter papel central na organização de todo o evento.

Deve se destacar que, originalmente, cabia ao poder público, por meio do governador, organizar e realizar as procissões anuais, papel esse, que, em seguida, passou às irmandades e

³⁰ Importante destacar que, oficialmente, a primeira vez que ocorreu uma procissão no estado em homenagem à Nossa Senhora de Nazaré foi em 1697, na cidade de Vigia/PA, mas foi na capital do estado que a festa atingiu maior popularidade e tem seus mais grandiosos momentos. O *site* www.culturavigilenga.com, mantido por organizações locais de Vigia/PA, aponta que, em 1697, haviam registros não oficiais, por meio de cartas escritas pelo padre José Ferreira, de procissões em devoção à Nossa Senhora de Nazaré na região, data que é considerada pelo IPHAN (2004) como oficial do primeiro Círio de Vigia.

confrarias da arquidiocese de Belém/PA até, finalmente, ser assumido, em definitivo, pela Diretoria da Festa. A partir de então, a organização passou a ter não somente a responsabilidade de manter os fundamentos simbólicos e religiosos que compõem as procissões, mas, também, de expandir as fronteiras do Círio para o consolidar como um evento de grandes proporções.

A Diretoria da Festa, dividida em suas diversas diretorias internas³¹, cada uma exercendo função estratégica na organização do evento, procedeu à expansão do evento, incluindo novos elementos, como, por exemplo, o hino oficial e a construção da Basílica Santuário, atraindo cada vez mais público para assistir às procissões, principalmente em nível regional. Costa et. al. (2008), aponta que a criação da Diretoria da Festa pôs fim à “pendulação” entre o mundo laico e religioso na gestão da festa, criando-se um modelo híbrido que convergia todas as forças, religiosas e laicas, na produção do Círio.

O segundo marco do crescimento da popularidade do evento foi o processo de expansão com as peregrinações da imagem de Nossa Senhora de Nazaré, que era levada de casa em casa, como forma de congregação e orações de preparação que antecedem o segundo fim de semana de outubro, sendo uma das bases fundamentais para o processo de rompimento do paradigma de roteiro único do evento através de suas duas procissões à época (Trasladação e Círio). A Diretoria da Festa, com esta inovação, introduziu um novo elemento cultural ao Círio, que se mantém até os dias atuais, trazendo para o âmbito privado a manifestação que só ocorria no âmbito público das ruas.

Outro marco do processo de modernização do evento, promovido pela Diretoria da Festa, foi a criação da Guarda da Santa em 1970, visando trazer disciplina ao espaço e ao tempo das procissões. Com a sua institucionalização, a Guarda da Santa passou a ocupar papel de destaque nas procissões, organizando cordões de isolamento ao redor da berlinda, sendo os seus integrantes os condutores oficiais da imagem de Nossa Senhora de Nazaré aos diversos órgãos e entes durante todo o período da quadra nazarena. Porém, é criticada até os tempos atuais por somente admitir, na sua estrutura principal, guardas do sexo masculino, não permitindo nem mesmo que pessoas do gênero feminino assistam às reuniões e participem de suas atividades, como destacado por Matos (2010).

Cada vez mais identificado culturalmente com a população do estado, principalmente com a que reside na cidade de Belém, onde ocorrem as procissões, o Círio de Nazaré ganhou uma força que transcende as barreiras da organização estratégica do evento e se tornou parte

³¹ Atualmente a Diretoria da Festa é dividida em: Secretaria Administrativa Financeira; Diretoria de Evangelização; Diretoria de Procissões; Diretoria de Eventos; Diretoria de Decoração; Diretoria de Sonorização; Diretoria de Arraial; e Diretoria de Marketing. (Diretoria da Festa, 2020)

essencial da vida das pessoas e da cidade. Na intenção de agregar cada vez mais fiéis e descentralizar a concentração de público nas duas procissões principais, que já reuniam mais de 1 milhão de pessoas segundo dados do Dossiê Círio de Nazaré (2004), do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1986, iniciou-se um dos maiores processos de expansão do evento, que culminou com a criação de diversas outras procissões e eventos coligados ao evento principal.

Nesta nova etapa, primeiramente, foi introduzida a Romaria Fluvial, no ano de 1986, evento realizado nas águas da Baía do Guajará, que banha a cidade de Belém, levando o Círio até a população que reside no distrito de Icoaraci e a todos aqueles que habitam nas margens ou navegam as águas da baía. Com este movimento, foi necessário estabelecer uma logística de transferência da imagem peregrina do centro de Belém para o distrito, resultando na criação de diversas outras romarias por parte da Diretoria da Festa e, até mesmo, pela população, de forma espontânea, sendo estes novos percursos cercados de homenagens e de promesseiros nas mais variadas formas de manifestação de fé.

Essa logística de transferência e posterior deslocamento marítimo rompeu, de vez, as barreiras territoriais do evento, que saiu da zona central de Belém/PA para integrar, ao percurso dos eventos oficiais do Círio, primeiramente, o município de Ananindeua/PA com a Romaria Rodoviária³² e, posteriormente, em conjunto com este, o município de Marituba/PA através do “Traslado”³³, compreendendo, assim, grande parte da região metropolitana de Belém.

O Círio de Nazaré não somente viu expandido o número de suas procissões, mas também de diversos outros eventos organizados, seja como forma de preparação para as romarias principais, como o lançamento do tema, a revelação do cartaz, a apresentação do manto, seja com eventos de arrecadação de fundos, como a “feijoada do papai” e “a mamãe quer dançar”.

Fica evidente que com a introdução de novas romarias e novos eventos o Círio de Nazaré expandiu suas fronteiras, passando a se ter um período chamado de “quadra nazarena” em que não mais somente a grande procissão do segundo domingo de outubro ocorria, mas sim, diversos eventos a ela ligados direta ou indiretamente nas semanas que o antecederiam e o sucediam.

³² Deslocamento com saída da Igreja da Matriz, no município de Ananindeua, até o Distrito de Icoaraci, introduzido no ano de 1989.

³³ Primeira procissão oficial no calendário da quadra nazarena, realizada na sexta-feira que antecede o Círio de Nazaré e criada no ano de 1997.

Podemos perceber, então, que a criação da Diretoria da Festa foi um marco fundamental para a renovação do Círio, principalmente por meio da Diretoria de Inovação, que agregou novos aspectos culturais e formas de interação com os diversos participantes ao calendário nazareno. Como destacado por Matos (2015), até os dias atuais a Diretoria da Festa exerce papel central na organização dos eventos e na articulação política junto aos poderes federal, estadual e municipal, além de entabular negociação direta com as empresas públicas e privadas que anualmente patrocinam o Círio, mostrando que, a partir da visão do Círio de Nazaré como um megaevento, a organização profissionalizou-se e passou a atuar como uma empresa.

Figura 4 - Círio de Nazaré de 2019.



Fonte: Thiago Gomes/AGIF/Estadão Conteúdo.

O Círio passou a ser visto não somente como uma grande romaria dominical, e sim como um grande conjunto de eventos e serviços que transformam a realidade de Belém do Pará no mês de outubro de cada ano. Essa mudança vai além de uma questão regional, decorrendo de um grande processo de globalização da cultura e do aumento da demanda por serviços culturais:

Somos levados a acreditar que as transformações do Círio de Nazaré a partir de então, estão relacionadas com as mudanças substantivas ocorridas na esfera da cultura. Principalmente nas três últimas décadas em que, ativada pelo processo de globalização econômica e mundialização da cultura, há um processo de agigantamento das demandas mundiais por bens e serviços culturais, estes passam a ser valorizados como os principais elementos para a economia em nível mundial (MATOS, p. 10, 2015).

Esse processo de expansão fomentou o turismo local, aumentando o número de empresas e de entidades a investirem no turismo voltado ao Círio, destacando-se, no processo de expansão das últimas décadas, a incorporação de diversos eventos indiretamente ligados ao Círio de Nazaré, como o Auto do Círio, o Arraial do Pavulagem e a Feira do Miriti, dentre outros, sendo, atualmente, o Círio de Nazaré reconhecido pela UNESCO (2014), como patrimônio cultural imaterial da humanidade, como já mencionado.

No âmbito local, estes elementos que são diretamente ligados às festividades de Nossa Senhora de Nazaré estão incluídos na Lei municipal de Belém/PA nº 9126, de 15 de junho de 2015, que reconhece o Círio de Nazaré e os eventos e símbolos ligados às festividades como patrimônio cultural da cidade de Belém/PA. Posteriormente, o texto da lei foi alterado pela Lei municipal nº 9394, de 21 de julho de 2018, que incluiu os brinquedos de miriti como símbolos das festividades do Círio:

Art. 01 - Fica reconhecida como patrimônio cultural da cidade de Belém, a procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, bem como, todos os eventos e símbolos afins, dentre os quais se incluem:

I - A Romaria Rodoviária Belém - Ananindeua, realizada na sexta-feira pela manhã;

II - A romaria rodoviária, realizada no sábado que antecede a procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, saindo da Igreja Matriz do Município de Ananindeua para o Distrito Icoaraci, pela manhã, às seis horas;

III - A Romaria Fluvial, trajeto Icoaraci - Belém, que ocorre no sábado, véspera da procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, pela manhã;

IV - A Romaria da Trasladação, realizada sábado à noite, véspera da procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré;

V - A Procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré às crianças, realizada no 1º domingo a seguir;

VI - A Romaria do Recírio de Nossa Senhora de Nazaré, que acontece na segunda-feira, após a quinzena festiva e leva a imagem peregrina da Praça Santuário de volta ao Colégio "Gentil Bittencourt", mantido pela congregação das Irmãs Italianas Filhas de Sant`ana;

VII - A Berlinda que abriga a imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré;

VIII - A Corda dos promesseiros;

IX - Os carros que participam da realização da procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré,

X - (VETADO)

XI - o Auto do Círio, homenagem dos artistas de Belém a nossa Senhora.

XII - o artesanato de miriti que é utilizado pelos promesseiros para simbolizar o testemunho de fé por bênção alcançada." (AC)

Os brinquedos de miriti, que historicamente retratam a vida das comunidades ribeirinhas da Amazônia, possuem um papel importante na cultura paraense, sendo reconhecidos como parte integrante do Círio de Nazaré. Essa ligação inicia-se longe das ruas onde a procissão

transita todos os segundos domingos de outubro, precisamente no município de Abaetetuba/PA, a terra dos brinquedos de miriti.

4.2 A TERRA DOS BRINQUEDOS DE MIRITI

O município de Abaetetuba/PA, localizado na região da Amazônia Tocantina, despontou, primeiramente, como um grande produtor de cachaça. Posteriormente, os seus traços culturais e as tradições de seu povo influenciaram no seu processo de expansão econômica, principalmente na produção/comercialização de açaí, palmito e dos insumos/artesanatos feitos a partir da exploração dos derivados do miriti. Como apontado por Santos e Ferreira (2011), o município era conhecido como a “terra das cestarias” devido à grande produção de cestas/paneiros pelos habitantes da região, principalmente da ilha de Cutininga, que eram utilizados para o escoamento das produções do entorno, com destaque aos comerciantes de açaí.

Conforme dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), o município de Abaetetuba possuía, no ano de 2010, uma população de 141.100 habitantes, sendo estimado pelo órgão que, no ano de 2020, este número tenha passado para 159.080 habitantes³⁴. As principais atividades econômicas do município, segundo o órgão, são a agricultura, o extrativismo (principalmente de frutos de açaí, de miriti e do palmito de açaí), a extração de madeira e a atividade pecuária, principalmente nas 72 ilhas que compõem o município onde residem diversas comunidades ribeirinhas responsáveis pela atividade extrativista, como apontam Santos e Ferreira (2012).

Atualmente, é o maior polo de exploração do miriti no estado do Pará, sendo conhecido como a “terra dos brinquedos de miriti”, vez que as cestarias e os brinquedos produzidos a partir do miriti apresentam grande relevância econômico-social para a região, constituindo, atualmente, umas das principais fontes de renda de uma parcela grande da população do município de Abaetetuba/PA, sendo comercializados em outras regiões do estado, principalmente no período em que ocorre o Círio de Nazaré, em Belém/PA (DOMINGUES; BARROS, 2016).

Ribeiro, Lobato e Alexandre (2017) apontam que a tradição do brinquedo de miriti é de origem popular e vem sendo preservada pela transmissão oral. Os primeiros brinquedos, conforme os autores, foram talhados por crianças ribeirinhas que não possuíam acesso aos brinquedos industrializados, de modo que usavam a bucha da árvore do miriti para a produção

³⁴ Informação contida no site oficial do IBGE, podendo ser acessada por meio do link: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/panorama>

de pequenos barcos e canoas para brincarem à beira dos rios. Posteriormente, esses pequenos brinquedos passaram a ser comercializados nas feiras.

Loureiro (2015) afirma que a fabricação do brinquedo representa uma ligação cultural forte entre os artistas, seu lugar e a sua obra, pois a modelagem, utilizada pelos artesãos, advém de uma técnica apurada, que foi transmitida dentro das gerações familiares e que retrata a sua concepção do contexto cultural no qual residem e estão inseridos. São sentimentos compartilhados entre todos que habitam nas comunidades ribeirinhas e que trabalham com o artesanato de miriti.

A palmeira do Miriti, ou Biriti, como é conhecida popularmente a *Mauritia flexuosa L* (EMBRAPA, 2005), é encontrada em diversas regiões da Amazônia, cujas folhas são utilizadas para a cobertura de casas e fornecem fibras que servem como matéria-prima para a confecção de redes, cordas, chapéus e paneiros, dentre outros. Também se extrai do seu tronco o palmito e os seus frutos são utilizados como ingredientes para o preparo dos mais diversos tipos de alimentos, principalmente doces e sorvetes. Na cidade de Abaetetuba/PA, o trabalho de coleta das folhas e o seu beneficiamento para a retirada das “braças”, é realizado, geralmente, pelos ribeirinhos que vivem na região das ilhas e que desenvolvem diversos tipos de atividades, com destaque à produção de brinquedos de miriti.

A primeira etapa da produção dos brinquedos de miriti consiste na retirada da matéria-prima na mata de várzea, feita pelos ribeirinhos, que a preparam e a utilizam para a confecção de cestarias e brinquedos feitos. Deve-se destacar que alguns ribeirinhos que não são artesãos, comercializam a matéria-prima para artesãos que residem no núcleo urbano no município de Abaetetuba/PA. Domingues e Barros (2016) apontam que, atualmente, está ocorrendo uma maior migração das populações ribeirinhas das ilhas para o centro da cidade, buscando uma melhoria na sua qualidade de vida, mas que estes ribeirinhos continuam a produzir os artigos de miriti, o que resultou em um aumento das vendas de matéria-prima para o núcleo urbano.

Após a extração das “braças” diretamente da árvore, atividade desempenhada prioritariamente pelos homens, Santos e Ferreira (2011) ensinam que a segunda etapa é o processo de destalamento, no qual são separadas as talas e as buchas³⁵, feito pelas mulheres nos núcleos familiares. A partir desta separação das duas matérias-primas, o processo de confecção dos artigos de miriti propriamente se inicia. As buchas são a principal matéria-prima para a

³⁵ As talas são as folhas que compõem as braças da árvore do miriti, enquanto as buchas são o corpo central das braças.

confeção dos brinquedos, sendo vendidas aos artesãos, enquanto que as talas são utilizadas nas cestarias.

Com as buchas, inicia-se o processo de confecção dos brinquedos, realizado pelos artesãos e por seus familiares. Primeiramente, é realizado o corte da bucha pelos homens, não sendo uma prática comum esta etapa ser realizada pelas mulheres; as mulheres lixam os brinquedos, enquanto os filhos executam a tarefa de pintura, finalizando o produto para a comercialização. Contudo, esta divisão do trabalho, atualmente, encontra-se mais flexibilizada, pois os integrantes da família estão ocupando mais espaços conforme as suas habilidades, inclusive havendo mulheres que são responsáveis por todo o processo artesanal e pela sua comercialização, rompendo barreiras de gênero que sempre estiveram presentes na produção:

Através do artesanato, a mulher do miriti rompe com tradições de uma sociedade patriarcal e conquista sua autonomia, sua liberdade nos campos econômicos, sociais, culturais e políticos, pois quando resiste aos velhos paradigmas, demonstra seu alto grau de politização e do quanto é capaz de sonhar e tornar os sonhos realidade (DOMINGUES; BARROS, 2016).

Estes processos iniciais de extração da matéria-prima e da produção do brinquedo configuram o início de uma cadeia de trabalho informal que acompanha os artigos feitos de miriti em, praticamente, todos os pontos da sua produção. Ferrati (2013) observa que, com muita frequência, nos municípios paraenses e amazônicos, predominam formas precárias de trabalho, naturalizadas pelos trabalhadores e empregadores, o que conduz, por exemplo, à falta de percepção sobre as irregularidades trabalhistas. Estas práticas não se resumem somente à informalidade do mercado de trabalho e à segregação de gênero no processo produtivo, ocorrendo, também, o trabalho infantil, vez que as crianças auxiliam seus pais nas etapas de produção, inclusive sendo as principais responsáveis pela pintura e pela decoração das peças.

As dificuldades enfrentadas pelos artesãos que trabalham na informalidade produzindo os brinquedos de miriti, força-os a procurarem outros empregos para poderem garantir o sustento de suas famílias, vez que poucos conseguem viver exclusivamente da venda dos produtos de miriti. Ferreira Junior (2015) descreve que esses artistas ocupam diversos outros postos de trabalhos, também com características de informalidade, como a construção de embarcações, a venda de produtos em feiras, a pesca e a realização de pequenos trabalhos como eletricitista e pedreiro, dentre outros. Constata-se, portanto, que a realidade dos artesãos que trabalham com o miriti e do município de Abaetetuba como um todo é a presença maciça de trabalho informal em diversos setores e segmentos da economia.

Importante destacar que são cada vez mais raros artesãos que trabalham de forma individual, dentro do seu núcleo familiar, produzindo os brinquedos de miriti e os comercializando nas festividades que ocorrem no município de Abaetetuba/PA e no Círio de Nazaré. Atualmente, os artesãos procuram se reunir em associações para reivindicarem direitos de forma coletiva, buscarem a melhoria da qualidade de trabalho e participarem de feiras realizadas fora do estado. Nos últimos anos, a Associação dos Artesãos Produtores de Miriti – APAM, é a que mais vem se destacando dentro e fora do município.

A técnica de produção dos brinquedos sempre teve como característica a transmissão familiar, de uma geração para a outra, na maioria dos casos; porém, com a expansão da produção e da visibilidade, os produtos feitos a partir do miriti ganharam, nas últimas décadas, destaque nacional e internacional, abrindo oportunidade para as associações realizarem cursos e oficinas profissionalizantes para expandir o número de artesãos e difundir o conhecimento tradicional.

Para Ribeiro, Lobato e Alexandre (2017), os brinquedos de miriti atualmente se dividem em suas categorias: tradicionais e inovadores. Os brinquedos tradicionais são aqueles que retratam os elementos e as cenas do cotidiano da vida amazônica, demonstrando a sua ligação com o modo de vida ribeirinho, a fauna, a flora e outros elementos presentes no dia a dia às margens dos rios. São exemplos destes tipos de brinquedos, barcos, canoas, pássaros, cobras, tatus, trabalho em pilão e etc..

Figura 5 - Brinquedos de miriti com representação tradicional.



Fonte: Blog ArteSol – Artesanato Solidário.

Por outro lado, os brinquedos tidos como inovadores, passaram a retratar elementos culturais de fora da realidade local, criados a partir do contato com a cultura globalizada, buscando acompanhar a mudança de interesses dos mais jovens que vem se intensificando nos últimos anos. São exemplos destes brinquedos super-heróis de filmes de sucesso, bem como personagens de desenhos animados e séries mundialmente famosas.

Figura 6 - Brinquedos de miriti com representação inovadora



Fonte: Blog do Ademir Rocha, de Abaetetuba/PA

A abertura do mercado para fora da relação familiar demonstra como o processo de produção dos brinquedos acompanhou as mudanças ocorridas no século XXI, buscando profissionalizar os envolvidos em um mercado que rompeu as fronteiras regionais e atingiu mercados internacionais. Apesar disso, para Lobato, Pinheiro e Ribeiro (2015), a tradição do miriti pressupõe uma relação contínua entre o passado e o presente pelas técnicas de manuseio e de confecção dos brinquedos que se mostra na realidade fictícia, pois o núcleo urbano do município de Abaetetuba/PA busca ter as características culturais de uma cidade globalizada, comercializando seus produtos para além do mercado regional e mudando suas características originárias para atender a consumidores dos mais diversos locais, o que acaba refletindo na realidade dos ribeirinhos que residem nas ilhas próximas ao núcleo urbano.

Os brinquedos de miriti, foram reconhecidos como patrimônio da cultura imaterial do estado do Pará, por meio da Lei estadual nº 7.433/2010, por possuírem essa ligação com as comunidades ribeirinhas e por representarem seu estilo de vida e o cotidiano da vida amazônica, impactam diretamente, principalmente nos brinquedos que possuem ligação direta com o Círio

de Nazaré, sendo reconhecidos como símbolos ligados ao Círio de Nazaré pela lei municipal de Belém/PA nº 9126/2015, como acima referido.

No período do Círio de Nazaré, a confecção dos brinquedos ganha tons de agradecimento por graças conseguidas, sendo usual ver, pelas ruas, durante as procissões, diversas pessoas carregando objetos de miriti, como casas e barcos, representando as promessas alcançadas. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2004) realizou um dossiê sobre o Círio de Nazaré e identificou, dentre as referências culturais ligadas a ele, os brinquedos de miriti, principalmente a partir do ano de 1905, de quando datam os primeiros registros oficiais de vendedores vindos do interior do estado para a capital.

4.3 MIRITI, ALEGRIA E FÉ: ARTIGOS DE MIRITI COMO SÍMBOLOS DE FÉ E DIVERSÃO

No período em que é realizado o Círio de Nazaré, as ruas de Belém/PA são tomadas por diversas girândolas³⁶ que as coloreem com variados brinquedos de miriti, misturando símbolos culturais da região amazônica, como animais e barcos, com símbolos católicos e de fé que são fortalecidos nesse período. A vinda dos artesões de miriti do município de Abaetetuba/PA para a cidade de Belém, no período de outubro, revela a interseção entre a tradição cultural, que passa de geração em geração nas famílias daquele município, e a necessidade de comercializar os produtos para a obtenção do sustento, principalmente com a expansão comercial da festa. Apesar dos aspectos econômicos, muitos artesãos ainda são movidos pela religiosidade que envolve o período do Círio:

Porém, a comercialização não cumpre somente funções econômicas, podendo ser originária por conta do pagamento de promessas feitas à Santa em reconhecimento a uma graça alcançada ou mesmo de oferenda à Santa para que ela seja generosa nos dias vindouros, o que reforça o argumento de que o artesão de miriti também é caracterizado pela Fé e pela devoção (FERREIRA JUNIOR, 2015).

Godinho (2018) relata que esses brinquedos estão presentes há séculos no universo do Círio de Nazaré, enriquecendo as festas e conquistando, ao longo do tempo, cada vez mais espaço junto ao público. Recorda o autor que os brinquedos fizeram parte de sua infância, atraindo o seu imaginário para a vida dos ribeirinhos, pois via neles a representação de barcos, animais e casas, o que despertava o interesse pelo trabalho realizado pelos artesãos. A ligação

³⁶ Cruzes de braços duplos feitas de miriti utilizadas como suporte para os brinquedos, para a realização de exposição e comercialização ambulante.

secular dos brinquedos de miriti com o Círio de Nazaré e a forma como os mesmos eram comercializados, foi se modificando ao longo dos anos, principalmente nas primeiras décadas do século XXI.

Inicialmente, conforme aponta Ferreira Junior (2015), os artesãos de miriti concentravam-se na Praça do Carmo, local situado na parte histórica da cidade de Belém/PA e próximo a diversos pontos de embarque e desembarque de embarcações, que foram o principal meio de deslocamento dos artesãos da cidade de Abaetetuba/PA para a capital, nas primeiras décadas. Instalados na praça, seus pontos de venda eram as calçadas e as ruas da cidade, percorridas com as girândolas em punho, fazendo dos Brinquedos de Miriti uma fonte de renda, mesmo que por um curto período do ano.

Os girandeiros, como são conhecidos os vendedores que portam as girândolas carregadas de brinquedos de miriti, passaram a integrar a paisagem das procissões, sendo avistados em meio aos romeiros do seu percurso principal ou em ruas transversais, realizando uma intensa peregrinação por toda a cidade. Cabe destacar que, no Círio das Crianças, uma das 13 procissões da quadra nazarena, a presença dos girandeiros aumenta, devido ao maior número de crianças presentes, público alvo de comercialização.

Figura 7 - Girândola feita de miriti.



Fonte: Suelene Corrêa

Moraes (2013) aponta que as girândolas, que invadem as ruas de Belém/PA durante as procissões, trazem alegria e cores vibrantes no meio dos promesseiros, despertando os mais

variados sentimentos para aqueles que estão pagando suas promessas, reafirmando a ligação cultural que estes brinquedos possuem com as festividades. Mas a autora afirma que, na última década, as relações vêm se modificando aos poucos, seja pela mudança na forma de comercialização dos brinquedos durante as festividades à Nossa Senhora de Nazaré, seja pelo interesse do público nos brinquedos, que vem se adaptando para conquistar mais consumidores, mudando um pouco seu caráter recreativo e passando a ter um aspecto mais decorativo.

Atualmente, as vendas feitas por girandeiros vêm perdendo protagonismo, substituídas principalmente, pelos espaços de feiras organizados na cidade durante as festividades. Na edição 2019 do Círio de Nazaré, os principais pontos de comercialização e de exposição dos brinquedos de miriti foram: a Feira do Artesanato do Círio, junção de duas antigas feiras³⁷ realizada na Casa das Artes por meio de uma parceria entre o SEBRAE/PA, o município de Abaetetuba/PA e o Governo do Estado do Pará; Arraial de Nazaré, organizado pela Diretoria da Festa de Nazaré com diversos estandes para a comercialização de produtos, dentre eles artigos feitos de miriti; e a Praça do Carmo, onde ainda se concentra um número considerável de artesãos.

Apesar da expansão que o mercado do miriti apresentou nas últimas décadas, recebendo mais investimentos e estrutura para a comercialização, o setor ainda é caracterizado pela grande informalidade no mercado de trabalho que envolve toda a cadeia produtiva, desde a extração vegetal até a comercialização. Como aponta Ferreira Junior (2015), a comercialização dos produtos durante o Círio de Nazaré é realizada principalmente por grupos de girandeiros que são contratados informalmente pelos artesãos para os venderem pelas ruas, enquanto eles se estabelecem para comercializar nas principais feiras organizadas. Este mercado informal não envolve somente o girandeiro, mas também toda a sua família, que vem do interior para a capital, no período do Círio, ajudar na comercialização, aumentando os índices de informalidade e trabalho infantil, vez que os menores acabam sendo inseridos no processo de venda, uma prática repassada dentro do núcleo familiar por gerações.

A praça do Carmo é o local onde mais se evidencia a informalidade do mercado do Miriti, pois os artesãos que ali se estabelecem, em sua grande maioria, não possuem vínculo com as associações do município de Abaetetuba, ficando fora das grandes feiras organizadas no período, dividindo o espaço com outros eventos que são organizados, como o Auto do Círio

³⁷ A Feira de Artesanato do Círio surgiu a partir da junção da Feira do Miriti, inicialmente estabelecida na parte da cidade velha de Belém/PA e exclusiva para artesãos de miriti de Abaetetuba; e a Feira do Círio, que reunia o trabalho de diversos artesãos do estado em uma área montada ao lado da Praça Santuário (FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ, 2019).

e o Arrastão do Círio do Instituto Arraial do Pavulagem. Os vendedores improvisam, com madeiras e lonas, locais para dormirem no próprio espaço público, podendo atender a possíveis clientes que trafegam durante todo o dia, com exceção das mulheres, que são acolhidas na Casa do Estudante Universitário do Pará – CEUP (FERREIRA JUNIOR, 2015).

O Círio de Nazaré contribui diretamente para a manutenção dos costumes seculares e para o desenvolvimento econômico da região, pois mantém viva a tradição de vendas dos brinquedos para as crianças, fazendo frente ao processo de massificação cultural oriundo do processo de globalização e resgatando, anualmente, uma tradição cultural que se confunde com a própria história paraense.

Os artesãos que trabalham com a produção dos brinquedos de miriti moram, em sua grande maioria, no município de Abaetetuba/PA, principalmente nas ilhas que integram a área rural do município, sendo considerados ribeirinhos amazônicos. Estes artesãos buscam comercializar seus produtos para melhorar a qualidade de vida de suas famílias, mas também para continuar demonstrando a sua ligação cultural com o local que habitam, mantendo viva a tradição familiar que foi passada entre as gerações.

Para estas comunidades ribeirinhas produtoras de miriti, o etnodesenvolvimento mostra-se como um grande aliado para a elaboração de políticas públicas que respeitem sua história, seu conhecimento tradicional e contribuam para que possam efetivar seus planos de vida. Essas comunidades precisam ter voz ativa para determinar os rumos do seu desenvolvimento, sendo necessário escutar essas vozes para entender sua ligação cultural com os brinquedos de miriti, suas necessidades e como o poder público vem atuando nos últimos anos para proteger o patrimônio cultural paraense e desenvolver essas comunidades.

5 – GIRA, GIRÂNDOLA DE MIRITI: AS VOZES DO MIRITI

As mãos voltadas para o céu
 Os olhos pingados de lágrimas;
 Pra caber tanta emoção
 Só num livro de mil páginas.
 Gira, girândola de miriti... eu tô ali
 Cobra, tatu, pilão,
 Vou dançando sem cair.
 O coração brincando no peito
 De uma criança que vai pensando:
 “Meu deus, é tanta fé
 Que até o pato tá rezando”
 (Girândola de Nossa Senhora de Nazaré
 - Toni Soares/ Guaracy de Brito Jr.)

Os versos da canção “Girândola de Nossa Senhora de Nazaré”, composta por Toni Soares e Guaracy de Brito Jr (2011), exprimem a conexão entre os brinquedos de miriti e o Círio de Nazaré, ligação secular que resultou no reconhecimento dos brinquedos de miriti como patrimônio da cultura imaterial do estado do Pará. As ruas de Belém/PA, durante o mês de outubro, são invadidas pelas cores dos brinquedos de miriti, motivo de orgulho para artesãos e vendedores que dependem da fabricação e da comercialização destes produtos para garantir a subsistência de suas famílias. Esses artesãos, em sua maioria ribeirinhos que residem no interior do município de Abaetetuba/PA, possuem, desde a infância, uma ligação cultural com os brinquedos de miriti que foi se aprofundando ao longo de suas vidas, tornando-se seu principal ofício e fonte de orgulho.

A manutenção da atividade artesanal por parte dos ribeirinhos e o desenvolvimento dessas comunidades só é possível com políticas públicas que valorizem os costumes locais, suas tradições e que atendam aos seus anseios e às suas necessidades. O poder público possui o dever de valorizar e incentivar a cultura, possibilitando os meios necessários para a produção dos artigos artesanais e o desenvolvimento das comunidades produtoras, sendo necessária a proteção ao patrimônio cultural, principalmente, frente aos avanços da globalização cultural que vivenciamos nos últimos anos.

Para podermos compreender como vem atuando o poder público para atingir esses objetivos e discutir a importância do etnodesenvolvimento como norteador de políticas públicas que contribuirão para a valorização cultural do miriti e o desenvolvimento dessas comunidades tradicionais, é necessário dar voz aos que estão diretamente ligados à produção e à comercialização dos brinquedos de miriti.

Visando-se atingir esse objetivo, foi realizado uma pesquisa de campo, por meio de uma série de entrevistas com artesãos e vendedores de brinquedos de miriti, que se encontravam em Belém/PA durante o período da realização do Círio de Nazaré de 2020, sendo os resultados obtidos apresentados na sequência.

5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente dissertação tem por objetivo principal discutir a importância do etnodesenvolvimento para nortear políticas públicas que contribuam para a valorização da cultura local e o desenvolvimento dos ribeirinhos de Abaetetuba/PA que trabalham na produção dos brinquedos de miriti, por meio da atuação do poder público no sentido de incentivar, valorizar e preservar culturalmente a confecção destes itens.

Considerando seu objetivo principal, a pesquisa é exploratória e descritiva. Por ser uma pesquisa exploratória, buscou-se uma maior familiaridade do pesquisador com a tradição cultural dos artigos de miriti e com o processo de fabricação dos artigos, bem como entender, por intermédio das entrevistas realizadas, a ligação cultural e a importância dos artigos de miriti na vida dos produtores. Pelo lado descritivo, as informações levantadas evidenciaram fatos e fenômenos do cotidiano dos produtores de miriti, permitindo entender a atuação do poder público na preservação e na valorização da atividade, para buscar apontar caminhos de desenvolvimento para essas comunidades, principalmente sob a ótica da teoria do etnodesenvolvimento (MINAYO, 2012).

Somando-se às fontes bibliográficas e documentais expostas anteriormente, que foram utilizadas para o embasamento teórico e a exposição inicial do tema, a presente pesquisa tem abordagem qualitativa e emprega a técnica do estudo de caso, coletando dados por meio de entrevistas para atingir o objetivo proposto e enfrentar a hipótese/problema apresentada. Por meio dessa abordagem, pode-se aprofundar os aspectos culturais que envolvem a fabricação dos artigos de miriti, as histórias de vida dos artesãos, como se encontra a comercialização nos últimos anos e, principalmente, como o poder público vem atuando junto a esses produtores, com o intuito de verificar se a alternativa de desenvolvimento, pautada na valorização da cultura e do saber local, pode contribuir para a melhoria da vida deles (MINAYO, 2012).

Para o levantamento dos dados, foram realizadas entrevistas com artesãos e vendedores de artigos de miriti, obedecendo um roteiro semiestruturado, anexo a esta dissertação, no qual foram elaboradas perguntas prévias a serem feitas aos entrevistados, mas possibilitando novos questionamentos à medida em que a relação pesquisador/entrevistado ia se estabelecendo. A

pesquisa de campo foi realizada na cidade de Belém, capital do estado do Pará, durante o período compreendido entre os dias 10 a 12 de outubro de 2020, em que ocorreram as festividades do Círio de Nazaré de 2020. Importante destacar que O Círio de Nazaré 2020 teve sua programação tradicional alterada por conta da pandemia mundial da COVID-19³⁸, sendo realizadas programações virtuais, com o cancelamento das tradicionais procissões pelas ruas de Belém/PA e a diminuição dos pontos de comercialização dos artesanatos durante o período.

Para a coleta dos dados, foram realizadas visitas nos referidos dias, pelos turnos da manhã, tarde e noite, nos pontos da cidade onde estavam ocorrendo feiras especificamente montadas para o período do Círio, além de locais públicos que, costumeiramente, possuem grande presença de público e turistas no período de realização do Círio de Nazaré, como praças e aeroportos, dentre outros.

Foram visitados os seguintes locais durante os três dias de pesquisa de campo: Feira do Artesanato do Círio 2020, organizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, com apoio do governo do estado, localizada no complexo turístico estação das docas; Feira do Artesanato do Círio 2020, organizada pelo SEBRAE, com apoio do governo do estado, localizada no aeroporto internacional de Belém; Feira do Artesanato do Círio 2020, organizada pelo SEBRAE, com apoio do governo do estado, localizada no complexo turístico Porto Futuro; Feira do Artesanato do Círio de Nazaré, organizada pela Diretoria da Festa do Círio de Nazaré, situada no Complexo Arquitetônico de Nazaré - CAN; Feira do Artesanato da Praça da República, organizada pela Associação dos Artesãos da Praça da República, com apoio da prefeitura de Belém; Praça Batista Campos; Praça do Carmo; e complexo turístico Portal da Amazônia.

³⁸ Conforme informações da Organização Mundial de Saúde – OMS, A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) que se tornou uma pandemia mundial desde o início do ano de 2020, sendo responsável pela morte de milhares de pessoas por todo o mundo. No âmbito regional, diversas medidas restritivas foram implementadas pelo governo do Estado do Pará, visando preservar vidas e diminuir o número de infectados, o que alterou a programação do Círio de Nazaré realizado no ano de 2020.

Figura 8 - Feira do Artesanato no complexo turístico Porto Futuro.



Fonte: Acervo pessoal.

O roteiro semiestruturado focou três grupos de questões que foram consideradas fundamentais para se compreender todos os aspectos envolvidos no ofício de fabricação dos artigos de miriti: o primeiro grupo de questões procurou entender a ligação cultural dos entrevistados com os artigos de miriti, suas histórias de vida e a importância do miriti em suas trajetórias; o segundo, buscou analisar a comercialização dos artigos de miriti nos últimos anos e os impactos da pandemia na vida dos artesãos e dos vendedores; por fim, o terceiro grupo de questões abordou como o estado vem incentivando e apoiando a atividade produtiva do miriti e a preservação cultural deste bem da cultura paraense. Na ramificação destas perguntas, outros questionamentos foram surgindo, originando novas perguntas feitas aos entrevistados, abordando temas como o desmatamento dos miritizais e a valorização de outras espécies vegetais em detrimento do miriti, dentre outros que serão abordados oportunamente na discussão dos dados coletados.

Por fim, ainda quanto aos procedimentos metodológicos adotados, deve-se destacar que todos os entrevistados foram informados das condições presentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, anexo a esta dissertação, tendo concordado com a realização e a gravação das entrevistas, garantindo-se o seu anonimato, de modo que os resultados aqui apresentados, mantêm as falas na sua forma original como foram expressas pelos entrevistados, procedendo-se à transcrição dos trechos mais relevantes à elucidação do problema da presente pesquisa.

5.2 RESULTADOS OBTIDOS

Como mencionado anteriormente, os dados da presente pesquisa foram coletados por meio de entrevistas realizadas durante o período do Círio de Nazaré de 2020, fortemente impactado pela pandemia da Covid-19, em que foram ouvidas 8 (oito) pessoas diretamente ligadas à produção e à comercialização dos artigos de miriti e que possuem ligação cultural e familiar com a produção, sendo eles: 5 (cinco) artesãos, 1 (uma) artesã e 2 (duas) vendedoras. Importante destacar que o número de entrevistado é um reflexo da repercussão da pandemia na vida desses ribeirinhos que dependem do artesanato, tendo em vista que, em anos anteriores, a cidade ficava tomada por centenas de artesãos e vendedores de miriti, só sendo possível localizar no ano de 2020, apenas oito pessoas ligadas a produção e comercialização dos brinquedos de miriti.

Todos os entrevistados, possuem conexão direta com os produtos feitos de miriti, especialmente os brinquedos e os artesanatos, seja no processo de produção dos mesmos, seja por estarem inseridas na dinâmica familiar de produção e comercialização. Importante destacar, mais uma vez, que os nomes dos entrevistados não serão divulgados nesta pesquisa, conforme estabelecido no termo de livre consentimento apresentado no momento da sua realização.

A partir dos dados coletados, os relatos foram divididos em três categorias consideradas fundamentais para enfrentar o problema proposto, mantendo-se as entrevistas em consonância com os objetivos previamente estabelecidos quando da elaboração do roteiro semiestruturado, mas com novos dados inseridos nas referidas categorias a partir dos relatos dos entrevistados, seguindo a metodologia proposta por Minayo (2012).

A primeira categoria de análise busca apresentar a ligação cultural dos entrevistados com o miriti e revelar como o ofício da produção/comercialização dos artigos de miriti iniciou na vida deles, buscando entender a importância destes artigos para as suas famílias e para a manutenção do estilo de vida ribeirinho que possuem. Seguindo na análise dos dados coletados, a segunda categoria busca compreender a procura pelos artigos de miriti pelo público em geral, suas preferências e como os entrevistados veem as modificações no mercado nos últimos anos, sendo-lhes perguntado, também, como a pandemia mundial da Covid-19 afetou os seus trabalhos e as suas vidas. Por fim, na última categoria de análise, os relatos feitos pelos entrevistados serão utilizados como base para se discutir se e como o poder público vem atuando junto a essas comunidades para promover e incentivar a produção dos artigos de miriti, buscando a valorização cultural, sob uma ótica de políticas de desenvolvimento baseadas na teoria do etnodesenvolvimento.

5.2.1 Aspectos culturais da produção de artigos de miriti

Conforme os dados coletados, todos os 8 (oito) entrevistados que estavam na cidade de Belém/PA durante a realização do Círio de Nazaré 2020, afirmaram que os artigos de miriti possuem uma importância fundamental em suas vidas, pois é da atividade de exploração deles que as famílias conseguem tirar o seu sustento e colocar em prática os seus planos de vida. Domingos e Barros (2016) destacam que a produção dos artigos de miriti é base de subsistência para diversas famílias, o que é confirmado nos resultados obtidos, conforme se destaca:

“Cara tudo que eu tenho foi derivado do miriti, tudo que eu tenho hoje foi derivado do miriti, então o miriti tem uma grande importância” – Artesão 1

“De uns 40 anos pra cá que começou a fabricar o brinquedo de miriti para vender a gente já vende em muitos pontos em Belém pelo círio, no miriti fest Belém, por todos esses lugares, tem muito ponto que a gente coloca o brinquedo de miriti. Então é uma renda mensal que eu tenho graças a deus que eu vivo do brinquedo de miriti” – Artesão 2

“É muito importante, porque tipo assim, é um meio que meu pai encontrou de sobreviver e sustentar a família então o brinquedo de miriti ele é sustentável, é um núcleo familiar que a gente trabalha em casa” – Vendedora 1

“Olhe pra mim é tudo né, porque a gente trabalha, todo dia todo dia para gente ter um lucro, ter uma renda familiar da gente, da onde a gente tira pra poder comer e viver. A gente tem outros meio, a gente se vira, mas a maioria é o miriti” – Artesão 3

“É dai que a gente tira pro nosso sustento, pro nosso filhos que a gente criou, três, e a gente faz a feira lá em Abaetetuba, que é o miritifest e essa feira aqui, que é a maior, que a feira do Círio do miriti” – Artesã 1

Ferranti (2013) destacam como a fabricação de artigos de miriti se encontra presente na vida das comunidades ribeirinhas de Abaetetuba desde a infância. Os dados coletados corroboram os ensinamentos do autor, visto que, dos 8 (oito) entrevistados, 7 (sete) relataram fabricar ou frequentar ateliês de miriti desde o início de suas vidas, tendo apenas 1 (um) artesão entrevistado sido iniciado na fabricação dos brinquedos de miriti a partir do fim da adolescência e início da vida adulta, mesmo tendo crescido no meio dos miritizais:

“É muito importante isso aí porque já veio do meu pai né, quando eu era criança eu fazia os brinquedos de miriti, os barquinhos para gente brincar porque naquela época, a gente não tinha condição de comprar o brinquedo de plástico então a gente fazia o brinquedinho de miriti e amarrava antigamente com a envira, ainda tem envira do meio do miriti que era nossa linha que a

gente amarrava, então nós fomos acostumados assim e desde lá eu já me dediquei a fazer os brinquedos” – Artesão 2

“Não, o seguinte, eu quando era criança, eu fazia essas canoa, fazia essas canoa amarrava um fio aqui e morava no sítio né, eu remava na canoa e amarrava atrás um brinquedo desse, eu achava bonito né e desde isso aí eu comecei a trabalhar com o artesanato, graças a Deus, eu tenho um orgulho na minha vida de de fazer um artesanato desse aqui” – Artesão 4

“Ah é muito importante porque desde quando eu nasci eu já cresci no meio do brinquedo de miriti, o meu avô já vinha aqui para Belém ele já trazia a gente, desde o tempo da minha mãe para falar a verdade, porque a minha mãe conta essa história que meu avô vinha e trazia eles para participar do Círio e ajudava eles a vender” – Vendedora 2

Confirma-se, a partir dos relatos apresentados, que o miriti possui uma importância cultural e econômica enorme na vida dos entrevistados, sendo sua principal fonte de renda durante todo o ano, mesmo tendo que exercer algumas atividades paralelas para complementar a renda mensal ou em momentos do ano em que a procura pelos artigos diminui, conforme relatado pelos Artesão 2 e Artesão 3, realizando atividades como pintor, feirante, comerciante na feira do açaí, pescados, dentre outras, para poderem complementar sua renda, mas sempre destacando que suas preferências são pela produção do artesanato de miriti, como se observa pelo relato do Artesão 2: “olha eu tenho uma profissão de pintor também, trabalho como ambulante, mas o que eu gosto mesmo é o artesanato de miriti”.

Culturalmente, todos os entrevistados demonstram possuírem um sentimento de pertencimento em relação à localidade onde residem e com a atividade que exercem, revelando orgulho pelo trabalho que produzem, conforme se pode observar nos relatos transcritos acima, sendo nítido o sentimento de ligação com a natureza amazônica, confirmando o sentimento do “eu” amazônico que foi apontado anteriormente por meio dos estudos de Domingues e Barros (2016). Importante destacar que, dos 8 (oito) entrevistados, 6 (seis) relataram residirem em comunidades ribeirinhas do interior de Abaetetuba/PA, mantendo suas tradições e costumes, que foram sendo passados dentre as gerações familiares. Os outros 2 (dois) entrevistados, ainda que não mais residam nas comunidades ribeirinhas situadas no interior do município, relataram que nasceram nessas comunidades, mas que saíram das localidades em busca de mais estudo e melhoria da qualidade de vida, mantendo um contato constante com familiares que permaneceram residindo no interior, conforme se observa do relato do Artesão:

“A eu nasci no interior de Abaetetuba, aí com dezesseis anos eu vim estudar um pouquinho e aprender um pouquinho e aí no decorrer do tempo a gente montemo um grupo e desse grupo já foi para associação e a gente conheceu o

mundo através do brinquedo de miriti, porque antes o brinquedo de miriti não tinha valor, mas hoje em dia tem.” – Artesão 5

Quando indagados sobre seus primeiros contatos com os brinquedos de miriti, todos os entrevistados remontam à sua infância, com relatos que se aproximam de como começaram a trabalhar no ofício. O discurso mais presente nas entrevistas para o início dessa paixão pela arte de produzir os artigos de miriti, principalmente os brinquedos, foi a impossibilidade de comprar brinquedos pelos seus pais na infância, sendo necessário que eles passassem a produzir seus próprios brinquedos, especialmente canoas para brincar nos rios que cortavam os quintais de suas casas; o Artesão 1 inclusive cita uma figura folclórica mundialmente conhecida como responsável por isso:

“O praga do Papai Noel não levou brinquedo para mim, desgraçado, não sei porque ainda tem gente que acredita nessa porcaria, e aí eu peguei e tinha necessidade de brincar como toda criança, então eu mesmo fabriquei meu brinquedo, e os pais também no passado como não existia brinquedo, eles fabricava brinquedos pros filhos, então a gente fazendo isso, crescemos unido o útil ao agradável, continuamos brincando e ganhando dinheiro” – Artesão 1

“Olhe sozinho, sozinho mesmo, pegando que nessa época, há 30 anos atrás era fartura de miriti. O pessoal trabalhava com cesto, fazia aquelas boia de miriti e botavam fora no rio. Dai a gente pegava e fazia para brincar na água e aí foi surgindo dessa brincadeira, daí fui trabalho e fazendo o que eu faço sozinho sem ninguém me ensinar” – Artesão 3

Além dos relatos acima sobre a impossibilidade de aquisição de brinquedos como um dos motivos para o início do ofício de fabricação dos brinquedos de miriti, merece destaque o relato da Artesã 1, que expressa como todo o núcleo familiar esteve sempre envolvido para contribuir na renda familiar, destacando como ela e seus 10 irmãos vinham para a cidade de Belém/PA, no período do Círio de Nazaré, para comercializar, os produtos como girandeiros:

“Olha a gente, é, eu comecei a trabalhar quando eu era ainda criança, 12 anos, porque isso veio de família, tradição do meu pai, era o meu pai que fazia, trazia a gente para cá, todos nós 11 filho, aí a gente saía na giranda, não existia esse negócio de vender em feira ou o SEBRAE para ajudar, era tudo o girandeiro a muito tempo atrás, eu to com cinquenta e dois (anos). Aí depois quando eu fiquei com 15 anos, eu casei com ele (se referindo ao marido, também artesão), ele tinha 16, aí como ele era desempregado, o papai começou a ensinar ele a fazer para ele poder ganhar dinheiro para poder viver comigo, aí ele começou a fazer e eu já fazia algumas coisa, porque eu morei com o papai e ele ensinava, aí ficou trabalhando eu e ele separado. A gente fazia todo ano e vinha, aí ele saía na giranda e eu ia do lado dele para ajudar ele” – Artesã 1

Esses relatos encontram-se em consonância com o ensinando por Ferreira Júnior (2015), que aponta como a dificuldade de aquisição de brinquedos por parte dos pais, acabou gerando a necessidade de as crianças do interior de Abaetetuba/PA procurarem formas alternativas de brincarem e se divertirem, além de servirem como ajudantes na fabricação para auxiliar seus pais no artesanato, prática esta que continua ocorrendo, conforme o relato da Vendedora 1, filha de artesão, que desde pequena ajuda na pintura e na finalização dos brinquedos. Importante observar que essa tradição de fabricar os seus brinquedos, quando passada entre as gerações familiares, cria um laço contínuo entre os costumes e as tradições do povo, como é destacado por Ribeiro, Lobato e Alexandre (2017). São esses aspectos que compõem a cultura do povo, conforme Rovai (2013) e que devem ser levados em consideração quando da elaboração das políticas de desenvolvimento local.

Esses artesãos, desde a infância, possuem uma ligação forte com a natureza que os cerca, criando um laço íntimo, conforme Loureiro (2009), por serem povos tradicionais daquela localidade, que se organizam de uma forma singular e utilizam técnicas de manejo da vegetação local para a confecção dos artesanatos. A troca que esses artesãos fazem com a natureza desde a infância mostra a importância que a palmeira do miriti tem na vida dessas comunidades e como essa troca ocorre de forma sustentável e respeitosa até os tempos atuais, demonstrando todos os entrevistados possuírem um senso coletivo de necessidade de preservação da árvore de miriti, inclusive sendo apontada pela Vendedora 2 que a extração vegetal não ocasiona o desmatamento:

“O miriti em si ele não desmata a natureza, pelo fato que é uma folha da árvore de miriti que ela vai se desfazendo, se ele não utilizarem essa folha ela vai se decadendo, no caso ela vai acabando” – Vendedora 2

A importância da árvore de miriti foi destacada por diversas vezes durante as entrevistas, sendo apontado como um problema atual, enfrentado pelas comunidades ribeirinhas, o aumento da derrubada dos miritizais, problema este diretamente ligado aos aspectos econômicos dos mercados nacionais e internacionais que vêm impactando as comunidades locais. Os artesãos que dependem da utilização dos recursos naturais exploram a vegetação de forma sustentável para que a sua fonte de matéria-prima não esgote, mas, por outro lado, os que não se utilizam das palmeiras estão derrubando os miritizais para a plantação de açazais, fruto este que possui maior visibilidade e procura, tanto nacional, quanto internacionalmente. Dos 8 (oito) entrevistados, 5 (cinco) relataram que a palmeira não está sendo preservada pois existe um

interesse econômico maior na derrubada da árvore para o plantio de outras espécies, notadamente o açaí, como apontado anteriormente:

“Hoje eu tenho um plantio de miriti, porque os donos de açais eles derrubam para ter mais açaí, devido esse problema, a gente passa a plantar miriti” – Artesão 1

“Não, isso a maioria das pessoas tá acabando, cortando o miriti para meter açaisal. A gente tem um cuidado para ver se não acaba e tem muita gente que tá acabando para plantar açaí, cortando e desmatando” - Artesão 3

O sentimento demonstrado pelos entrevistados é de extrema preocupação, visto que, cada vez mais, as áreas onde naturalmente cresciam os miritizais estão sendo devastadas, inclusive por vizinhos próximos, que estão preferindo derrubar as palmeiras dos seus quintais, de modo que, no lugar de morada dos artesãos, há poucos locais em que há a preservação dessa vegetação:

“Ela não tá sendo preservada, porque as pessoas que não trabalham com o miriti, são poucas as pessoas que trabalham lá com o miriti, na área que eu moro, eles não dão valor, porque eles dão mais valor no açaí e aí eles cortam as vezes. Quando é no quintal deles, a gente não pode falar nada, porque os quintais lá são imensos, tudo mata, então a gente não pode falar nada, porque o quintal é deles né, mas a gente que, alguns artesãos que moram na área lá, a gente preserva e a gente pede para eles, que se eles forem tirar para eles venderem para gente as folhas né, para não estragar” - Artesã 1

A valorização do açaí face ao miriti foi explicada pelo Artesão 1 em seu relato, ao destacar que, para os donos de terrenos é mais lucrativo plantar o açaí, visto que, enquanto um “braço” do miriti é vendido por R\$0,50 (cinquenta centavos), uma lata de açaí é comercializada por R\$60,00 (sessenta reais) na safra, sendo que um único açazeiro chega a encher até duas latas. O entrevistado aponta que faltam iniciativas do poder público para preservar a árvore do miriti e incentivar a prática do artesanato, sugerindo, inclusive, que deveria o município promover oficinas para que os artesãos ensinassem esses proprietários de terras locais a produzir o artesanato do miriti, buscando aumentar a conscientização e incentivando o mercado do miriti.

Percebe-se, portanto, que a derrubada da vegetação nativa impacta diretamente a vida desses e de outros artesãos, que dependem da utilização da matéria-prima que é extraída dos miritizais para poderem continuar a produção dos objetos de miriti e garantir a sua subsistência, visto que a diminuição das áreas plantadas, torna cada vez mais escassa a obtenção dos recursos necessários. Outro aspecto que deve ser destacado é que a derrubada dessas palmeiras, que tanto

contribuem para a vida dos artesãos que a utilizam como matéria-prima, impacta diretamente a cultura local, visto que os antigos costumes e tradições que são repassadas dentro do núcleo familiar acabam se perdendo, colocando em risco um patrimônio cultural do estado do Pará e ligado diretamente ao Círio de Nazaré, em um laço de tradição secular.

A lei municipal de Abaetetuba/PA, nº 438/2015, que estabelece o papel central que a gestão municipal possui na gestão da cultura, em seu artigo 3º, destaca ser a cultura um vetor do desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável. O que se percebe nos relatos dos artesãos é que o município vem falhando no seu papel de preservar as tradições culturais locais e a vegetação nativa que possibilita a realização da atividade artesanal. É importante destacar que os relatos vão muito além dos 8 (oito) entrevistados, mas essa é uma amostragem das vozes de milhares de famílias que dependem dessa atividade para a sua subsistência.

Nesse sentido, Loureiro (2009) aponta que o Estado deveria buscar implementar, de forma bem estruturada o Plano de Zoneamento Econômico e Ecológico da região, de modo que se pudesse identificar, de forma efetiva, as principais atividades econômicas da região e, a partir dele, elaborar políticas de desenvolvimento para que todas pudessem ser desenvolvidas. A fabricação de brinquedos de miriti, um costume secular e que é uma das bases econômicas do município de Abaetetuba, não pode ser colocada em segundo plano frente a outro tipo de plantio, devido à sua importância cultural e social. A autora aponta, também, que os pequenos empreendimentos locais são uma alternativa para o padrão de desenvolvimento hegemônico, devendo esses pequenos produtores ser estimulados em suas atividades, estímulo esse que não se resume à comercialização de produtos de miriti, mas inclui preservar a sua principal fonte de matéria-prima.

É importante a elaboração de políticas públicas que possam frear o avanço do interesse de mercado globalizado sobre a cultura local, como preceitua Bittencourt (2020), sendo essas políticas baseadas no etnodesenvolvimento, pois é a partir da valorização das comunidades tradicionais e do seu conhecimento, que se pode melhorar sua qualidade de vida e as tornar mais competitivas no mercado.

O interesse dos consumidores pelos artigos artesanais existe e vem aumentando a cada ano, persistindo mesmo em um ano em que a economia local e as produções foram fortemente impactadas pela pandemia da Covid19, conforme passaremos a demonstrar na segunda categoria de análise.

5.2.2 A comercialização dos artigos de miriti e a pandemia da Covid-19

A segunda categoria de análise buscou avaliar os relatos referentes à comercialização dos brinquedos de miriti nos últimos anos, além de entender como a preferência do público na hora de comprar os artigos de miriti vem se transformando e os impactos ocasionados pela pandemia da Covid-19³⁹ em seu trabalho, suas vendas e sua vida pessoal.

Todos os 8 (oito) entrevistados relataram que, nos últimos anos, a venda dos brinquedos de miriti está aumentando gradativamente, com a expansão da comercialização para além do âmbito local, tendo passado a frequentar feiras em outros estados pelo país. Na opinião da Artesã 1, essa procura cada vez maior pelos artigos de miriti está diretamente relacionada à importância que os brinquedos passaram a ter na vida das pessoas, tornando-se uma tradição comprar algum tipo de artigo de miriti durante o período do Círio, ou como descreve a Artesã: “a pessoa já pegou a mania, se não vim na feira do Círio, parece que não ficou bem para eles”.

O Artesão 2 descreve uma mudança muito importante que vem ocorrendo nos últimos anos com relação à forma que o público vê os brinquedos de miriti e que, na sua opinião, vem contribuindo para esse maior interesse. Para o Artesão, os brinquedos de miriti passaram a ser vistos como peças de artesanato pelo público e não mais somente como objetos de recreação para as crianças. Isso contribui para o aumento das encomendas fora da época de realização do Círio de Nazaré e destaca o papel de patrimônio cultural que os brinquedos de miriti possuem. Esta constatação também foi destacada pelo Artesão 3:

“Olha eles procuram bem pelo Círio, mas agora como ficou o brinquedo de miriti, é todo dia a procura, não é muito em quantidade, não, uma encomenda, uma coisa, tipo assim ‘da pra ti fazer uma canoa grande’ ‘da’, ‘olha quero uma cortina com vários brinquedos’ e o pessoal vai procurando. Quanto mais vai procurando mais a gente vai servindo porque se não o pessoal diz ‘não procura ele pq ele não faz’. Com uma peça a gente faz para servir o cliente” - Artesão 3

Os artigos de miriti sempre foram objetos de cobiça das crianças e se tornaram um item desejado por adultos, passando o brinquedo de miriti a ser considerado uma obra de arte decorativa para as casas, devido à beleza das peças produzidas e a diversificação de produtos confeccionados com o miriti. Durante as entrevistas, foi possível notar que, além dos brinquedos tradicionais e inovadores em exposição, voltados ao público infantil, havia diversos

³⁹ No início do ano de 2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS, decretou pandemia mundial da doença classificada como Covid-19, sendo necessário que os países adotassem diversas medidas restritivas para diminuir a disseminação do vírus e preservar as vidas, o que se estende pelo ano de 2021.

outros itens decorativos feitos de miriti, como quadros, espelhos, esculturas e imagens de Nossa Senhora de Nazaré, dentre outros, que refletem o trabalho artesanal primoroso dos artesãos:

“Olha no brinquedo de miriti a gente faz de um tudo na verdade, a gente não trabalha só em cima dos animais, em cima dos barcos, porque esse ano na verdade eu trabalhei em cima da Basílica, construí a basílica e construí a Igreja da Sé, que era uma encomenda para um colega e para mim entregar no sábado, quase véspera do círio e ele adoeceu, aí eu trouxe para praça da república, vendi ao dobro da encomenda dele, vendi muito mais caro entendeu, só para uma patroa, aí quando enxergaram admiraram e ficaram louco por causa das basílica, aí graças a deus eu vendi. É de um tudo, de miriti faz de um tudo, todo tipo de maquete e para o ano, se deus quiser, eu vou focar só em cima de igreja, as coisas daqui histórico daqui de Belém, vou trabalhar e fazer que as pessoas vão gostar” Artesão 5

Essas mudanças que vêm ocorrendo nos últimos anos também refletem nas representações que os artesãos fazem com os brinquedos. Observando os estandes nas feiras, percebeu-se uma maior presença de artigos de miriti tradicionais, aqueles que refletem a vida cotidiana dos ribeirinhos, mas os brinquedos inovadores marcavam presença no meio de pássaros, barcos, cobras, etc.. Essa tendência de misturar o tradicional com o inovador foi apontada por Ribeiro, Lobato e Alexandre (2017) como uma modificação significativa no trabalho dos artesãos, buscando aumentar suas vendas e atrair cada vez mais o público infantil.

O artesão 2 destaca que os brinquedos tradicionais ainda são os de maior saída, principalmente os barquinhos, as cobras, os tucanos e outros animais da fauna amazônica. Ele entende que os principais atrativos para os turistas são a diversificação de animais retratados e as cores que são aplicadas nos brinquedos de miriti, proporcionando um efeito visual ímpar nos estandes de venda, ressaltando as cores da fauna amazônica. Para o Artesão 1, além das características apontadas, o fato de o ponto alto da comercialização ocorrer durante o Círio de Nazaré, aumenta o interesse do público pelos brinquedos tradicionais, devido à tradição e à ligação existente entre a procissão e a cultura local.

A idade do público também influencia no tipo de brinquedo de miriti pelos quais se interessam quando estão olhando os artigos sendo comercializados, como se destaca:

“Exatamente, porque cada idade procura um tipo. As pessoas mais antigas já preferem brinquedos mais antigo eles venham sempre atrás de soca soca, pombinha, de brinquedos antigos. Já o público jovem já vem atrás de novidade e as pessoas, os jovens, já preferem coisas decorativas e as crianças preferem brinquedos com movimento, justamente pra essa distração” Vendedora 1

Esse interesse do público infantil por brinquedos inovadores é um reflexo da globalização cultural, que incorpora novos elementos e personagens à cultura local. Pelo relato dos entrevistados, percebe-se que a televisão e os filmes de super-herói vêm mudando o interesse das crianças pelos brinquedos de miriti, sendo necessário que os artesãos se adaptem à nova realidade:

“Tem o palhaço, o Chaves, é porque assim a gente vai inovando, criança quando vê na televisão aí lembra e fala ‘olha’ no caso, o que ta inovando assim no caso, como posso colocar, na moda, no momento a gente tenta fazer de miriti para poder vender e inovar também” Artesã 1

Pelos aspectos de comercialização e interesse do público descritos acima, percebe-se que existe um interesse muito grande por parte do público em geral na aquisição dos brinquedos de miriti, seja como brinquedos ou como artigos de decoração. Mas, das falas dos entrevistados, fica nítido que existe uma ligação maior destes com os brinquedos com representação tradicional, sendo a produção dos brinquedos inovadores uma necessidade de se adaptar para poder manter-se atraente, principalmente para o público infantil. Essa ligação cultural dos artesãos com a natureza, a forma como eles expressam o cotidiano da vida ribeirinha, as cores presentes na fauna e na flora que os cerca, é que produzem esse sentimento de pertencimento e se refletem no encanto passado ao público.

O desenvolvimento deve andar lado a lado com a valorização e a proteção da cultura local frente às influências estrangeiras, o que revela a importância de políticas públicas baseadas na teoria do etnodesenvolvimento para essas comunidades que produzem os brinquedos de miriti preservarem os seus costumes, as suas crenças e aspectos culturais, como aponta Medeiros (2011). É fundamental que a cultura local seja valorizada e que as comunidades ribeirinhas que produzem os artigos de miriti tenham autonomia para manifestar os seus costumes, criando o poder público políticas de desenvolvimento que sejam capazes de aliar esse conhecimento tradicional aos aspectos econômicos, possibilitando que elas se insiram cada vez mais no mercado (PAZ, 2020).

Por mais que os avanços da globalização apresentem externalidades negativas, ou seja, aquelas que de alguma forma impactam negativamente na cultura dos povos locais, existem aspectos positivos na tecnologia que podem ser aliados dessas comunidades no seu desenvolvimento, quando não interferem na cultura local, conforme Bittencourt (2020). Dentre os entrevistados, 5 (cinco) destacaram que as redes sociais estão contribuindo positivamente para expandir o mercado de miriti, atraindo novos interessados e aumentando a visibilidade dos brinquedos para além do âmbito regional e do período do Círio de Nazaré. Conforme o Artesão

1, o processo de divulgação que, antes, era feito de boca a boca, experimentou um *boom* com as mídias sociais, aumentando as encomendas e a visibilidade do artesanato em outros estados brasileiros.

Essa maior visibilidade proporcionada pelas redes sociais foi fundamental para aumentar a participação dos artesãos em feiras fora do estado do Pará, sempre fazendo muito sucesso junto ao público:

“O pessoal de Belém gostam muito de artesanato, é eu faço muita feira por aí nesses estados, São Paulo, Rio, Recife, tudo esses estados eu vou fazer feira, eu venho satisfeito porque eu vendo todinho meu material” Artesão 4

“A gente vende, já participei de feira em Brasília, São Paulo, a gente manda também para todos esses estados a gente manda, graças a Deus” Artesão 2

As comunidades ribeirinhas, com suas produções, sejam elas de insumos ou de artesanatos, como é o caso dos brinquedos de miriti, possuem um potencial enorme para se destacarem nos mais diversos tipos de mercado, pois existe interesse em adquirir produtos artesanais que expressam a realidade do seu cotidiano. Lira e Chaves (2016) defendem essa inserção das comunidades ribeirinhas nos mercados, destacando que elas não vivem isoladas dos grandes centros urbanos, realizando transações comerciais com eles.

Apesar disso, os entrevistados apontam não ter apoio do poder público para participar das feiras e expor os seus trabalhos. Seis dos entrevistados destacaram que existe um custo elevado para participar dessas feiras, muitas das vezes tendo que desembolsar mais de R\$3.000,00 (três mil reais) por um espaço de exposição e comercialização dos seus produtos, sem ter ajuda do poder público municipal de Abaetetuba/PA ou do governo do estado do Pará. A Vendedora 1 destaca que os custos vão muito além do espaço para a exposição dos produtos, devendo ser considerados, também, passagens, alimentação e hospedagem, que oneram as famílias que dependem desta comercialização.

A Vendedora 1 aponta, ainda, que a falta de apoio por parte da prefeitura de Abaetetuba/PA é motivo de grande tristeza para os artesãos, que possuem um grande apego ao município, considerando ser uma falha da gestão municipal, visto que eles divulgam o município em todas as feiras que frequentam, pois, a cidade é conhecida como “a cidade dos brinquedos de miriti”. O Artesão 5 segue esta mesma linha de pensamento sobre a falta de apoio do município de Abaetetuba/PA para a participação em eventos fora do estado, acrescentando que, em sua opinião, o município também falha em seu papel de divulgar o trabalho feito pelos artesãos, sendo enfático ao afirmar a omissão do poder público: “Na nossa cidade, na verdade

não tem interesse na divulgação nem nada, entendeu, a gente precisa e corre dentro de outros tipos de divulgação”.

Isso vai de encontro ao previsto no artigo 4º da lei municipal de Abaetetuba/PA, nº 438/2015, consoante o qual a gestão municipal possui o compromisso de incentivar, divulgar e contribuir para a expansão da cultural local e o desenvolvimento das comunidades que trabalham com o artesanato:

Art. 4º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização, difusão e fruição do patrimônio cultural do Município de Abaetetuba, estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural e artística.

Isso mostra a importância da participação dos atores locais quando da elaboração de políticas públicas para o seu desenvolvimento, uma das premissas que a teoria do etnodesenvolvimento defende para as comunidades tradicionais. Os artesãos do miriti precisam ser ouvidos pelo poder público municipal para expressar seus anseios e necessidades, sendo obrigação do município de Abaetetuba valorizar e incentivar o artesanato do miriti para proteger essa expressão cultural do estado do Pará.

Os relatos positivos dos entrevistados, quanto à expansão da comercialização do miriti, mudam quando indagados sobre o acontecimento que mudou a vida de todos no ano de 2020, a pandemia da Covid-19. Dos oito entrevistados, sete relataram ter sofrido impactos negativos profundos ocasionados pela pandemia, seja com relação à parte econômica, de saúde ou à perda de parentes próximos, sendo o Artesão 1 o único a destoar dos demais entrevistados. Para ele, a pandemia “foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida”, pois, no período da pandemia, conseguiu desenvolver projetos que estava planejando havia vários anos, como a aquisição de um terreno para a construção de um atelier e se dedicar somente à produção dos artigos de miriti, que só foi possível com os valores recebidos ao longo do ano de 2020, referentes ao auxílio emergencial pago pelo governo federal.

Os outros setes entrevistados, em sentido contrário ao Artesão 1, relataram terem sofrido diversos impactos negativos por conta da pandemia. Os entrevistados destacaram que, por conta da pandemia, o volume de trabalho e de vendas diminuiu bruscamente em comparação ao ano de 2019, o que resultou na desistência de diversos artesãos de produzir os artigos de miriti para 2020, principalmente pela perspectiva da não realização do Círio de Nazaré neste ano:

“Exatamente, acabou não produzindo e ficaram desacreditados, não vieram porque devido o Círio que não ia ter e eles falaram assim ‘nós não vamos fazer porque não vai ter pra quem vender, não vai ter turista’ mas eles se enganaram, por mais que não tenha turista, mas o brinquedo ele é vendável em qualquer lugar, o brinquedo de miriti não importa onde você for, ele é vendido, ele vende muito graças a Deus” Artesão 2

“Olha devido a pandemia, tipo assim, a gente ficou muito acoado porque a gente não sabia se iria ter ou não qualquer tipo de venda, mas como lá em casa é um atelier separado cada artesão tem um tipo de atelier, meu pai produz durante todo o ano, ele não parou em momento algum” Vendedora 1

Todos os entrevistados destacaram que somente aqueles artesãos que continuaram produzindo durante todo o ano, mesmo sem a perspectiva de realização do Círio de Nazaré, foram os que conseguiram se sobressair naquele momento tão difícil e tiveram a oportunidade de vir a Belém comercializar durante o Círio 2020. O Artesão 2 destaca que, no ano de 2020, por conta da pandemia, as encomendas de artigos de miriti diminuíram muito em comparação aos anos anteriores, o que fez com que vários artesãos desacreditassem do trabalho, abandonando o ofício e procurando outras atividades para poderem sustentar suas famílias. O Artesão 5 relatou que, em diversos momentos, tentou incentivar outros artesãos a continuar com suas produções, não somente para uma possível comercialização no Círio de Nazaré, mas para poderem se ocupar durante o período da pandemia e não desistir do ofício, sendo que, infelizmente, diversos estão abandonando o artesanato e o próprio município de Abaetetuba, pois o poder público municipal está desacreditado.

O Artesão 3 ressalta que, durante o primeiro semestre do ano de 2020, a situação dos artesãos de miriti foi muito complicada devido à falta de comercialização dos artigos de miriti por conta da pandemia, sendo enfático em afirmar que, por diversas vezes, os artesãos procuraram o poder público municipal buscando ajuda para enfrentar o momento, o que se mostrou infrutífero, visto que, em sua opinião, o prefeito do município nada fez para ajudá-los. Para o entrevistado, somente o SEBRAE olhou pelos artesãos e os ajudou a enfrentar o momento de crise, convidando-os a participar das feiras de exposição que foram organizadas pela entidade durante o Círio de 2020.

Os entrevistados foram indagados se, além do poder público municipal, alguma outra entidade ou órgão público os havia ajudados durante o período da pandemia, sendo a resposta negativa por sete destes, afirmando que, as únicas formas de ajuda que receberam, foram o auxílio emergencial do Governo Federal e o convite do SEBRAE para participar da feira do Círio, conforme se observa:

“Não, só tivemos essa ajuda de R\$600,00 (seiscentos reais) que é para duas pessoas da família, no caso pro meu marido foi seiscentos reais” - Artesã 1

“Nem nada, aí a gente trabalha quase junto, eu com ele (Se referindo ao artesão próximo) a gente tava bora fazendo, bora fazendo, bora fazendo, só trabalhando e guardando aí o SEBRAE olhou e fiz pra gente, pro pessoal ficarem que tava prevenido e viemo” Artesão 3

Mas a pandemia trouxe outras consequências além dos impactos financeiros decorrentes da diminuição das vendas dos brinquedos de miriti. Quatro entrevistados relataram ter passado a enfrentar problemas psicológicos durante a pandemia, apontando motivos semelhantes que desencadearam seus problemas: medo de adoecer; medo de perder um parente; incerteza quanto ao futuro. O Artesão 4 afirmou que a pandemia impactou muito o seu trabalho, mas que o momento mais difícil que passou durante todo o ano de 2020, foi quase ter perdido um filho para a doença, emocionando-se ao relatar os dias de angústias e incertezas até o filho ter alta hospitalar.

O relato que mais revelou os impactos da Covid-9 na vida dos entrevistados foi o da Artesã 1, que disse, emocionada, ter perdido seu filho para a doença logo no início da pandemia, no mês de março, afirmando que: “A pandemia destruiu a minha vida, a da minha família, do meu filho e o meu trabalho”. Relata que, devido à perda do seu filho, desenvolveu diversos problemas psicológicos, tendo que passar por diversas consultas e internações clínicas para poder iniciar um tratamento com acompanhamento de psicólogos e psiquiatras. Somente quatro meses após a perda do filho foi que conseguiu retornar à casa onde conviviam e foi incentivada, pelos profissionais de saúde e por seu marido, a voltar a confeccionar os artigos de miriti, como uma forma de superar o luto.

Todos os relatos mostram que a pandemia da Covid-19 impactou, de alguma forma, a vida dos entrevistados, ameaçando, inclusive, a continuidade da tradição de fabricação dos brinquedos de miriti, visto que muitos artesãos pararam de o fazer por não ter havido apoio do poder público durante o período da pandemia. Os entrevistados destacaram que somente um grupo muito pequeno, que continuou sua produção, estava comercializando durante o Círio, mas que centenas de outras famílias que produziam os brinquedos de miriti haviam parado suas produções e não demonstravam confiança em retornar, pela incerteza do fim da pandemia e da falta de apoio necessário por parte do poder público.

A teoria do etnodesenvolvimento mostra-se como uma importante fonte norteadora para a elaboração de políticas públicas voltadas às comunidades ribeirinhas que produzem os artigos de miriti, podendo contribuir para a preservação dessa tradição cultural, visto que o poder público, com a participação desses artesãos, pode elaborar políticas públicas necessárias para

preservar a cultura local, incentivar a retomada do ofício pelos que estão em vias de desistir dos brinquedos de miriti e desenvolver economicamente a região.

Discutidos os pontos referentes à comercialização dos brinquedos de miriti e os impactos da pandemia da Covid-19 na vida dos artesãos e na atividade, passa-se à última categoria de análise da presente pesquisa, dedicada a verificar se os artesãos de miriti têm conhecimentos sobre a proteção que o brinquedo tem, por ser um patrimônio da cultura imaterial do estado do Pará, e suas opiniões sobre a atuação do poder público para preservar e desenvolver a atividade artesanal.

5.2.3 – Atuação do poder público para valorização do brinquedo de miriti

Como mencionado no item 4.2, o brinquedo de miriti é reconhecido pela Lei 7.433/2010 como patrimônio cultural imaterial do Estado do Pará, devido ao seu significado histórico, social, cultural e educativo, sendo um dos elementos estruturantes do Círio de Nazaré, como declarado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN (2004).

Todos os entrevistados afirmaram ter conhecimento que o brinquedo de miriti é um patrimônio da cultura imaterial do estado do Pará, destacando que esse reconhecimento veio pelo trabalho intenso das associações que trabalham com o miriti junto ao governo do estado. Quatro entrevistados afirmaram que participaram ativamente do processo junto ao governo do estado, o que é motivo de orgulho pessoal, devido à importância que os brinquedos de miriti têm em suas vidas. O Artesão 5 aponta que é motivo de muito orgulho para sua comunidade ter havido esse reconhecimento, inclusive atribuindo este feito à intercessão de Nossa Senhora de Nazaré, pela relação secular que os brinquedos têm com as festividades que a homenageiam. O artesão 4 afirma que o reconhecimento como patrimônio cultural só foi possível devido à importância que os brinquedos de miriti têm para o Círio de Nazaré, destacando que se tornou uma tradição os artesãos participarem das festividades.

O Artesão 1 em seu relato, trouxe um ponto importante que deve ser destacado quanto à relação dos brinquedos de miriti com o Círio de Nazaré. Em sua opinião, os artesãos lutaram muito para que fosse possível o seu reconhecimento como patrimônio cultural, mas esse reconhecimento, não se refletiu num aumento no apoio para os artesãos desenvolverem suas atividades. Destaca que, quem mais ganha com a presença dos artesãos e o reconhecimento do patrimônio cultural, é o próprio Círio de Nazaré, não havendo nenhuma ajuda financeira por parte da Diretoria da Festa para a realização das suas atividades, nem para a valorização dos seus trabalhos.

A proteção ao patrimônio cultural prevista no artigo 216 da CRFB/88 não se resume ao reconhecimento do bem material ou imaterial e de sua importância para a comunidade de modo geral. Na realidade, o reconhecimento como patrimônio cultural é o ponto de partida para diversas políticas públicas que devem ser elaboradas para a preservação, o incentivo e a divulgação desses bens materiais e daqueles que os produzem. Apesar disso, quando perguntados sobre sua percepção acerca da atuação do poder público para preservar e incentivar a tradição do brinquedo de miriti, os entrevistados demonstraram insatisfação com a atuação do Estado.

Todos os entrevistados afirmaram que não estão plenamente satisfeitos com a forma pela qual o estado vem atuando para incentivar o seu trabalho como artesãos, apontando problemas que se complementam e destacando poucas ações por parte do poder público. Para o Artesão 1, falta mais incentivo por parte da prefeitura e do governo do Estado para as suas atividades, principalmente para participar de feiras em outros estados, apontando que o Governo Federal, por meio do Programa de Artesanato Brasileiro, disponibiliza um caminhão para cada estado transportar os materiais para as feiras.

A atuação da prefeitura municipal de Abaetetuba/PA no incentivo às atividades dos artesãos foi duramente criticada pelos entrevistados, devido à falta de apoio e de políticas públicas para fomentar a produção dos artigos de miriti e melhorar a qualidade de vida das comunidades em que vivem. O Artesão 2 foi enfático em afirmar que a prefeitura não ajuda em nada os artesãos, principalmente o prefeito que estava no exercício do mandato à época das entrevistas em 2020, considerando a sua gestão como péssima para o setor de cultura do município. O sentimento que afirma ter é de completo abandono por parte do poder público, que não olha para os artesãos com o devido respeito que merecem, por contribuírem para manter viva uma tradição cultural do município. Esse sentimento é acompanhado por outros entrevistados:

“Não. Tipo assim, a gente vai muito atrás da prefeitura porquê de uma certa forma ela tem que ajudar a gente, mas a prefeitura de Abaete (Abaetetuba/PA) nesse caso não ajuda” – Vendedora 1

“Não, ele tem que tirar do bolso dele para poder ir. Sendo que ele vai representando a cidade (Abaetetuba/PA) e a cidade não ajuda nem na passagem” – Vendedora 2

“Não, a prefeitura quase não ajuda nessa feira; as vezes pra gente (ir) é a gente lutando muito e pedindo e implorando. Tem certos prefeitos que quando tá na gestão, que olha pra gente e gosta e investe mas tem muitos que não. Esse que ta lá ele não ajuda e é o último ano dele” – Artesão 3

A Artesã 1 destaca sua indignação com o prefeito atual, apontando que, no passado, houve prefeitos que apoiaram mais o trabalho dos artesãos, disponibilizando transporte para que os produtos fossem levados para Belém/PA durante o período do Círio, mas destaca que a ajuda se resumia a isso, ficando os artesãos sem nenhuma assistência quando vinham comercializar no período do Círio. Relata a entrevistada que os artesãos e os seus familiares precisavam dormir em barracas improvisadas nas feiras e praças, principalmente na praça do Carmo ou do Relógio, prática esta que é descrita por Ferreira Júnior (2015) como rotineira no período do Círio de Nazaré.

Os relatos dos entrevistados revelam as falhas do Estado no exercício do seu papel de valorizar a cultura do miriti e incentivar o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas que produzem estes artigos de artesanato, sendo importante lembrar que seis entrevistados residem em comunidades ribeirinhas e dois nasceram neste tipo de comunidades, tendo migrado para o centro urbano posteriormente.

É dever do poder público elaborar políticas públicas que possam, efetivamente, contribuir para o desenvolvimento destas comunidades tradicionais que produzem os artigos de miriti, mas para isso, é necessário que se dê voz aos artesãos e às suas famílias para que possam expressar suas necessidades e como querem que seja conduzido o seu desenvolvimento.

Oliveira, Beltrão e Ribeiro (2013) apontam que as comunidades, ao se tornarem gestoras do seu próprio desenvolvimento, passam a se qualificar técnica e politicamente, assumindo cargos de representação, exercendo autoridade na gestão de seus territórios e dos recursos naturais existentes. Daí decorre a importância de elaboração de políticas públicas baseadas na teoria do etnodesenvolvimento, pois esta teoria pode, de fato, contribuir para que estas comunidades atinjam o seu desenvolvimento com a preservação da cultura local e a proteção do meio ambiente, sendo destacado pelos autores que o estado possui o dever de propiciar as condições favoráveis para que esse desenvolvimento seja atingido.

A realidade relatada pelos entrevistados é de omissão por parte do poder público na valorização e no incentivo à cultura e à produção dos artigos de miriti, imprescindíveis para o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas em que os artesãos residem. Essa postura do poder público vai de encontro ao previsto no artigo 215 da CRFB/88, que coloca o estado como garantidor do pleno exercício dos direitos culturais, além de ser responsável pelo apoio, incentivo, valorização e difusão da cultura. Cabe lembrar que, no âmbito do município de Abaetetuba/PA, a Lei Municipal nº 438/2015 estipula, em seu artigo 27, que a verba destinada à cultura seja utilizada para promover o desenvolvimento da cultura local e das comunidades

produtoras de conteúdo cultural, o que não está acontecendo de acordo com os relatos dos entrevistados:

“Dinheiro para cultura tem lá, mas a gente não vê, não chega pro artesão do miriti, se a gente quer fazer as nossas peças, a gente precisa comprar o material fiado, porque a gente não tem dinheiro, tem um auxíliozinho mas isso só dá pra quebrar o galho da comida” – Artesão 2

“Não, a gente não tem. E quando a gente procura saber disso, é porque a gente sabe que vem toda uma verba para cultura, para essa parte do miriti, mas a verba some” – Vendedora 1

O Artesão 5 relata ter ouvido falar que existe uma lei voltada para a cultura no município, mas que o município não está colaborando para a preservação da cultura local e o desenvolvimento dos artesãos. Apesar disso, demonstra esperança em que as coisas mudem a partir da eleição municipal de 2020, em que apoiará uma candidata à vereadora para a câmara municipal de Abaetetuba/PA, que, segundo ele, estaria se comprometendo a ajudar os artesãos a conseguirem mais recursos e lutar para que a lei municipal de cultura do município seja efetivamente aplicada. Disse ele: “Não infelizmente não, infelizmente esse lado tá meio parado, meio parado, a gente tamo até falando com uma vereadora e ela tá dando esse aval para gente, para ver, se Deus quiser ela ganha, para ela poder lutar pela gente”.

Quando perguntados se alguma instituição apoiava a produção dos artigos de miriti, os entrevistados foram unânimes em afirmar que o maior apoio que recebem é do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Para o Artesão 2, o apoio que o SEBRAE oferece para os artesãos é de extrema importância para que eles possam continuar desempenhando suas atividades, pois a instituição disponibiliza espaços em feiras sem cobrar taxas para os artesãos, além de ajudar na alimentação durante o período de realização da feira.

Para Loureiro (2009), é muito importante o apoio das instituições para o desenvolvimento das comunidades tradicionais, visto que estão contribuindo para que seja feita uma exploração sustentável dos recursos naturais e para o desenvolvimento das comunidades, inserindo-as de forma competitiva no mercado e valorizando os produtos que comercializam. Importante ser destacado que não deve recair somente sobre as instituições como o SEBRAE, a responsabilidade de apoiar e incentivar a produção dos artigos de miriti, devendo ser tida como um complemento à atividade desempenhada pelo poder público para promover a valorização cultural e o desenvolvimento dos artesãos.

O etnodesenvolvimento demonstra ser o fundamento para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento para essas comunidades que dependem da produção dos artigos

de miriti, pois serve como fonte norteadora para que estas sejam elaboradas, de modo que, efetivamente, respeitem a diversidade cultural das comunidades tradicionais, valorizem os aspectos culturais locais os protegendo das externalidades negativas da globalização cultural, e principalmente, dá voz ativa às comunidades tradicionais no processo de decidir o seu caminho para o desenvolvimento.

Os desafios são enormes, como destaca Paz (2020), sendo necessária uma mudança na forma como o poder público elabora as políticas públicas atualmente. O relato dos entrevistados confirma que o poder público não vem atuando de forma satisfatória para preservar a cultura local e proporcionar o desenvolvimento das comunidades que produzem os artigos de miriti, falhando na proteção de um patrimônio da cultura imaterial do estado do Pará.

Faz-se necessário um real diálogo entre as comunidades e o poder público, para que sejam elaboradas políticas públicas a partir de seus planos de vida e suas necessidades, a fim de que possamos manter a tradição de ver as ruas de Belém invadidas por cobras, tatus, barcos, pássaros, todos com cores vibrantes, feitos da braça da árvore da vida, a palmeira do miriti.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve, como objetivo geral, discutir a importância da teoria do etnodesenvolvimento como norteadora de políticas públicas que contribuam para a valorização da cultura local e o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas da Amazônia que trabalham com a produção dos brinquedos de miriti, produtos que fazem parte da cultura material do estado do Pará e do Círio de Nazaré, buscando compreender a ligação cultural das comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba/PA com os brinquedos de miriti e como o poder público vem atuando, nos últimos anos, para preservar a cultura local, incentivar a atividade artesã e o desenvolvimento dessas comunidades.

Primeiramente, a presente dissertação buscou apresentar os conceitos que seriam utilizados para a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas procedidas com artesãos e vendedores, ligados à produção e à comercialização dos brinquedos de miriti, durante o período de realização do Círio de Nazaré de 2020.

O primeiro conceito enfrentado, de cultura, sofreu diversas transformações ao longo do desenvolvimento da humanidade, sendo encarado, nos dias atuais, como um conceito em aberto, sem características definidas previamente, devido à pluralidade cultural que existe no mundo. Trata-se de tema que ganhou relevância global, principalmente, a partir das conferências regionais organizadas pela UNESCO, na década de 70. Os conhecimentos, as crenças, os valores e os hábitos definem um povo, sendo elementos fundamentais para se entender a cultura local, como uma herança que é transmitida entre gerações, devendo ser protegidos e valorizados.

A proteção e a valorização da cultura estão previstas em diversas normas legais que buscam resguardar os direitos individuais e coletivos à cultura, tanto com relação ao acesso à cultura, quanto a políticas de desenvolvimento que tenham como foco a cultura local da sociedade. A Declaração Universal de Direitos do Homem de 1948 e a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2002 são importantes exemplos de normas internacionais que buscam colocar a pluralidade cultural como elemento indissociável do contexto democrático e da elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da sociedade.

No âmbito brasileiro, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê a garantia a todos do pleno exercício dos direitos culturais, além de estabelecer que o Estado deve apoiar, incentivar e valorizar as manifestações culturais. Essa obrigação do poder público, em todas as três esferas do executivo, foi reafirmada quando da elaboração do Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei nº 12.343/2010, estabelecendo metas e objetivos a serem alcançados

pela União, estados e municípios para o incentivo e a valorização da cultura. No âmbito regional, deve ser destacado que a Lei municipal nº 438 de Abaetetuba/PA, de 25 de junho de 2015, institui o Sistema Municipal de Cultura de Abaetetuba/PA, prevendo, expressamente, em seu artigo terceiro, que a cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico no município.

É inegável que o poder público possui a responsabilidade de valorizar e incentivar as práticas culturais em todas as esferas da administração. Mas, para além disso, o poder público tem a obrigação de elaborar políticas públicas que, ao mesmo tempo que valorizem as práticas culturais, proporcionem desenvolvimento para aqueles que estão diretamente ligados à produção cultural, observando os costumes e saberes locais, para que possam fazer frente à globalização cultural.

Autores como Celso Furtado (1974; 1984) e Boaventura de Souza Santos (2011) ensinam como os interesses externos pautaram as políticas de desenvolvimento dos países considerados subdesenvolvidos, sempre buscando, para a expansão do mercado capitalista e da sociedade de consumo, abrir os mercados para a cultura local somente de forma parcial, impondo os hábitos e os costumes que não pertencem originalmente à região. Essa imposição dos interesses externos foi um marco no processo histórico de desenvolvimento da região amazônica, por meio de políticas públicas elaboradas de forma exógena e que precisam ser substituídas, nos tempos atuais, por políticas públicas que tenham a participação das comunidades locais no seu processo de elaboração.

Os artesãos e os vendedores entrevistados para a coleta de dados desta pesquisa, nasceram em comunidades ribeirinhas localizadas nas ilhas do interior do município de Abaetetuba/PA, sendo que a maioria deles, até hoje, reside nas comunidades e tem um modo de vida tradicional. As comunidades ribeirinhas possuem uma ligação forte com a natureza e um modo de vida singular, que se caracteriza, principalmente, pelo manejo de recursos naturais, por meio de conhecimentos e saberes adquiridos secularmente e transmitidos de geração em geração, pela organização em comunidade ou cooperativa e pelos costumes próprios. Os brinquedos de miriti são o reflexo dessa ligação cultural que os artesãos possuem com o local em que moram.

Nas oito entrevistas realizadas, todos os entrevistados destacaram a importância que o miriti possui em suas vidas, revelando seu orgulho de produzir e comercializar os brinquedos, pois, para além de contribuir para o sustento do núcleo familiar, entraram em suas vidas desde a infância, quando confeccionavam os artigos nas comunidades ribeirinhas para brincarem nas margens dos rios. Os entrevistados relataram como o brinquedo de miriti foi uma forma de

compensar a falta de recursos familiares para a compra de brinquedos industrializados, sendo esculpido brinquedos que retratam o modo de vida local, o que posteriormente veio a se tornar um ofício extremamente elaborado.

Uma política pública pautada na teoria do etnodesenvolvimento pode contribuir para que essas comunidades busquem o seu desenvolvimento, com base nos conhecimentos locais que são passadas entre as gerações e que valorize essa identificação que eles possuem com as suas comunidades. Os relatos dos entrevistados demonstram que vivem em comunidades tradicionais daquela localidade e se organizam de uma forma singular, buscando, em conjunto, desenvolver suas atividades e melhorar a qualidade de vida da coletividade.

Os entrevistados demonstraram possuir um sentimento de pertencimento à região, revelando um orgulho e uma identificação com a natureza amazônica em que estão inseridos, além de desenvolverem suas atividades dentro do seu núcleo familiar e comunitário, em um perfeito equilíbrio com o meio ambiente em volta, o que é revelado em seus relatos, ao afirmarem que a técnica para a extração da matéria prima e a produção dos brinquedos não causa danos à natureza. Apesar disso, os entrevistados afirmam que as áreas de miritizais estão diminuindo cada vez mais, visto que, aqueles que não trabalham com artesanato, estão derrubando as palmeiras para plantar açaí, fruto que possui um melhor preço no mercado.

De fato, o açaí é, hoje, um dos frutos mais comercializados no mercado nacional e internacional, com uma alta procura e um alto valor agregado, além de haver aos produtores de açaí políticas de incentivo por parte do poder público, conforme os entrevistados relatam. Aqui está outro ponto em que o etnodesenvolvimento pode contribuir para a cultura do miriti, pois é necessário que haja uma valorização dos aspectos que envolvem o brinquedo, com a elaboração de políticas públicas que preservem as palmeiras de miriti, preservação esta fundamental para a continuidade da tradição cultural, e crie políticas de incentivo à atividade feita pelos artesãos.

Os oito entrevistados relataram que existe um interesse constante por parte do público na aquisição dos brinquedos de miriti, considerados muito mais do que apenas itens de diversão para as crianças, mas, também, como objetos de decoração para as residências, atraindo público de todas as idades. Todavia, é destacado, por alguns entrevistados, que, cada vez mais, os brinquedos inovadores vêm ganhando força junto ao público infantil em relação aos brinquedos tradicionais, principalmente pela introdução de elementos externos à cultura local e que foram sendo incorporados pela globalização cultural.

A incorporação de novos elementos aos brinquedos de miriti precisa caminhar lado a lado com a manutenção das representações tradicionais, visto que a grande característica que faz com que os brinquedos de miriti sejam considerados patrimônio cultural do Estado e do

município de Belém, por sua ligação com o Círio, é o fato de retratarem os costumes e os elementos do cotidiano da vida amazônica, sendo necessário que o poder público cumpra sua obrigação de incentivar e valorizar a cultura local. Os entrevistados apontam que o Círio de Nazaré é o ponto máximo de comercialização dos brinquedos ao longo do ano, portanto, a valorização cultural do Círio de Nazaré mostra-se como um caminho para que esses artesãos possam, cada vez mais, expor seus trabalhos e vender seus produtos.

A falta de amparo do poder público tornou-se alarmante durante o ano de 2020, quando o mundo inteiro sofreu os impactos da pandemia da Covid-19, que refletiram, diretamente, na vida dos artesãos, sendo perceptível a diminuição dos que continuaram praticando o ofício durante esse período; foi, inclusive, constatada, na pesquisa de campo, a diminuição do número de artesãos na cidade em comparação ao ano anterior, no qual centenas de artesãos e vendedores os comercializaram nos pontos turísticos e nas ruas da cidade, dada a impactante constatação de que somente 8 (oito) pessoas estavam comercializando estes artigos artesanais durante as festividades do Círio de Nazaré de 2020.

A maioria dos entrevistados relata que sofreu diversas perdas em decorrência da pandemia, tanto no âmbito econômico, pela impossibilidade de comercialização dos produtos, quanto familiar, pelo falecimento de parentes que abalou os núcleos familiares. Conforme os relatos, ficou evidenciado que o poder público não prestou o devido auxílio a esses artesãos, em especial, o poder público municipal, que foi procurado diversas vezes pelos artesãos para dar algum apoio para que pudessem enfrentar o período de pandemia, porém, sem sucesso. Em decorrência disso, muitos artesãos abandonaram, de vez, o ofício e procuraram outras atividades para conseguir manter suas famílias, sendo relatado pelos entrevistados que muitos deles não irão retornar ao artesanato, o que pode enfraquecer a cultura do miriti como um todo.

Os brinquedos de miriti são reconhecidos pela Lei nº 7.433/2010 como patrimônio cultural material do Estado do Pará, tendo o poder público a obrigação de preservar e incentivar a atividade produtiva destes itens artesanais. Mas a realidade narrada pelos entrevistados está muito distante do ideal. Todos apontam que não se sentem valorizados na realização do trabalho artesanal e que o poder público não contribui para a melhoria do seu ofício e da qualidade de vida de sua comunidade. O município de Abaetetuba/PA, que possui uma lei específica sobre a matéria e que deveria preservar e incentivar a atividade desenvolvida pelos artesãos, não cumpre o seu papel, conforme os relatos dos entrevistados, que teceram diversas críticas sobre a atuação da prefeitura.

O sentimento que os entrevistados afirmam ter é de abandono pelo poder público, inclusive, sendo destacado que o município de Abaetetuba/PA possui verba destinada

especificamente para a cultura, mas esta não é repassada para incentivar a produção dos brinquedos de miriti. O apoio que os artesãos afirmam ter é do SEBRAE, que foi destacado como um dos grandes parceiros e incentivador do trabalho artesanal realizado.

Percebe-se, portanto, que precisa ocorrer a efetivação de políticas públicas voltadas a essas comunidades ribeirinhas que produzem os brinquedos do miriti, principalmente pelo poder público municipal de Abaetetuba/PA. Uma política pública pautada no etnodesenvolvimento pode tornar estas comunidades gestoras de seu próprio desenvolvimento, permitindo que tenham voz ativa no seu processo de desenvolvimento, sendo ouvidas suas necessidades e respeitados os seus interesses. Além disso, uma política com base na teoria do etnodesenvolvimento contribuiria para a preservação da cultura local e do modo de vida tradicional que essas comunidades levam, fortalecendo-as frente aos interesses externos e valorizando aqueles objetos que tanto representam o seu estilo de vida, os brinquedos de miriti.

Portanto, a teoria do etnodesenvolvimento mostra-se de fundamental importância como fonte norteadora para a elaboração de políticas públicas que contribuam para a valorização da cultural e o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas, produtoras de brinquedos do miriti para as festividades do Círio de Nazaré

REFERÊNCIAS

ABAETETUBA. Lei nº 438/2015 de 25 de junho de 2015. **Institui o sistema municipal de cultura de Abaetetuba – dispõe sobre seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, interrelações entre os seus componentes, financiamento e das outras providências, em conformidade com constituição da república federativa do brasil, a lei orgânica do município de Abaetetuba e o plano diretor de Abaetetuba.** Disponível em: <https://www.cmabaetetuba.pa.gov.br/LEIS/LEI-N438-2015-sistema-municipal-de-cultura.pdf>. Acesso em: 15 de ago. 2020.

AGÊNCIA PARÁ. **Círio deve injetar R\$ 1 bilhão na economia paraense.** 2019. Disponível em < [https://agenciapara.com.br/noticia/15374/.](https://agenciapara.com.br/noticia/15374/)> Acesso em: 30 de dez. 2019.

AZEVEDO, Sônia Cristina Santos de. **Ditadura Militar Brasileira e Política Nacional de Cultura (PNC): algumas reflexões acerca das políticas culturais.** Revista Brasileira de Sociologia, Vol. 04, No. 07, Jan-Jun, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Zahar Editora: Rio de Janeiro, 2005.

BECKER, Bertha K. **A urbe amazônida: a floresta e a cidade.** 1º ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia.** Estudos Avançados – USP, São Paulo, 19 (53), 2005.

BELÉM, Fafa de; MELO, Fábio de. **Eu sou de lá.** EP Amor e Fé, 2013.

BELÉM. Lei nº 7709 de 18 de maio de 1994. **Dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do município de Belém e dá outras providências.** Disponível em: < <https://cm-belem.jusbrasil.com.br/legislacao/583044/lei-7709-94>>. Acesso em: 15 de ago. 2020.

BELÉM. Lei nº 9126, de 15 de junho de 2015. **Reconhece como patrimônio cultural da cidade de Belém a procissão do "círio de nossa senhora de Nazaré" e dá outras providências.** Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a1/pa/b/belem/lei-ordinaria/2015/913/9126/lei-ordinaria-n-9126-2015-reconhece-como-patrimonio-cultural-da-cidade-de-belem-a-procissao-do-cirio-de-nossa-senhora-de-nazare-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 19 de set. 2020.

BELÉM. Lei nº 9394, de 21 de julho de 2018. **Altera a Lei nº 9.126, de 15 de junho de 2015, que Reconhece como Patrimônio Cultural de Belém a procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, e dá outras providências".** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pa/b/belem/lei-ordinaria/2018/940/9394/lei-ordinaria-n-9394-2018-altera-a-lei-n-9126-de-15-de-junho-de-2015-que-reconhece-como-patrimonio-cultural-de-belem-a-procissao-do-cirio-de-nossa-senhora-de-nazare-e-da-outras-providencias?q=9394>>. Acesso em: 19 de set. 2020.

BELUZZO, Luiz Gonzaga. **O tempo de Keynes nos tempos do Capitalismo.** São Paulo: Contracorrente, 2013.

BEZERRA, Márcia. **Brincando No Sítio: Crianças, Cultura Material E Passado Na Amazônia**. Nova Revista Amazônica – ANO IV – Volume 3 – DEZEMBRO 2016.

BITTENCOURT, Nicolle Manuelle Bahia. **O fluxo e a representação da informação no inventário nacional de referências culturais: o caso do auto do Círio e o registro do Círio como patrimônio cultural imaterial em Belém/PA**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Ciência da Informação, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. In: Website oficial Palácio do Planalto. [online]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 de ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. **Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 15 de ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019. **Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Convenção nº 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5>. Acesso em: 11 de set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 11 de set. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005. **Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm#art1. Acesso em 14 de ago. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 71, de 28 de novembro de 2012. **Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc71.htm> Acesso em 14 de ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. **Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/L12343.htm>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965,**

e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166- 67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12651-25-maio-2012-613076-norma-actualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. **Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.** Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18313cons.htm>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

BRASIL. Portaria nº 18, de 9 de janeiro de 2019. **Dispõe sobre a subordinação de unidades administrativas aos titulares de cargos de Natureza Especial e sobre os responsáveis pela coordenação de atividades no âmbito do Ministério da Cidadania, até a entrada em vigor da sua estrutura regimental.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/58723493>. Acesso em: 12 de ago. 2020.

COSTA, Francisco de Assis. Et Al. **Círio de Nazaré: economia e fé.** Relatório final. Rio de Janeiro: IE/ RedeSist, 2006. Disponível em: <<http://www.agencia.fapesp.br/arquivos/cirio.pdf>> Acesso em: 20 de ago. 2020.

COSTA, F. de A. Et Al. **O Círio de Nazaré de Belém do Pará: economia e fé.** Revista Amazônia: Ciência. & Desenvolvimento., Belém, v. 3, n. 6, jan./jun, p. 93 – 125, 2008.

DAVEL, Eduardo Paes Barreto; PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes de. **Festa, Cultura e Empreendedorismo Cultural: uma Introdução.** Teoria e Prática em Administração, v. 9, n. 2, p. iii-ix, Jul.-Dez./2019.

DERRETT, Ros. **Festivals, events and the destination.** IN: Yeoman, Ian; Ali-Knight, Jane; Drummond, Siobhan; McMahon-Beattie, Uma; Robertson, Martin. **Festival and Events Management An international arts and culture perspective.** Elsevier Butterworth-Heinemann, 2004.

DIRETORIA DA FESTA DE NAZARÉ. **Histórias do Círio.** 2020. Disponível em: <<https://www.ciriodenazare.com.br/cirio/historias>>. Acesso em: 12 de ago. 2020.

DOMINGUES, Bruno; BARROS, Flávio. **“Eu amo esse brinquedo!”: Reflexões sobre o artesanato de miriti a partir de uma abordagem etnoeconômica em Abaetetuba (Pará).** MARGENS - Revista Interdisciplinar, Dossiê: Formação Docente. Versão Digital – ISSN: 1982-5374. VOL.10. N. 14. Jun 2016. (p. 199-215).

DOMINGUES, Petrônio. **Cultura popular: as construções de um conceito na produção historiográfica.** História (São Paulo) v.30, n.2, p. 401-419, ago/dez 2011.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultural.** 2.a edição. São Paulo: editora UNESP, 2011.

EMBRAPA. **Buriti (Mauritia flexuosa L.).** 2005. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/24785/1/folder-buriti.pdf>> Acesso em: 30 de dez. 2019.

FERRATI, Adelino. **A política educacional no município de abaetetuba (pa) no período de 2005 a 2008: realidade e limites**. Dissertação (mestrado em educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, p. 124, 2013.

FERREIRA JUNIOR, Amarildo. **Entalhadores do efêmero: a vida associativa na criação dos brinquedos de miriti de abaetetuba**. Dissertação (mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Programa de Pós-graduação Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará. Belém, p. 198, 2015.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ. **Casa das Artes recebe Feira de Artesanato do Círio a partir da próxima terça**. Publicado: Sábado, 05 de Outubro de 2019. Disponível em: <<http://www.fcp.pa.gov.br/noticias/3705-casa-das-artes-recebe-feira-de-artesanato-do-cirio-a-partir-da-proxima-terca-8>>. Acesso em 26 de dez. 2020

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

GABRIEL, Almirzinho. **Zouk da Naza**. Álbum Círio de Nazaré, 2017.

GODINHO, Sebastião Piani. **Mosaico do Círio**. 1º edição. Belém/PA: Cultura Brasil, 2018.

GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar; MACEDO, Camila de Freitas. **A proteção e fomento do direito à cultura em ambientes Multiculturais. Aspectos culturais da globalização e Desenvolvimento**. Revista Científica Direitos Culturais, n. 10, v. 20, p.174-186, 2015.

HALL, C. Michael; RUSHER, Kristy. **Politics, public policy and the destination**. IN: Yeoman, Ian; Ali-Knight, Jane; Drummond, Siobhan; McMahon-Beattie, Uma; Robertson, Martin. *Festival and Events Management An international arts and culture perspective*. Elsevier Butterworth-Heinemann, 2004.

HERDER, Johann Gottfried von, **Reflections on the Philosophy of the History of Mankind**. Chicago, 1968. Trad. **Também Uma Filosofia da História para a Formação da Humanidade: Uma Contribuição a Muitas Contribuições do Século**. Antígona, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Amazônia Legal**. 2014. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/geologia/2286-np-amazonia-legal/15819-.html?edicao=16194&t=sobre>>. Acesso em: 10 de set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-2020-censo4.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 10 de set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo municipal de Abaetetuba/PA.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/panorama>>. Acesso em: 22 de mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Mapas e Informações sobre a Amazônia Legal.** 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em 10 de set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Mapas Estaduais.** 2020. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/atlas_educacionais/atlas_geografico_escolar/mapas_do_brasil/mapas_estaduais/fisico/para.pdf>. Acesso em: 08 de set. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, Ministério da Cultura. **Círio de Nazaré – Dossiê** – Volume I, Belém, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, Ministério da Cultura. **Desafios para uma candidatura ao Patrimônio Mundial - Círio de Nazaré** – Belém/Pará/Brasil. Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, Tania Andrade. **Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.

LIMA, Vital; AURÉLIO, Marco. **Círios.** Álbum canções de Narazath, 2000.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A Cultura-Mundo: resposta a uma sociedade desorientada.** 3º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política.** Revista Interações, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

LOBATO, Lidia Sarges; PINHEIRO, Delisa Pinheiro; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. **A tradição do brinquedo de miriti no currículo das escolas do município de Abaetetuba: Iniciando o debate.** MARGENS (UFPA), v. vol.8, p. 341-359, 2015.

LOPES, Adriana da Silva. **Fé e religiosidade amazônica: a presença do profano na festa de corpus christi em Capanema-PA.** Revista PRÂKSIS, Novo Hamburgo, a. 13, v. 2, p. 20-39, 2º sem. 2016. ISSN: 2448-1939.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário.** Belém, PA: Cultura Brasil, 4ª. ed., 2015.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento.** São Paulo: Empório do Livro, 2009.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: Estado, homem, natureza.** 4º ed. Atualizada e Ampliada. Belém: Cultural Brasil, 2019.

MARECO, Cássia Araújo. SIMONIAN, Ligia T. Lopes. **A relação turismo e imagem na gastronomia paraense.** PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Vol. 17, nº 1, Págs. 159-178. Enero-Abril, 2019.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; DINIZ, Raimundo Erundino Santos. **Etnodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável nas políticas para quilombolas no Brasil.** IN OLIVEIRA, Assis da Costa; Beltrão Jane Felipe (ORG). Etnodesenvolvimento & Universidade: formação acadêmica para povos indígenas e comunidades tradicionais. Belém/PA: Editora Santa Cruz, 2015.

MATOS, Lucília da Silva. **A festa do Círio de Nazaré em Belém-PA: relações entre cultura, turismo e lazer.** 2015. Disponível em: < <http://sociologia-alas.org/acta/2015/GT-22/A%20festa%20do%20c%3%ADrio%20de%20nazar%3%A9%20em%20bel%3%A9mpa%20rela%3%A7%C3%B5es%20entre%20cultura%20turismo%20e%20lazer.pdf>>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

MATOS, Lucília da Silva. **Belém em Festa: a economia lúdica da fé no Círio de Nazaré.** 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MEDEIROS, Monique. **Etnodesenvolvimento e desenvolvimento local: contributos para um debate teórico.** Ambiência - Revista do Setor de Ciências Agrárias e Ambientais da UNICENTRO, Guarapuava (PR), v.7, n.1, p.165 – 177, Jan./Abr, 2011.

MORAES, Nelson Russo de et. al. **Análise da convergência conceitual dos termos “território” e “comunidade tradicional” no Brasil.** Revista Observatório, Palmas, v. 3, n. 4, p. 518-539, jul-set, 2017.

MORAES, Yngreth da Silva. **Brinquedo de miriti e o desenvolvimento local no município de Abaetetuba/PA.** Dissertação de mestrado apresentada para o programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento local na Amazônia, vinculado ao Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém/PA, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.** Ciênc. Saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232012000300007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 03 de jan. 2021.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro; BASTOS, Ana Paula Vidal. **O papel da fronteira no processo de construção sócio espacial da Amazônia.** Revista de Estudos Sociais, nº 36, v.18, p. 3-26, 2016.

OLIVEIRA, Assis da Costa; BELTRÃO, Jane Felipe; RIBEIRO, Patrick Henrique. **Etnodesenvolvimento: Prática Pedagógica na Formação Universitária de Povos e Comunidades Tradicionais.** Revista Exitus, Vol. 03, Nº 02, Jul/Dez, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948.** Disponível em: https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf. Acesso em: 16 de ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração e programa de ação de Viena, de 25 de junho de 1993.** Disponível em: < <https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>>. Acesso em: 16 de ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Resolução nº 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 4 de dezembro de 1986. Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.** Disponível em: < http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/decl_direito_ao_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 15 de ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Declaracion de San Jose sobre etnodesarroll y etnocidio em America Latina.** 1981. Disponível em: <<https://biblio.flacsoandes.edu.ec/catalog/resGet.php?resId=13135>>. Acesso em: 13 de set. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.** Viena, 2002. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em 14 de ago. 2020.

ORMAY JÚNIOR, Luiz Carlos; URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera. **O direito à cultura no Brasil e o Supremo Tribunal Federal.** Direitos Culturais, Santo Ângelo, v.12, n.27, p. 75-90, maio/ago, 2017.

PANTOJA, Vanda. **Negócios sagrados: reciprocidade e mercado no Círio de Nazaré.** Dissertação (mestrado em ciências sociais), Programa de PósGraduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará. Belém, p. 135, 2006.

PARÁ. Lei Estadual nº 5629 de 20 de dezembro de 1990. **Dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará.** Disponível em: < <https://www.semas.pa.gov.br/1990/12/20/9729/>>. Acesso em: 16 de ago. 2020.

PARÁ. Lei Estadual nº 7.433, de 30 de junho de 2010. **Reconhece os brinquedos de miriti como patrimônio cultural de natureza imaterial do estado do Pará.** Disponível em: < <https://www.semas.pa.gov.br/2010/06/10/7433/>>. Acesso em: 16 de ago. 2020.

PAZ, Melissa Mika Kimura. **Indicação geográfica e etnodesenvolvimento: um meio para a valorização do açaí das Ilhas de Belém.** Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA. Belém, p. 119, 2020.

PEREIRA, Gloria Maria Santiago; SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Subjetividades em trânsito: identidade, diáspora africana e cultura imaterial.** Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 30, e175276, 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100217&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 de ago. 2020.

RAVENA, Mosaico de. **Belém-Pará-Brasil**. Álbum Cave Canem, 1997.

RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas; LOBATO, Lídia Sarges; ALEXANDRE, Joneide Pinheiro. **Brinquedo de miriti: a força pedagógica da cultura local no currículo**. Revista Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 28, n. 2, p.227 - 245, maio/agosto, 2017.

ROCQUE, Carlos. História do Círio e da Festa de Nazaré. Edição ampliada. Belém/PA: IOE – Imprensa Oficial do Estado, 2014.

ROVAI, Marta Gouveia De Oliveira. **Tradição oral e patrimônio imaterial: o papel da memória na luta por políticas públicas na Comunidade de Canárias, Maranhão**. Resgate - vol. Xxi, 25/26, p.07-16 - jan./dez. 2013.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento sustentável: Do conceito à ação, de Estocolmo à Joanesburgo**. In: VARELLA, Marcelo e BARROS-PLATIAU, Ana Flavia. **Proteção Internacional do Meio Ambiente**. Brasília/DF: Unitar, Uniceub e UND, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Ronize da Silva Santos; FERREIRA, Márlia Coelho. **Artefatos de miriti (Mauritia flexuosa L. f.) em Abaetetuba, Pará: da produção à comercialização**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum. Belém, v. 6, n. 3, p. 559-571, set.-dez. 2011.

SANTOS, Ronize da Silva Santos; FERREIRA, Márlia Coelho. **Estudo etnobotânico de Mauritia flexuosa L. f. (Arecaceae) em comunidades ribeirinhas do Município de Abaetetuba, Pará, Brasil**. Revista Acta Amazônia, vol. 42(1), p. 1- 10, 2012.

SÉGUIN, Elida. **Justiça ambiental e o etnodesenvolvimento**. Revista Interdisciplinar de Direito, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 133-150, out. 2017.

SILVA, Cleber Gomes da. **Turismo, patrimonialização e o tombamento estadual dos bens naturais de Belém do Pará (Brasil)**. Turismo & Sociedade (ISSN: 1983-5442). Curitiba, v. 11, n. 2, p. 289-312, maio-agosto, 2018.

SILVA, Jaqueline de Oliveira e. **O “conceito antropológico de cultura” no campo das políticas públicas: um estudo de caso a partir da Coordenação para Povos Tradicionais e Populações Rurais da Secretaria de Estado da Cultura de Pernambuco**. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, janeiro/julho 2014, p. 211 a 226.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: Ed.UFPA, 2012.

SOARES, Antonio M. **Violência como fenômeno intrínseco**. Revista Sinais, Vitória/BA, n. 18, p. 92-108, Jul-Dez, 2015.

SOARES, Toni; BRITTO JR, Guaracy. **Girândola de Nossa Senhora de Nazaré**. Rádio Cultura, 2011.

SOUSA, Fagner Freires de. Miriti: **o Açaí do Inverno? Extrativismo, Comercialização e Consumo de Frutos de *Mauritia flexuosa* L.f. no Estuário Amazônico**. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém, p. 133, 2016.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Círio de Nazaré é declarado Patrimônio Imaterial da Humanidade da UNESCO**. UNESCO. 2014. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/cirio-de-nazare-e-declarado-patrimonio-imaterial-da-humanidade-da-unesco/> >. Acesso em: 16 de ago. 2020.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Recomendação de Paris. Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. 2003. Disponível em: < https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por >. Acesso em: 16 de ago. 2020.

VILLELA, Gustavo. **O conceito de cultura: entre ilhas e fronteiras**. Fronteiras & Debates, Macapá, v. 1, n. 2, jul./dez. 2014.

WILLIAMS, Raymond. **Keywords**. Londres, 1976.

ANEXO A - Roteiro de entrevistas

Este roteiro de entrevistas é parte integrante da dissertação de mestrado com título de provisório **Etnodesenvolvimento, globalização cultural e artigos de miriti: comunidades ribeirinhas da Amazônia e valorização cultural da cadeia produtiva do miriti em Abaetetuba/PA**, desenvolvida pelo mestrando Helder Fadul Bitar, vinculado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito do Centro Universitário do Pará- CESUPA, para o qual solicito vossa colaboração em respondê-lo.

Identificação do(a) entrevistado(a):

Nome: _____

Gênero: _____ Idade: _____ anos

Município em que reside: _____

Atividade que exerce: _____

LIGAÇÃO CULTURAL COM OS BRINQUEDOS DE MIRITI

- 1 – A quanto tempo você trabalha com os brinquedos de miriti?
- 2 – Qual a importância os brinquedos de miriti na sua vida?

MUDANÇAS NO MERCADO DE BRINQUEDOS DE MIRITI NOS ÚLTIMOS ANOS

- 3 – Nos últimos anos, como anda a procura pelos brinquedos de miriti?
- 4 – Como surgiu a ideia de produzir brinquedos de miriti com temáticas inovadoras?
- 5 – A pandemia da COVID-19 impactou na produção e venda de brinquedos?

APOIO INSTITUCIONAL PARA DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

- 6 – Você sabe que o brinquedo de miriti é reconhecido como patrimônio cultural do Estado?
- 7 – Você tem acesso a alguma linha de crédito que incentive a produção dos brinquedos de miriti?
- 8 – Você tem algum apoio institucional para desenvolver suas atividades?

ANEXO B - Termo de consentimento livre e esclarecido

Dados de identificação

Título do Projeto: Etnodesenvolvimento, globalização cultural e artigos de miriti: comunidades ribeirinhas da Amazônia e valorização cultural do brinquedo de miriti em Abaetetuba/PA

Pesquisador Responsável: Helder Fadul Bitar

Nome do participante: _____

Data de nascimento: ____/____/____ R.G.:

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa “Etnodesenvolvimento, globalização cultural e artigos de miriti: comunidades ribeirinhas da Amazônia e valorização cultural do brinquedo do miriti em Abaetetuba/PA” de responsabilidade do pesquisador Helder Fadul Bitar.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

DECLARO TER SIDO ESCLARECIDO SOBRE OS SEGUINTE PONTOS:

1. O trabalho tem por objetivo compreender a ligação cultural entre os artesãos/girandeiros e os brinquedos de miriti, a venda dos brinquedos, o interesse do público e os apoios institucionais para a fabricação e venda desses brinquedos.
2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em relatar minha ligação com os brinquedos de miriti, a partir de perguntas que serão feitas pelo pesquisador, ficando livre para responder.
3. Fui informado e concordei que minha entrevista será gravada por meio de celular, podendo estes dados serem utilizados posteriormente na pesquisa, sendo garantido que meu nome ou qualquer outra identificação não será nunca revelado, garantindo assim o meu anonimato.
4. Ao participar deste trabalho estarei contribuindo para uma melhor compreensão dos brinquedos de miriti, sua cultura e comercialização, buscando ampliar os estudos sobre a sua preservação como patrimônio cultural.
5. A minha participação neste projeto terá em média 30 minutos de duração, ficando livre para poder falar o tempo que achar necessário para responder as perguntas feitas;

6. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.

7. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

8. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

9. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

10. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Helder Fadul Bitar pesquisador responsável pela pesquisa, telefone: (xxxxx) xxxxxxxx, e-mail: helderbitar@gmail.com.

Eu, _____, RG nº _____
declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Belém, _____ de outubro de 2020.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

ANEXO C - Termo de autorização para gravação de voz

Eu, _____, RG nº _____
depois de entender os objetivos da pesquisa intitulada “Etnodesenvolvimento, globalização cultural e artigos de miriti: comunidades ribeirinhas da Amazônia e valorização cultural da cadeia produtiva do miriti em Abaetetuba/PA” e entender os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, AUTORIZO, por meio deste termo, o pesquisador Helder Fadul Bitar a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Belém, ____ de outubro de 2020.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador